

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRATÉGIAS E  
DESENVOLVIMENTO

MARCELO JOSE MOREIRA

**ENSAIO SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO REVESTIDO: das condições de  
aceleração do desenvolvimento recente do Estado de Goiás**

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRATÉGIAS E  
DESENVOLVIMENTO

MARCELO JOSE MOREIRA

**ENSAIO SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO REVESTIDO: das condições de  
aceleração do desenvolvimento recente do Estado de Goiás**

Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

Orientação: Profa. Dra. Ana Célia Castro

RIO DE JANEIRO

2015

## FICHA CATALOGRÁFICA

M838      Moreira, Marcelo Jose.

    Ensaio sobre o subdesenvolvimento revestido: das condições de aceleração do desenvolvimento recente do Estado de Goiás/Marcelo Jose Moreira

-- 2015.

    122 f. ; 31 cm.

    Orientadora: Ana Célia Castro.

    Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2015.

    Referências: f. 110-122.

    1.Desenvolvimento. 2. Subdesenvolvimento. 3. Dependência. 4. Goiás (Estado).  
    I. Castro, Ana Célia, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 330.9817 3

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCELO JOSE MOREIRA

ENSAIO SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO REVESTIDO: das condições de  
aceleração do desenvolvimento recente do Estado de Goiás

Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

Aprovada em: 28/04/2015

*Ana Célia Castro*

Orientadora Profa. Dra Ana Célia Castro – IE/UFRJ

*Alexis Saludjian*

Prof. Dr. Alexis Saludjian – IE/UFRJ

*Carlos Antônio Brandão*

Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão – IPPUR/UFRJ

*Erthal Vilela*

Prof. Dr. Lamounier Erthal Vilela – IM/UFRRJ

*Ronaldo Fiani*

Prof. Dr. Ronaldo Fiani – IE/UFRJ

## DEDICATÓRIA

Às Anas, a que foi pura, a que foi Nita, a que foi e que é Maria, a que é Paula. Aos Josés, que também eram Joaquins e Marcírio. Aos Nelsons, que formam o espelho. Às que me dão sentido: a ser de luz, a sinônimo em outro gênero e a que mantém as Anas e Marias em uma só.

À Thaís Elizabeth, a “poetisa das horas vagas”, companheira carinhosa e graciosa que transforma minha vida em verso e prosa.

## AGRADECIMENTOS

As limitações deste trabalho são reflexos das existentes na estrutura intelectual e do momento (o tempo presente) profissional de seu autor. Para extrapolá-las, rompê-las, foi necessária a colaboração e a persistência daquelas e daqueles que viveram comigo o meu tempo passado, vivem o meu tempo presente e, portanto, dão consistência ao tempo-essência de minha construção formativa. São pessoas e instituições que me incentivaram e acolheram o propósito.

Certo dos riscos que se incorre em deixar de citar nomes importantes na trajetória de construção deste trabalho, lanço-me a eles agradecendo:

À Professora Ana Célia Castro, orientadora, que com seu entusiasmo e seu jeito próprio e crítico, me fez acreditar que era possível lançar este estudo à prova.

À Professora Lia Hasenclever, que buscou sempre acompanhar os passos dados por este autor, enviando mensagens de otimismo e de companheirismo.

Aos funcionários (administrativos e docentes) do PPED/IE-UFRJ, que me acolheram com carinho e dedicação durante todo o processo de doutoramento.

Aos colegas desta turma de doutoramento, que acreditaram nesse processo de formação como elemento importante para o avanço de seus propósitos específicos e para as possibilidades que se abrem à instituição que nos abriga.

Aos funcionários administrativos, docentes e discentes da UEG/Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis, que acompanharam, diuturnamente, os momentos de prazer e de tensão proporcionados pela dedicação, ao tempo e ao cabo por este autor, na direção desse e na escrita desta. Em especial, um agradecimento à Profa. Dra. Dulce Portilho, que ao se deparar com um desses meus momentos, não exitou em expressar seu carinho, com serenidade, ao me dizer que “um elefante se come aos bifes”.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás/FAPEG, pelo financiamento deste processo formativo, por meio da bolsa de formação em nível de doutorado.

## RESUMO

MOREIRA, Marcelo Jose. **Ensaio sobre o desenvolvimento revestido: das condições de aceleração do desenvolvimento recente do Estado de Goiás.** Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

O estudo se propõe a analisar as condições de aceleração do desenvolvimento no Estado de Goiás em suas contradições e dilemas (desenvolvimento com ampliação de desigualdades) e naquilo que se apresenta como elementos de normalidade (a lógica da expansão com concentração). O objetivo central é analisar as alterações/modificações recentes na dinâmica do desenvolvimento econômico em Goiás, como parte integrante-fundamental do processo de desenvolvimento econômico em voga no Brasil em sintonia com a lógica recente da divisão internacional do trabalho. A justificativa reside na forma de dialogar com as transformações em curso resultado da dinâmica capitalista, encontrando espaços de discussão em estudos (analíticos e teóricos) sobre as temáticas "território e desenvolvimento" e "dependência e subdesenvolvimento". E, além, o estudo deve ser entendido como proposta metodológica e de aporte teórico, buscando uma visão crítica do processo recente de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, à luz do objeto aqui proposto, e como uma proposta teórica sobre o seu padrão de reprodução. Deriva daí a necessidade de um esforço capaz de identificar os elementos constitutivos, porém não exaustivos, que impliquem a explorar: a existência do território de acumulação de capital, fundada na superexploração da força de trabalho, que acirrada pela dependência estrutural à dinâmica da atual divisão internacional do trabalho, (re) afirma a limitação do Estado de Goiás manter o ritmo atual de crescimento; no geral, o Brasil superar sua condição histórica de subdesenvolvimento firmando a inevitabilidade da expansão capitalista dependente e desigual. Este estudo propõe-se de caráter epistemológico, acadêmico, e com o entendimento de que uma abordagem histórico-estrutural-crítica, tendo como base a dimensão centro-periferia/relações de poder e a categoria padrão de reprodução colaboraria para a compreensão se (como, e até quando) Goiás manterá o ritmo atual de crescimento e/ou alterará significativamente seu *status* na configuração do desenvolvimento territorial brasileiro.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Dependência.

## ABSTRACT

MOREIRA, Marcelo Jose. **Ensaio sobre o desenvolvimento revestido: das condições de aceleração do desenvolvimento recente do Estado de Goiás.** Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

The study proposes to analyze the conditions for the acceleration of development in the state of Goiás in its contradictions and dilemmas (development with enlargement of inequalities) and in that presents as normality elements (the logic of the expansion with concentration). The central objective is to analyze the late changes/modifications in the dynamic of the economic development in Goiás, as integrant-primordial part of the economic development process in application in the Brazil in tune with the late logic of the international division of labor. The justification is in the mode of dialogue with the transformations in course result of capitalist dynamic, finding discussions spaces in studies (analytical and theoretical) about the thematic “territory and development” and “dependency and underdevelopment”. And further, the study must be understood like a methodological proposal and theoretical contribution, seeking a critical view of the late Brazilian socioeconomic development process, below of the object propose here, as a theoretical propose about its reproduction pattern. Result thereof the requirement for a able effort to identify the constitutive elements, however no exhaustive, which involving to explore: the existence of the territory of capital accumulation founded in the overexploitation of labor force, that intensified for structural dependency to dynamic of late international division of labor, (re) assert the limitation of the State of Goiás to keep the its current growth rate; overall, the Brazil get over its historical condition of the underdevelopment, firming the inevitability of the dependent and unequal capitalist expansion. This study proposes of the epistemological character, academic, and with the understanding that a historical-structural-critical approach, based on the centre-periphery/power relations dimension and the category reproduction pattern, could collaborate for the comprehension if (how, and until when) Goiás will keep the current growth rate and/or will change expressively its status in the Brazilian territorial development configuration.

Keywords: Development. Underdevelopment. Dependency.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Elementos fundamentais para o desenvolvimento da tese .....	14
Figura 1 – Plano geral de pensamento: da origem ao objeto de análise.....	15
Quadro 2 – Territórios Homogêneos e seus vetores estratégicos de desenvolvimento .....	42
Mapa 1 – Brasil: Territórios Homogêneos .....	43
Mapa 2 – Brasil: tipologia subregionais.....	44
Tabela 1 – Brasil: População – Grande Região Centro Oeste .....	49
Tabela 2 – Brasil: População – Unidade da Federação – Goiás .....	50
Tabela 3 - Intenção de Investimentos para Goiás – Participação de Investimentos por Atividades - em % .....	52
Tabela 4 – Intenções de Investimento em Goiás por Regiões de Planejamento – vários períodos - em % .....	53
Tabela 5 - Investimentos para o Brasil – Participação de Investimentos por Setores na Indústria – em % .....	54
Tabela 6 – Goiás e Brasil: produto interno bruto e taxa de crescimento – 2002 a 2011 .....	55
Tabela 7 – Goiás: participação dos municípios no produto interno bruto segundo as regiões de planejamento – 2002 a 2010 .....	55
Tabela 8 - Goiás: participação dos dez maiores e demais municípios em relação ao produto interno bruto – 2002, 2010 e 2011 – em % .....	56
Figura 2 – Goiás: participação dos dez maiores e demais municípios em relação ao produto interno bruto – 2002, 2010 e 2011 – em % .....	57
Quadro 3 – Goiás: As 10 maiores do ICMS - 2011 .....	58
Tabela 9 - Goiás: participação dos setores de atividade econômica no total dos postos de trabalho gerados no estado (em %).....	64
Tabela 10 - Goiás – emprego formal segundo faixa de remuneração média em SM (salários mínimos) – (2000, 2005 e 2010).....	65
Gráfico 1: Goiás – número de trabalhadores segundo faixa de remuneração média em SM (salários mínimos) – (2000, 2005 e 2010).....	66
Figura 3 – Goiás – Pessoas com rendimento nominal mensal de 1 a 2 e de 2 a 3 salários mínimos – 2000 e 2010.....	67
Tabela 11 - Goiás: os nove municípios que concentram postos de trabalho .....	68
Tabela 12 – Goiás: Empregos formais por tipo de vínculo empregatício – 2000 e 2010 .....	70
Tabela 13 – Goiás: Emprego formal por tempo de permanência no emprego .....	71
Tabela 14 – Goiás: Emprego formal por faixa de horas contratuais.....	72
Tabela 15 – Goiás: Emprego formal por tipo de admissão .....	73
Tabela 16 – Goiás: Participação dos subsetores de atividade econômica no setor industrial – 2000/2010 .....	75
Tabela 17 – Goiás: Variação da produtividade média na indústria – 2007-2010 .....	77
Tabela 18 – Goiás: Pessoal Ocupado, Salários e Valor da Transformação Industrial – 1995-2007-2010 .....	77

Tabela 19 – Goiás: Total de empregados/as no setor Indústria de Transformação por faixa de remuneração média – em salários mínimos .....	78
Tabela 20 – Goiás: Total de empregados/as no setor Indústria de Transformação por escolaridade .....	78
Tabela 21 – Goiás: Total de empregados/a no setor Indústria de Transformação por tipo de admissão no emprego .....	80
Tabela 22 – Goiás: Total de trabalhadores/as no setor Indústria de Transformação por faixa de tempo de permanência no emprego .....	82
Tabela 23 – Goiás: Total de trabalhadores/a no setor Indústria de Transformação por faixa de quantidade de horas contratuais de trabalho por semana do/a trabalhador/a .....	83
Gráfico 2 – Goiás: participação relativa da faixa de tamanho do estabelecimento no total do emprego formal na Indústria de Transformação (2000, 2005 e 2010).....	84
Tabela 24 – Goiás: Emprego formal na Indústria de Transformação por tamanho do estabelecimento – em % – (2000, 2005 e 2010) .....	84
Tabela 25 – Goiás: Total de trabalhadores/as no setor Indústria de Transformação por tipo de ocupações selecionadas – 2000, 2005 e 2010 .....	86
Tabela 26 – Goiás: Total de trabalhadores/as no setor Indústria de Transformação por tipo de ocupações selecionadas segundo o tamanho dos estabelecimentos – 2010 .....	88
Tabela 27 – Goiás: Principais produtos de exportação – 2006-2010 – em %.....	91
Tabela 28 – Goiás: Principais países de destino da exportação – 2006-2010 – em % .....	92
Tabela 29 - Goiás: Principais países de origem da importação – 2006-2010 – em % .....	93
Tabela 30 – Goiás: Exportação e Importação – 2005 e 2010 – em US\$ 1.000 FOB	94
Tabela 31: Goiás – Empregos formais por setor de atividade econômica IBGE – setores selecionados – 2000-2005-2010 .....	96
Tabela 32 – Goiás: Total de empregados/as por faixa de remuneração média – em salários mínimos – setores selecionados .....	97
Tabela 33 – Goiás: Pessoal Ocupado, Salários e Valor da Transformação Industrial – 2000-2005-2010 .....	99
Tabela 34 – Goiás: Variação da produtividade média no setor Extrativa Mineral – 2000-2005-2010 .....	99

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
DOS OBJETIVOS DESTE ENSAIO .....	12
DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	13
DA ESTRUTURA DESTE ENSAIO.....	16
<b>PARTE I – DA CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E REFERENCIAL: ESTADO, DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO NO BRASIL.....</b>	<b>17</b>
SEÇÃO I – DA PAVIMENTAÇÃO CONCEITUAL .....	17
SEÇÃO II - ASPECTOS GERAIS DA MANUTENÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CONCEITO DE SUBDESENVOLVIMENTO E DE DEPENDÊNCIA.....	25
SEÇÃO III - A CONDIÇÃO APARENTE DA ACELERAÇÃO RECENTE DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE GOIÁS: A MANUTENÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DOS CONCEITOS DE SUBDESENVOLVIMENTO E DE DEPENDÊNCIA .....	35
<b>PARTE II – CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA-REFERENCIAL ESPECÍFICA: A ESSÊNCIA DA CONDIÇÃO DE ACELERAÇÃO RECENTE DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE GOIÁS.....</b>	<b>59</b>
SEÇÃO I – ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	59
<i>Subseção I.I – a importância do setor industrial para o subdesenvolvimento revestido goiano .....</i>	<i>74</i>
<i>Subseção I.II – Os motivos para a importância do setor industrial para o subdesenvolvimento revestido goiano.....</i>	<i>89</i>
CONCLUSÕES .....	104
REFERÊNCIAS.....	110

## INTRODUÇÃO

A discussão que se pretende alcançar pressupõe a incidência de um território de acumulação de capital que se requer ao entendimento de que: **a-** como território, entende-se o espaço vivido, expresso em relações sociais, onde se estabelecem as contradições da acumulação do capital, expressando as relações intra e entre territorial no espaço econômico nacional; e, **b-** como acumulação do capital, entende-se o processo de metamorfose porque passa o trabalho, encerrando-se em capital, como representação da exploração do trabalho mas, no caso, como expressão da dependência, na acumulação do capital baseada na superexploração da força de trabalho.

Deriva daí a necessidade de um esforço capaz de identificar os elementos constitutivos, porém não exaustivos, que impliquem em: **primeiro**, a existência do território de acumulação de capital fundada na superexploração da força de trabalho em Goiás, acirrada pela dependência estrutural à dinâmica da atual divisão internacional do trabalho, (re)afirma a limitação de: **no específico**, o Estado de Goiás manter o ritmo atual de crescimento.

**No geral**, o Brasil superar sua condição histórica de subdesenvolvimento, firmando a inevitabilidade da expansão capitalista com: **a-** sua mobilidade continuada e progressiva em busca de novos espaços econômicos de valorização (processo de homogeneização); e **b-** o aprofundamento das alterações de sua base técnica provocando o aumento da produtividade do trabalho social e, em consequência, o aumento correspondente de trabalhadores no mesmo espaço, com ou sem condições objetivas de trabalho.

**Segundo**, sua existência representa (ou consolida) a evolução das (e nas) correlações de forças locais, prontamente articuladas para um processo dinâmico de desenvolvimento do Estado, capaz de alterar sua participação na divisão territorial do trabalho brasileiro, ainda que não altere, necessariamente, a condição geral, citada no item anterior, e suas referências nos itens a e b. Condição essa que, por limitações do escopo deste estudo, não será tratada.

Juntas, as duas **hipóteses** acima levam a uma terceira e unificadora questão: a relação de dependência estrutural que envolve a divisão territorial do trabalho

interna com a divisão internacional do trabalho, reforça o processo histórico de “não integração espacial” nacional?

Para efeito desse estudo, entende-se que a conexão direta (autônoma), que se dá em aparência, entre estruturas em nível de escalas (estaduais, no caso) e o centro ou núcleo orgânico do capitalismo no processo de desenvolvimento capitalista global, reforça o próprio caráter da dependência entre países e a relação centro-periferia atual.

O que a aparente conexão autônoma, entre uma localidade específica e o todo sistêmico acumulativo central sugere, é que os elementos de um arranjo político-sócio-econômico-territorial, de cunho desenvolvimentista (enquanto ação para o desenvolvimento capitalista no território), possibilitam ao Estado de Goiás uma inserção profunda e integrada (e subordinada), à lógica dos deslocamentos da economia internacional.

Dessa forma, do ponto de vista do sistema internacional e em termos da divisão territorial do trabalho brasileiro, o estado de Goiás (periferia do sistema interno (?)) aponta para uma capacidade de relacionamento externo intensa, com base em suas atividades produtivas para exportação. O periférico interno é centro e expressa as condições materiais para a reprodução dos mecanismos da acumulação do capital.

As possíveis condições de “comando” aparentam partir (partindo (!)) da periferia do sistema econômico nacional, respondendo aos estímulos recentes da produção mundial, em um “novo” centro, caracterizada pela “homogeneização em matéria de capital constante fixo e circulante” (Marini, 2000). Neste caso, é esta periferia-centro que ratifica a inserção historicamente passiva e subordinada, subsumida e dependente, do todo fragmentado da periferia (Brasil) ao centro (do capitalismo atual).

Dito de outra forma, o Estado de Goiás aponta para uma interessante arquitetura da relação centro-periferia: um processo de desenvolvimento periférico revestido. Revestido no tensionamento que se estabelece entre o poder político e o poder econômico ali institucionalizado, mas que estabelece conexões extraterritoriais, apontando características de centro em um espaço institucionalmente periférico (replicando, atualizando e reforçando elementos/características de uma estrutura subdesenvolvida e dependente). Reforçando, pois, a estrutura de dependência como movimento de um processo

dialético de interconexões entre capitais e seus movimentos intra, entre e extrassistemas. Reafirmando, assim, uma dinâmica recorrente, ainda que mais intensa:

“A raiz do problema da instabilidade global está em que as atividades econômicas permanecem estruturadas para serem coordenadas a nível nacional, mas dependem para funcionar normalmente de impulsos gerados no plano transnacional.” (Furtado, 1978, p. 168)

Desta forma, a réplica interna de uma relação centro-periferia internacional acaba por definir uma lógica de superexploração da força de trabalho que segue uma intencionalidade [objetiva] de relações entre os próprios entes federativos e os capitais ali estabelecidos.

Define-se assim, o papel de cada Estado da federação na lógica de acumulação do país: criam-se espaços de reprodução capitalista com atribuições intencionais para a participação na lógica interna e externa de acumulação, respaldando o processo de homogeneização da acumulação do capital. É o caso do Centro-Oeste brasileiro, em especial, do estado de Goiás. Sob as condições apresentadas, como afirma Furtado (1961), o crescimento que daí surge não é capaz de gerar desenvolvimento. Mas uma forma desconfigurada, uma anomalia do processo de desenvolvimento, uma estrutura subdesenvolvida e dependente. Nesse caso, aprofunda-a. Afirma-a.

### **Dos objetivos deste ensaio**

Ante o exposto acima, pavimentando o terreno da análise com suas principais questões norteadoras e hipóteses, este ensaio pretende oferecer condições para que se objetive:

1. Analisar as alterações/modificações recentes na divisão territorial do trabalho em Goiás, como parte integrante-fundamental do processo de desenvolvimento econômico em voga no Brasil, e em sintonia com a lógica recente da divisão internacional do trabalho. Assim, o estudo se propõe a investigar as condições de aceleração do desenvolvimento no estado de Goiás, sob a análise dos processos de acumulação de capital e de

concentração de trabalho, ali evidenciados, em suas contradições, seus dilemas (desenvolvimento com ampliação das desigualdades) e naquilo que se apresenta como elementos de normalidade (a lógica da expansão com concentração).

Para tanto busca-se, em caráter de alcance colaborativo-constitutivo para a expressão do exposto de forma geral acima:

1. Verificar o papel do setor público no processo de formação do território de acumulação de capital em Goiás e sua importância na configuração de um processo de causação circular e acumulativa; (componente teórico-analítico)
2. Articular os processos de segregação socioespacial e de territorialização recentes no estado de Goiás, com o processo de acumulação de capital e de concentração do trabalho em curso no Estado, em específico; e de acumulação do capital no país, no geral; (componente histórico)
3. Identificar os elementos fundantes-constitutivos do território de acumulação do capital em Goiás; (componente histórico)
4. Verificar se as mudanças econômicas observadas são duradouras e têm impacto positivo amplo, ou se essas ampliam as desigualdades regionais já existentes no estado de Goiás. (componente teórico-analítico)

### **Dos procedimentos metodológicos**

Para efeito deste trabalho de pesquisa, deve-se ressaltar que o termo estrutura refere-se "às proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço" (Furtado, 1986). Por conta disso, a análise de/sobre mudanças da estrutura deve ser acompanhada dos métodos histórico-estrutural, materialista-histórico, dialético e pragmático. Este último em função da necessidade de realização de um esforço teórico capaz de fornecer elementos para promover transformações estruturais. Para tanto, fez-se necessário uma análise que contemplasse o desenvolvimento capitalista brasileiro nos últimos 30 anos. A partir daí, caracterizou-se o processo de desenvolvimento do território em

questão, com base nos métodos histórico e dialético, por meio da observação dos processos de aprofundamento, difusão ou diversificação das atividades econômicas e da concorrência entre espaços produtivos. Questões essas fundamentais para a caracterização dos elementos fundantes para o objeto em questão.

Esse percurso, realizado a partir das análises de dados secundários, obtidos na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/FIBGE (Censo e Pesquisas relacionadas à questão), no Ministério do Trabalho e do Emprego/MTE (RAIS e CAGED), no Ministério da Integração Nacional e na Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás, por meio do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, deu corpo analítico ao procedimento metodológico adotado, expressando-se e, a partir daí, tendo como base, os seguintes elementos fundamentais:

Quadro 1 – Elementos fundamentais para o desenvolvimento da tese

“Troncos” Teórico- Metodológicos	Dimensões	Conceitos e Categorias	Variáveis Teóricas	Subvariáveis
Materialismo-Histórico	Níveis de abstração: as condições gerais e as especificidades reais (o real-concreto)	Trabalho Capital Desenvolvimento Dependência Superexploração do Trabalho Padrão de Reprodução	Reprodução do capital Produção/Reprodução capitalista do espaço	Financeirização e acumulação do capital Divisão internacional do trabalho Condições gerais de produção
Histórico-Estrutural	Estruturas e dinâmicas estruturais Espacial e territorial do desenvolvimento	Desenvolvimento Subdesenvolvimento Dependência	Centro-Periferia Relações de poder/produção no subdesenvolvimento periférico Formas de organização do território	Formas de organização do trabalho e do capital: mercados de trabalho e suas variáveis e organização setorial e produtiva e suas variáveis

Elaboração do autor.

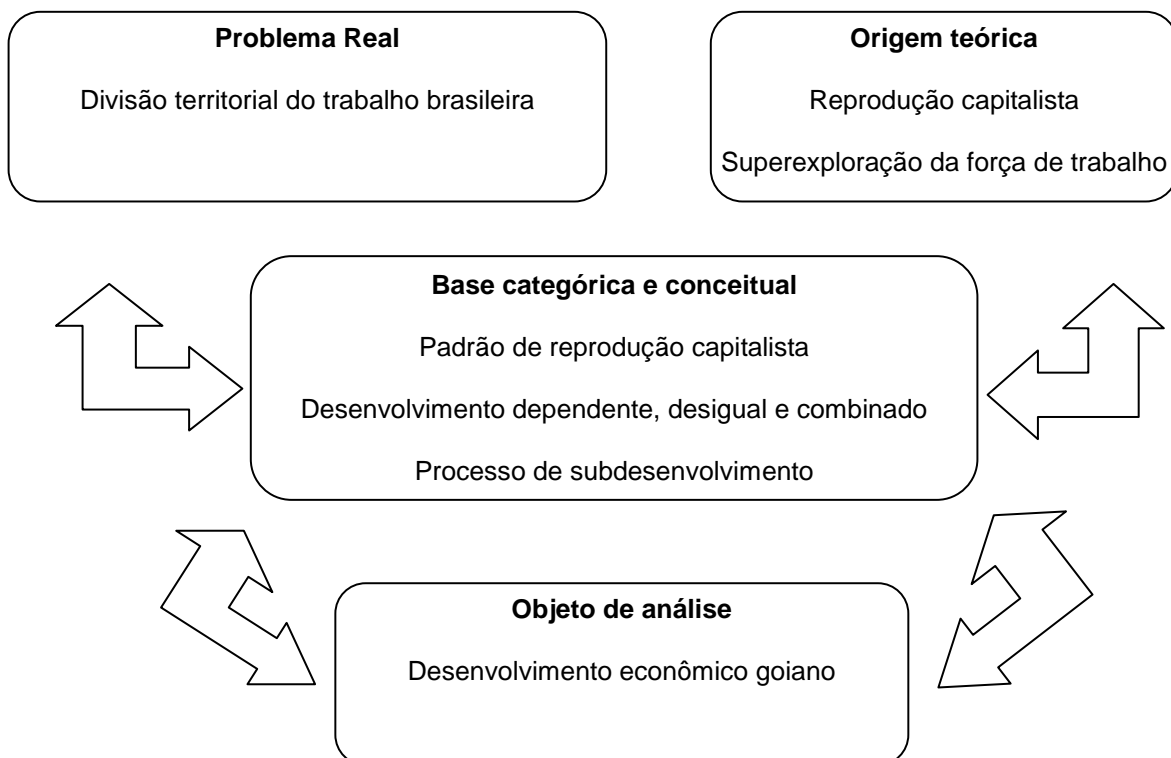
Como desdobramento, uma agenda de estudos foi desenvolvida para desenhar o corpo do ensaio e possibilitar seus elementos fundantes, na forma como se segue: 1. Estudar os condicionantes do desenvolvimento brasileiro, ou seja, os elementos histórico-constitutivos do processo de desenvolvimento brasileiro e noção



de réplica da lógica da divisão internacional do trabalho: expansão com concentração e o dilema do desenvolvimento com ampliação de desigualdades regionais; 2. Uma releitura sobre o papel das regiões no processo de desenvolvimento brasileiro recente, com ênfase na busca pelo conceito de território a ser, aqui, adotado e na questão das especificidades e funcionalidades de cada espaço econômico-territorial, frente à intencionalidade do processo de desenvolvimento em voga; 3. Uma interpretação sobre as condições de aceleração do desenvolvimento recente do estado de Goiás, na assertiva da emergência de um desenvolvimento periférico revestido capaz de dialogar com a noção de padrão de reprodução do capital, em sua nova situação histórica-concreta, sob os meandros no que se refere à exposição do objeto e à capacidade (e seu grau de comprometimento com o objeto) argumentativa deste trabalho.

O plano geral de pensamento, que sintetiza o quadro apresentado nos procedimentos metodológicos para a condução da agenda, que é a essência da discussão que se segue, é representado na figura abaixo (elaborada a partir de Couto (2007, p. 60)):

Figura 1 – Plano geral de pensamento: da origem ao objeto de análise



Elaboração do autor.

## Da estrutura deste ensaio

Como resultado desse procedimento e de forma a sedimentar e possibilitar densidade à estrutura argumentativa deste ensaio, sua estrutura é apresentada por mais duas seções, além desta introdução e de outra, ao final, à guisa de conclusão.

A primeira, intitulada “Da contextualização teórica e referencial: Estado, desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil”, busca discutir os aspectos gerais do processo de desenvolvimento dependente brasileiro e, na busca de possíveis mediações específicas, apontar como os elementos constitutivos dos conceitos de subdesenvolvimento e dependência se ratificam no recente processo de desenvolvimento do estado de Goiás.

A segunda seção, intitulada “Da contextualização teórica e referencial específica: a essência da condição de aceleração recente do desenvolvimento no estado de Goiás” sugere o debate sobre possíveis mediações entre noções mais abstratas e a análise de situações concretas, específicas e partes de uma unidade: o sistema capitalista mundial. Ali, discute-se, em um contexto teórico-crítico e histórico-concreto, a dinâmica de desenvolvimento do estado de Goiás, como uma economia baseada na relação de dependência externa, reafirmando a lógica de dependência do subdesenvolvimento brasileiro, por meio do atributo da reprodução via especialização produtiva e da essencialidade da superexploração da força de trabalho.

A par disso, este ensaio propõe-se como estudo epistemológico, acadêmico, e busca colaborar para a compreensão se (como, e até quando) Goiás manterá o ritmo atual de crescimento e/ou alterará significativamente seu *status* na configuração do desenvolvimento territorial brasileiro (ou não).

## **Parte I – Da contextualização teórica e referencial: Estado, desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil**

“É interessante notar que passamos a denominar essa maioria de países muito pobres de 'subdesenvolvidos'... Esse termo dinâmico... reflete a grande mudança ocorrida na situação política [desses países]... A expressão que se usava até há bem pouco tempo era o termo estático: 'países atrasados'...O uso do conceito 'países subdesenvolvidos' envolve o juízo de valor de que a política governamental dos países assim designados deva ser orientada no sentido do desenvolvimento econômico.” (Myrdal, 1972, 25-26)

“Mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, pois comporta um elemento de intencionalidade...A invenção não se resume a um desafio: é, antes de tudo, a manifestação de uma possibilidade.” (Furtado, 1992, 37)

### **Seção I – Da pavimentação conceitual**

Os conceitos estão ligados à lógica de seu tempo, ao contexto histórico em que foram criados e (ex)postos à verificação. Para identificarmos se o conceito dialoga com o tempo presente, portanto se permanece com relativa capacidade analítico-explicativa para além de seu tempo, devemos verificar se os elementos que o constituem permanecem com essa capacidade. Se seus elementos constitutivos perdem, ao longo do movimento do tempo presente, capacidade de diálogo com o novo contexto, o conceito vai se cristalizando no tempo passado (em seu tempo) e perdendo capacidade analítico-explicativa no tempo presente.

O contrário, se os elementos constitutivos do conceito permanecem como eixos dialogicamente entrelaçados e sustentam sua capacidade analítico-explicativa no tempo presente, ele mesmo (o conceito) se expande em densidade relacional com os contextos (históricos entre tempos), se afirma e, em decorrência de seu relacionamento com o tempo presente, se transforma. O paradoxo que se expressa é o da afirmação de algo que não é mais o que fora. Portanto, não é mais o mesmo conceito. É e não é, sendo.

Os elementos constitutivos do conceito dão condições à sua essência e, ao longo e ao cabo de sua formatação, condicionam suas características. São, portanto, características atribuídas e adquiridas ao longo da trajetória de sua constituição enquanto conceito.

À medida que esses elementos, como características formativas do conceito se sustentam, portanto, se afirmam entre tempos (momentos históricos diferentes), o próprio tempo é passível de avaliação. Trata-se de um tempo próprio ao conceito e não de um tempo que atribui ao conceito capacidade analítico-explicativa ou não. Passa-se ao conceito a capacidade de atribuir ao momento histórico a condição de ser um momento próprio para si mesmo.

Conquista, ele mesmo (o conceito), capacidade analítico-explicativa densa não só por se relacionar com o tempo presente (que é outro), mas porque as condições estruturais que demarcaram sua existência no tempo passado não se alteraram em essência, nesse tempo presente. É, por assim dizer, um conceito reafirmado em um mesmo tempo-essência de constituição do conceito. É o conceito original, pensado e materializado no tempo passado, com características de seu tempo correlacionadas com a dinâmica do tempo presente, que apresenta em sua essência os condicionantes de sua criação e materialização.

A identificação de que o processo de desenvolvimento capitalista é gerador de desigualdades combinadas (entre povos, países), transformando-as em elemento necessário e estrutural da economia global (Santos, 2011), e de que essa característica se expressa (se afirma) em diferentes períodos nos últimos três séculos (Myrdal, 1972; Fiori, 2000; Chang, 2003), contribui para o afirmado acima: o conceito se mantém correlacionado ao seu tempo-essência e não ao seu tempo cronológico.

Os conceitos de subdesenvolvimento e o de dependência, criados em um determinado momento histórico como esforço teórico capaz de se constituir como um aparato analítico-explicativo próprio aos países que se verificaram como resultantes do processo de desenvolvimento desigual, concentrador de riqueza e de exploração do trabalho (elementos característicos e sustentáculos da expansão das relações sociais capitalistas), se põe em frente a um novo momento histórico desse desenvolvimento, mas imersos em uma mesma lógica de funcionamento.

São conceitos pensados e materializados em um tempo passado, em um momento da lógica de acumulação de capital diversa da atual, em termos de sua aparência constitutiva, mas que carregam características atribuídas e adquiridas pelo tempo do desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

Para tanto, vale frisar que se considera o conceito de subdesenvolvimento

“como uma criação do desenvolvimento, isto é, como consequência do impacto, em grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se haviam inserido na revolução industrial em sua fase inicial, ou seja, até fins do século XX.” (Furtado, 2003, p. 88)

Portanto, "(...) uma formação capitalista e não simplesmente histórica" (Oliveira, 2003, p.33).

O conceito de dependência se constitui em *“uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia a qual está subordinada”* (Santos, 2011, p.5). De outra maneira, a dependência é

“entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. (Marini, 2000)

Ainda que próprios de seu tempo cronológico, seus elementos se relacionam com o tempo presente. Pois ambos os tempos, são o tempo do desenvolvimento [desigual] capitalista. E desenvolvimento, como conceito, tal como subdesenvolvimento e dependência, aponta para ambiguidades (Furtado, 1978) e disrupções, visto que

“A noção de *conceito*, ao contrário, costuma estar mais associada a uma perspectiva idealista do conhecimento; especificamente, a uma construção ideal prévia de um sistema lógico-conceitual a partir do qual a realidade objetiva é apreendida, como se esta fosse uma manifestação objetiva da ideia, do conceito.” (Carcanholo, 2013, p. 76)

Desta forma, entende-se desenvolvimento, de forma descritiva da sociedade, como

“[o] conjunto de transformações nas estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no sistema de produção. Descreve-se assim, processo cultural e histórico cuja dinâmica se apóia na inovação técnica (...), posta a serviço de um sistema de dominação social.” (Furtado, 1978, p.57)

Imbricados, desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência se referem à “*acumulação subordinada à lógica de um sistema de incentivos materiais*” (Furtado, 1978, p. 64), que contornam a idéia de desenvolvimento como referência

“ao processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência externa (...) Com efeito: o acesso indireto à civilização industrial – ponto de partida das relações de dependência – refletiu-se de forma significativa no conteúdo do processo acumulativo (...)” (Furtado, 1978, p. 64)

Especificar a densidade relacional entre esses conceitos e o momento atual do desenvolvimento capitalista, de forma a verificar sua capacidade analítico-explicativa para as questões que emergem, nos tempos atuais, sobre o desenvolvimento dos países denominados subdesenvolvidos e dependentes, em especial para o Brasil, e em um espaço de acumulação específico em seu território, o estado de Goiás, é o que se buscará adiante.

Não se trata, portanto, de um exaustivo estudo sobre a formação econômica do espaço de acumulação que se verifica como indutor deste ensaio e sim de, em diálogo com os dados apresentados, numa relação histórico-concreto, identificar os elementos que constituem os conceitos citados acima, de forma a responder algumas questões orientadoras (e perturbadoras) a respeito das modificações ou recriações recorrentes aos/dos/nos espaços de acumulação do território brasileiro.

Para tanto, os aportes da análise que se segue, terão como elementos constitutivos centrais a noção de categorias.

“as categorias possuem uma existência real, são propriedades do objeto, que, em função de suas formas de manifestação, possibilitam – o que não é uma necessidade – a sua apreensão por parte do ser humano que procura entendimento ou explicação deste objeto.” (Carcanholo, 2013, p. 76)

Em consonância com o que se busca neste ensaio, a articulação entre a apreensão idealizada da realidade (o conceito) e apreensão sentida, real, como manifestação do objeto, é que as categorias “superexploração da força de trabalho” e “padrão de reprodução” tornearão o que se segue.

“Diante da tendência atual – na economia e nas ciências sociais em geral – de converter a análise em investigação de migalhas [*pedacería*], na qual fica relegada à preocupação por aquilo que articula, a noção de padrão de reprodução do capital privilegia a visão geral sem perder de vista o significado das particularidades, porém estas inscritas em um todo maior no qual adquirem sentido.” (Osório, 2012, p. 85)

Ainda,

“Tal como todas as categorias marxistas, o padrão de reprodução do capital não corresponde apenas a uma construção mental, mas existe materialmente na realidade (...) se ele emana da leitura dos esquemas de reprodução e do estudo dos ciclos do capital em Marx, por outro lado se nutre da trajetória particular de desenvolvimento do capitalismo latinoamericano para encontrar suas especificidades em padrões históricos: (1) padrão agromineiro exportador; (2) padrão industrial e suas subfases (etapa internalizada e industrial diversificada); e (3) novo padrão exportador de especialização produtiva.” (Ferreira e Luce, 2013, p. 19)

Isto posto, entende-se que o estado de Goiás, se faz como representante objetivado da inserção (passiva e subordinada, em discussão os graus e/níveis desta) do país na atual divisão internacional do trabalho, reafirma a condição de subdesenvolvimento e de dependência brasileiro e reproduz em sua estrutura territorial os elementos que a constituem (a questão do subemprego e do emprego precário, a insuficiente diversidade da base produtiva, a heterogeneidade estrutural e a articulação de estruturas arcaicas e modernas (Fernandes, 2008 e Oliveira, 2003)).

De tal forma que, com todo o cuidado necessário para com os termos, os subsistemas (subestruturas) da estrutura territorial brasileira apontam como partes subdesenvolvidas dependentes de um todo subdesenvolvido revestido.

Em que pese a adjetivação de um termo muito conhecido, extensamente debatido, e por muitos considerado obsoleto, a intenção é propor um olhar mais acurado ao fenômeno em meio a um possível efeito euforia, causado pelo deslocamento do centro econômico mundial e seus desdobramentos sobre/para as economias da periferia e/ou semiperiferia). De forma que, na atualidade de Celso Furtado, não nos enganemos, pois se:

“O novo pacto entre interesses externos e dirigentes internos, em que se funda a industrialização dependente, viria a substituir o mito das vantagens da especialização internacional pela ideia mais mobilizadora de *desenvolvimento*” (Furtado, 1978, p. 77),

“A constituição do novo padrão exportador de especialização produtiva marcou o fim do padrão industrial, que, com diversas etapas (internalizada e autônoma; diversificada), prevaleceu na América Latina entre a década de 1940 e meados da de 1970, nas principais economias da região. Na maioria das economias, o novo padrão exportador implicou uma destruição importante de indústrias ou então seu reposicionamento no projeto geral, processos que foram caracterizados como de desindustrialização. (Osório, 2012, p. 105-106)

A discussão que se pretende alcançar pressupõe a incidência de um território de acumulação de capital que se requer ao entendimento de que: **a-** como território, entende-se o espaço vivido onde se estabelecem as contradições da acumulação do capital, expressando as relações intra e entre territorial no espaço econômico nacional; e, **b-** como acumulação do capital, entende-se o processo de metamorfose porque passa o trabalho, encerrando-se em capital, como representação da exploração do trabalho mas, no caso, como expressão da dependência, na acumulação do capital baseada na superexploração da força de trabalho.

Deriva daí a necessidade de um esforço capaz de identificar os elementos constitutivos, porém não exaustivos, que impliquem em: primeiro, a existência do território de acumulação de capital fundada na superexploração da força de trabalho, acirrada pela dependência estrutural à dinâmica da atual divisão internacional do trabalho, (re)afirma a limitação de: no específico, o estado de Goiás manter o ritmo atual de crescimento e/ou alterar significativamente seu *status* na configuração do desenvolvimento regional brasileiro.

No geral, o Brasil superar sua condição histórica de subdesenvolvimento, firmando a inevitabilidade da expansão capitalista com: **a-** sua mobilidade continuada e progressiva em busca de novos espaços econômicos de valorização (processo de homogeneização); e **b-** o aprofundamento das alterações de sua base técnica provocando o aumento da produtividade do trabalho social e, em consequência, o aumento correspondente de trabalhadores no mesmo espaço, com ou sem condições objetivas de trabalho.

Segundo, a existência representa (ou consolida) a evolução das (e nas) correlações de forças locais, prontamente articuladas para um processo dinâmico de



desenvolvimento do Estado, capaz de alterar sua participação na divisão territorial do trabalho brasileiro, ainda que não altere, necessariamente, a condição geral, citada no item anterior, e suas referências nos itens a e b, condição essa que, por limitações do escopo deste estudo, não será tratada.

Juntas, as duas hipóteses acima levam a uma terceira e unificadora questão: a relação de dependência estrutural que envolve a divisão territorial do trabalho interna com a divisão internacional do trabalho, reforça o processo histórico de “não integração espacial” nacional?

Para efeito desse estudo, entende-se que a conexão direta (autônoma), que se dá em aparência, entre estruturas em nível de escalas (estaduais, no caso) e o centro ou núcleo orgânico do capitalismo no processo de desenvolvimento capitalista global, reforça o próprio caráter da dependência entre países e a relação centro-periferia atual.

O que a aparente conexão autônoma, entre uma localidade específica e o todo sistêmico acumulativo central sugere, é que os elementos de um arranjo político-sócio-econômico-territorial, de cunho desenvolvimentista (enquanto ação para o desenvolvimento capitalista no território), possibilitam ao Estado de Goiás uma inserção profunda e integrada (e subordinada), à lógica dos deslocamentos da economia internacional.

Dessa forma, do ponto de vista do sistema internacional e em termos da divisão territorial do trabalho brasileiro, o estado de Goiás (periferia do sistema interno) aponta para uma capacidade de relacionamento externo intensa, com base em suas atividades produtivas para exportação. O periférico interno é centro e expressa as condições materiais para a reprodução dos mecanismos da acumulação do capital com base na superexploração do trabalho.

As possíveis condições de “comando” aparentam partir da periferia do sistema econômico nacional, respondendo aos estímulos recentes da produção mundial, em um “novo” centro, caracterizada pela “homogeneização em matéria de capital constante fixo e circulante” (Marini, 2000). Neste caso, é esta periferia-centro que ratifica a inserção historicamente passiva e subordinada, subsumida e dependente, do todo fragmentado da periferia (Brasil) ao centro (do capitalismo atual).

Dito de outra forma, o Estado de Goiás aponta para uma interessante arquitetura da relação centro-periferia: um processo de desenvolvimento periférico

revestido. Revestido pela tensão que se estabelece entre o poder político e o poder econômico ali institucionalizado, mas que estabelece conexões extraterritoriais, apontando características de centro em um espaço institucionalmente periférico (replicando, atualizando e reforçando elementos/características de uma estrutura subdesenvolvida e dependente). Reforçando, pois, a estrutura de dependência como movimento de um processo dialético de interconexões entre capitais e seus movimentos intra, entre e extra sistemas. Reafirmando, assim, uma dinâmica recorrente, ainda que mais intensa:

“A raiz do problema da instabilidade global está em que as atividades econômicas permanecem estruturadas para serem coordenadas a nível nacional, mas dependem para funcionar normalmente de impulsos gerados no plano transnacional.” (Furtado, 1978, p. 168)

Desta forma, a réplica interna de uma relação centro-periferia internacional acaba por definir uma lógica de superexploração da força de trabalho que segue uma intencionalidade [objetiva] de relações entre os próprios entes federativos e os capitais ali estabelecidos.

Define-se assim, o papel de cada Estado da federação na lógica de acumulação do país: criam-se espaços de reprodução capitalista com atribuições intencionais para a participação na lógica interna e externa de acumulação, respaldando o processo de homogeneização da acumulação do capital. É o caso do Centro-Oeste brasileiro, em especial, do estado de Goiás. Sob as condições apresentadas, como afirma Furtado (1961), o crescimento que daí surge não é capaz de gerar desenvolvimento. Mas uma forma desconfigurada, uma anomalia do processo de desenvolvimento, uma estrutura subdesenvolvida e dependente. Nesse caso, aprofunda-a. Afirma-a.

## **Seção II - Aspectos gerais da manutenção dos elementos constitutivos do conceito de subdesenvolvimento e de dependência**

O processo de desenvolvimento, entendido como a capacidade dinâmica com que as estruturas socioeconômicas se transformam, carece de intencionalidade. Esse processo se intensifica à medida que os elementos que compõem a estrutura (o sistema) se interagem, caracterizando um conjunto complexo localizado no tempo e no espaço (Furtado, 1986). Tal conjunto, materializado em instituições, se articula por meio de ações coordenadas que constroem as relações que criam as condições gerais para o fenômeno do desenvolvimento. Essas ações, em tese, se apresentam na forma de políticas públicas como ações de intencionalidade ao processo de desenvolvimento. Assim, o movimento que expõe a “heterogeneidade estrutural” do sistema (do conjunto econômico complexo), é o mesmo que a cria (e a recria), indicando a necessidade de serem expostos também, os elementos que a constituem. O conteúdo dessa matriz teórica aponta a relação centro-periferia como elemento crucial para o entendimento desse processo.

Dessa forma, o “ato desenvolvimentista”, quando resultante de uma ação “induzida” pelo Estado, pressupõe/precinde de planejamento, e as ações desencadeadas para materializá-lo são evidenciadas via ações coordenadas, ainda que diversas ações autônomas sejam criadas/geradas ao longo do processo, representando o resultado das diversas relações que ali se estabelecerão.

Entende-se, assim, que o processo de desenvolvimento, tal como uma “cadeia de desequilíbrios” (Hirschman, 1962), gera condições que não suprimem a (as) intenção (intenções) do processo e reforça a necessidade de organicidade, induzida por meio de pressões, incentivos e conflitos. Então, intencionalidade, planejamento, desequilíbrio e organicidade são elementos de um mesmo processo: o de desenvolvimento.

Entretanto, entendido o desenvolvimento capitalista como um processo gerador de desigualdades combinadas, o subdesenvolvimento deve ser reconhecido como parte integrante constitutiva, consequência e elo de sustentação, desse processo. Em síntese, “*desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna.*” (Furtado, 2003, p. 88)

Ainda que os elementos citados acima se organizem e se estruturam em um mesmo processo, o de desenvolvimento, eles se caracterizam, em estruturas subdesenvolvidas, como elementos que dão sustentação a esta criação histórica, resultante da expansão global do capitalismo. São, portanto, dependentes e mantenedoras das relações de dependência, à medida que são reproduzidas, internamente, as condições que as geraram.

O resultado desse arcabouço, e não específico de estruturas subdesenvolvidas, senão capitalistas, é a constituição de “condições gerais de produção” que, no caso, se apresentam, conforme Bernardo (2009, p. 213-217) na forma de condições gerais: 1. da produção e da reprodução da força de trabalho (as creches e os estabelecimentos de ensino destinados à formação das novas gerações de trabalhadores/trabalhadoras, as condições de existência das famílias de trabalhadores/trabalhadoras, as infraestruturas sanitárias e hospitais e o urbanismo em sentido *lato*); 2. da realização social da exploração (tendo como condições amplas o urbanismo e as instituições repressivas); 3. da operacionalidade do processo de trabalho (os centros de investigação e de pesquisa, tanto teórica como aplicada, as várias formas de captação, veiculação e armazenamento de informações, que conferem às classes sociais dominantes o controle dos mecanismos de decisão...); 4. da operacionalidade das unidades de produção (infraestrutura, em especial, as redes de produção e distribuição de energia, as redes de comunicação e transporte, os sistemas de canalização para fornecimento de água, coleta de lixo...); 5. da efetividade de operação do mercado (infraestrutura, especialmente, redes de transporte e instalações de armazenagem, sistemas que permitem a veiculação, cruzamento e comparação de informações entre produtores/produtoras e consumidores/consumidoras...); e, 6. da realização social do mercado (o caráter genérico da publicidade que, entre outras, condiciona certo estilo de vida).

Com base nesses aspectos gerais do desenvolvimento ampliado das condições de acumulação do capital, o esforço teórico empreendido no pós II Guerra Mundial, sobretudo a partir dos anos de 1950, para criar uma abordagem acerca dos processos de desenvolvimento econômico desencadeados em países da periferia do capitalismo, acabou por engendrar um intenso debate sobre o conceito de subdesenvolvimento.

Este se sustenta na ideia de que o desenvolvimento capitalista gera estruturas híbridas, organicamente dependentes das transformações que ocorrem no centro dinâmico do processo de acumulação. Formulado desta maneira, o conceito de subdesenvolvimento pode ser entendido como uma construção histórica, na qual a natureza do processo de acumulação se expressa pela exploração da força de trabalho, mas também por características próprias, que via de regra impõe condições sociais relativamente mais perversas.

Visto como um sistema global de sociedades/economias, o capitalismo apresenta contrastes com desigualdades profundas e hierarquias historicamente constituídas que tendem a se reproduzir.

Mais ainda, a depender da extensão dos territórios nacionais e das suas potencialidades, as desigualdades e hierarquias potencializam os efeitos perversos que são próprios da ordem social capitalista (Myrdal, 1972; Chesnais, 1995; Marini, 2000).

Nesta perspectiva, as características sociais, políticas e econômicas próprias ao subdesenvolvimento podem ser apresentadas da seguinte forma: **1.** heterogeneidade estrutural, concentração de renda e de riqueza (Prebisch, 1949; Pinto, 1970 e 1975); **2.** dependência externa tecnológica, financeira, econômica e política (Prebisch, 1949; Sodré, 1987; Furtado, 2003; Marini, 2012; Osório, 2012); **3.** oferta ilimitada de mão-de-obra (Lewis, 1969), como um dos elementos fundamentais para a superexplora o da força de trabalho (Marini, 2000; Amaral e Carcanholo, 2012). Este último elemento condiciona o potencial do processo de acumula o em nível nacional.

Esses elementos aportaram   afirma o de que o subdesenvolvimento não   uma etapa do desenvolvimento capitalista, se não uma constru o histórico-estrutural, não podendo *“ser estudado como uma ‘fase’ do processo de desenvolvimento, fase que tenderia a ser superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores”* (Furtado, 2003, p. 88). Assim, *“o subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exce o permanente do sistema capitalista na sua periferia”* (Oliveira, 2003, p.131).

Esta “forma de exce o permanente” garante (e afirma): **a-** a inevitabilidade da expansão do capital para sua reprodu o em escala interplanetária, transformando a estrutura socioecon mica periférica em fun o da demanda central (Sodré, 1987; Furtado, 1992; Marini, 2000; Harvey, 2005 e 2013); e, **b-** a

“compressão espaço-tempo” (Harvey, 2005) ou a “anulação do espaço pelo tempo” (Marx, 1968 e 1974), através de criação de mecanismos tecnológicos que possibilitem a aceleração do tempo de rotação do capital, reproduzindo a lógica produtiva na periferia, reduzindo o tempo de comercialização de mercadorias.

Enfim, o subdesenvolvimento caracteriza um espaço submetido ao desiderato capitalista, cuja utilização ganha intensidade ou não a partir das necessidades do processo de acumulação global. Isto tudo posto ao nível de abstração correspondente às determinações estruturais do sistema capitalista.

A par disso, e em decorrência do desenvolvimento de uma série de debates sobre o tema e que se desdobra numa atitude programática, são apontados os elementos que serviriam para um debate sobre a possível “superação” do subdesenvolvimento (e, para além, a dependência à internacionalização do capital).

Primeiramente, o entendimento de que a industrialização (integral) é condição necessária à superação da pobreza e do subdesenvolvimento (Furtado, 1961 e 2003; Prebisch, 1949 e 1973; Agarwala e Singh, 1969).

Em segundo lugar, tal condição só poderia ser implementada pelo Estado, via planejamento (Sodré, 1987; Simonsen, 1973), certo de que o automatismo de mercado só poderia recrudescer as condições de exploração e de dominação (Myrdal, 1972).

Terceiro, o planejamento deveria definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de produção dessa expansão, removendo os “obstáculos à transformação” e superando o principal problema do desenvolvimento, em especial nas estruturas subdesenvolvidas, que seria o de criar e movimentar energias humanas (coletivas), na direção a que se deseja e com potencial de engendrar a criatividade (Furtado, 1978; Myrdal, 1972; Hirschman, 1962).

E, por último, em decorrência do terceiro elemento, o Estado deveria coordenar a execução da expansão. A ideia principal é de que não haveria meios de alcançar uma industrialização eficiente por meio do mecanismo de mercado (das forças espontâneas de mercado).

Tais elementos evidenciam a seguinte caracterização dos países subdesenvolvidos: 1. existência de baixa diversidade produtiva (daí a industrialização integral), expressa por complementariedade intersetorial e integração vertical reduzidas; 2. especialização em bens primários; 3. forte heterogeneidade tecnológica e oferta ilimitada de mão de obra com renda próxima à

subsistência; 4. estrutura institucional (Estado, estrutura fundiária latifundiários e empresarial etc) com pouca vocação para o investimento e o progresso técnico (Bielschowsky e Mussi, 2005 e Bielschowsky, 2008<sup>1</sup>).

De posse dessa caracterização, o Estado deveria encaminhar reformas que levariam em conta, respectivamente, em relação aos itens acima:

1. a necessidade de investimentos simultâneos em muitos setores, com “encadeamentos para frente e para trás”, principalmente “para trás”, implicando em relações de interdependência (a ideia de desenvolvimento como cadeia de desequilíbrios de Hirschman (1961));
2. que a capacidade de geração de divisas é limitada, e a pressão por elas, elevada;
3. que a produtividade média é baixa e é pequeno o excedente como proporção da renda;
4. o atraso institucional, que leva ao desperdício de parte do excedente através de investimentos improdutos e de consumo supérfluo, baixo estímulo ao investimento e ao progresso técnico (Bielschowsky e Mussi, 2005 e 2008).

Esse diagnóstico impõe a necessidade de mudanças que caracterizaram o “primeiro ciclo ideológico desenvolvimentista” (Bielschowsky, 2000): a criação de uma estrutura estatal voltada para uma ação desenvolvimentista, com base na criação e/ou reorganização de instituições de organização do capital (inclusive o financeiro) e trabalho, impulsionado pela correlação de forças que se desdobraram em um ambiente de deslocamentos dos recursos existentes para uma política de expansão da demanda interna.

Tem-se como fases desse momento histórico: 1930-1945, origem, com debates entre os liberais e os ligados à oligarquia agrária; 1945-1955, amadurecimento; 1956-1961, auge; e, 1961-1964, crise, com o projeto de desenvolvimento ideologicamente maduro, mas questionado enquanto: sua sustentação econômica; quanto a composição dos capitais (estatal, privado e estrangeiro) e quanto a distribuição da renda.

A crise que se estabelece no âmbito da divisão internacional do trabalho, portanto exogenamente, e a que se configura internamente pela condução das reformas evidenciadas pelos projetos de desenvolvimento implementados,

---

<sup>1</sup>Parte do que é citado com essa referência é uma compilação da aula magna “O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e depois”, proferida pelo autor na Universidade Estadual de Goiás, no Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, em 2008.

apresenta a necessidade de revisão da condução da política de desenvolvimento: o “segundo ciclo ideológico desenvolvimentista”.

Nesse contexto encontra-se o amadurecimento do debate sobre as soluções, especialmente sobre a modernização conservadora. Integram, nesse processo, os planos de desenvolvimento de integração regional e a intensa metropolização/urbanização do sistema econômico nacional, com base em uma ação estatal de controle dos distúrbios no mecanismo de preços.

Poderiam ser considerados momentos do novo ciclo desenvolvimentista: 1964-1968, amadurecimento do debate sobre as soluções; 1968-1974, o auge do debate e do processo de geração de riqueza; 1974-1980, estabilidade do processo de geração de riqueza e fragilização dos mecanismos estatais de condução da política de desenvolvimento, articulada ao cenário econômico e político, inclusive em nível de debate, ocorrido no centro do capitalismo.

Ao longo e a cabo desta discussão, os teóricos da dependência apontavam as limitações dessa abordagem, indicando que

“Ao reproduzir esse sistema produtivo e essas relações internacionais, o desenvolvimento do capitalismo dependente reproduz os fatores que o impedem de alcançar uma situação vantajosa nacional e internacionalmente, e, assim, reproduz o atraso, a miséria e a marginalização social em seu território (...) As providências políticas propostas pelos desenvolvimentistas da CEPAL, UNCTAD, BID etc não parecem permitir a destruição desses terríveis grilhões impostos pelo desenvolvimento dependente.” (Santos, 2011, p. 16-17)

A ação estatal passa a ser questionada e os anos de 1980 passam a configurar-se como um momento de reorganização das instituições políticas e de ordem de política econômica, em especial. O controle inflacionário e a questão da dívida externa passam a dar o tom das ações do Estado, em meio a um novo cenário que denota “*em novas formas de relações nacionais e internacionais que, somadas a fatores tecnológicos e políticos, passaram a caracterizar um novo sistema – um novo regime de acumulação do capital.*” (Villaschi Filho e Felipe, 2014; Chesnais, 1995 e 1996; Harvey, 2013)

O debate passa a envolver, no plano da macroeconomia, ortodoxos e heterodoxos na questão sobre os tipos de demanda e o controle das contas públicas. Ocorre uma transição da lógica de intervenção para a expansão do



sistema (portanto, da concepção desenvolvimentista), para uma lógica voltada para a estabilização do sistema (portanto, para uma concepção de crescimento sustentável).

Nesse plano, destacam-se três fases: 1981-1985, recepção e ajuste da crise internacional; 1986-1994, adoção de medidas de controle inflacionário e alteração da correlação de forças políticas para implementação do novo ciclo de desenvolvimento; 1994-2008, implantação do novo ciclo de desenvolvimento, com base na concepção de que “o mercado terá um papel positivo na coordenação da economia”. Inicia-se um novo debate, agora entre neoliberais e neo-desenvolvimentistas (Bresser-Pereira, 2012).

A par disso, os condicionantes para as atuações do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro, foram:

1. o esforço teórico que se estabelece pós-segunda guerra mundial, com base na tentativa de uma teoria do desenvolvimento que pudesse analisar e explicar o processo de desenvolvimento nos países fora do núcleo dinâmico do sistema capitalista global e no entendimento de que o Estado deveria planejar e conduzir tal processo;
2. a crise do projeto que se estabelece por questões internas e externas ao sistema econômico brasileiro. Internas, quando da implantação de políticas de expansão de demanda, com base na concepção keynesiana, forjadas pelo endividamento estatal e ancoradas no movimento dos preços relativos da economia, em especial, dos bens de consumo para trabalhadores/trabalhadoras;
3. ainda, a construção de um aparato estatal financeiro avançado, antes de se estabelecer os laços de uma indústria produtora de bens de capital, voltadas para impulsionar e responder à demanda interna (Tavares, 1972);
4. os condicionantes externos, como entrelaçamento ao processo de reorganização do núcleo do capitalismo. Este, expresso no processo de tensão entre a condução (avanço e novas tensões criadas pelas) das políticas de bem-estar e as condições de acumulação do capital.
5. por último, e como resultado dos dois anteriores, o surgimento de um novo debate entre liberais e desenvolvimentistas (de várias matizes e abordagens) calcado no entendimento de que há necessidade de se rever o papel do Estado e do mercado no processo de desenvolvimento, em especial, brasileiro. (Bielschowsky e Mussi, 2002 ; Magalhães, 2009)

Esse intenso debate se faz presente em meio a significativas transformações de conduta do movimento ampliado da acumulação capitalista, no sentido de desdobramentos da expansão capitalista, implementada a partir dos fins dos anos de 1960 e primeira metade dos anos de 1970, engendrando a crise estrutural da acumulação do capital. (Arrighi, 1996 e 1997; Chesnais, 1996; Harvey, 2003 e 2005; Mészáros, 2002 e 2009)

Esse movimento apresentou os seguintes elementos fundamentais. Primeiro, o amplo processo de disseminação e alargamento das fronteiras espaciais de acumulação produtiva, no chamado movimento globalizante. A globalização produtivo-financeira ali desencadeada alargou e intensificou a reprodução do capital, ao tempo em que desenvolveu ideologicamente a ideia da essencialidade da abertura comercial e financeira, num intenso processo de “coação” (Mészáros, 2002; Harvey, 2003 e 2005) aos países subdesenvolvidos a desencadearem políticas econômicas que favoreceriam o livre fluxo de capitais e mercadorias, através da reestruturação produtiva nas indústrias. A reestruturação produtiva nas indústrias se daria, sobretudo, na automobilística, como resultado da introdução de tecnologias e organização do uso do trabalho, e da horizontalização do processo produtivo, que amplia a base produtiva ao fragmentar o processo de produção, porém, intensificando a concentração, ao centralizar o poder decisório no oligopólio mundial (Arrighi, 1996 e 1997; Chesnais, 1996; Costa, 2012; Ferreira, 2012; Marini, 2000);

Segundo, o avanço das múltiplas formas de acumulação financeira – a financeirização -, desencadeando uma autonomia relativa e um descolamento do capital financeiro frente ao produtivo, indicando que o capital fictício tornaria o processo de acumulação estreitamente dependente de sua performance e intensificando o processo de exploração do trabalho através do crédito abundante. (Costa, 2012; Mészáros, 2009)

Esse processo de mundialização do capital (Chesnais, 1996 e 2005) passa a dar o tom da acumulação numa trajetória de endividamentos das famílias da classe trabalhadora pertencente à classe média, subjugando-as a um processo de pauperização e/ou intensificação do trabalho, alterando substancialmente as estruturas de controle social e político, historicamente constituídas. (Mészáros, 2009)

No período pós-1970, sendo mais evidente nos anos da década de 1990, a correlação de forças que conduzia o papel do Estado brasileiro foi alterada, visando

intensificar a acumulação financeira, induzindo a acumulação territorial do trabalho à luz das decisões empresariais, frente à corrida que se estabelecia entre os entes da federação visando a atração de investimentos produtivos.

O aspecto das relações existentes entre a classe média capitalista dos países subdesenvolvidos, as lideranças das nações industrializadas e a estrutura político-social dos governos no poder dos países subdesenvolvidos, como cita Baran (1969), foi alterado sob o ímpeto da financeirização mundial e da readequação dos capitais produtivos (Chesnais, 1996 e 2005). Estes capitais buscavam condições de acumulação por meio da aquisição/controlar de estatais e de mecanismos de aproximação aos governos dos Estados da federação brasileira, de forma que as tomadas de decisão pudessem ocorrer em escala estadual.

O ambiente de crises recorrentes e de baixo crescimento, que envolvia países subdesenvolvidos e desenvolvidos ao longo dos últimos 20 anos do século XX e dos primeiros dez do atual, demonstrara que tal procedimento apontava para uma “progressiva vulnerabilidade da organização industrial contemporânea” (Mészáros, 2009), em múltiplas escalas. Uma crise sistêmica (Costa, 2012).

Estava em curso uma reordenação dos aspectos recorrentes aos mecanismos de controle e de tomadas de decisões entre capitais, *mister* em situações de reorganização do processo de acumulação. Esta reorganização significa que o problema da reprodução, ao persistir, se colocava sob novas bases – a da acumulação financeira – e estava imerso a um movimento de crises recorrentes e curtas (com ciclos em ritmos acelerados e descontínuos), impedindo, em princípio, que os excedentes tanto de capital como de trabalho fossem absorvidos a contento, desvalorizando-os.

As manifestações do que fora chamado acima de crises (o desemprego e o subemprego crônicos, o excedente de capital e a falta de oportunidades de investimento, a falta de demanda efetiva no mercado) remonta à tendência básica da superacumulação (Harvey, 2003 e 2005) e faz emergir daí um “novo” e denso centro decisório (ou múltiplos centros com capacidades e funcionalidades diversas e intencionais para dirimir e orientar os efeitos da crise sistêmica (Neto, 2012)), catalisador e indutor de reordenamentos de capitais em nível global e intra nacional, expandindo a capacidade produtiva do sistema e renovando as condições de acumulação adicional, em especial nos espaços de acumulação subdesenvolvidos e dependentes, apontando para novas e pesadas tendências para a economia

mundial: alta generalizada dos preços relativos (de início pelas altas dos preços das *commodities* minerais, e depois, petróleo e alimentos, alta da massa salarial e mundialização do consumo de massas e ampliação e diversificação do sistema financeiro (da oferta de recursos financeiros), caracterizando um ambiente de altíssima liquidez atrelada à crise internacional (Castro e Castro, 2011; REC, 2012).

### **Seção III - A condição aparente da aceleração recente do desenvolvimento no estado de Goiás: a manutenção dos elementos constitutivos dos conceitos de subdesenvolvimento e de dependência**

“O capitalismo como sistema mundial se estrutura de maneira heterogênea, entre centros, semiperiferias e periferias ou – no atual estágio de maturidade da economia capitalista – entre economias imperialistas (como Estados Unidos e Alemanha), semiperiferias imperialistas (como Espanha), subimperialismos dependentes (como Brasil), economias dependentes (Peru e Chile) e periferias (países da África), sendo que as três primeiras prevalece e apropriação do valor – apesar de que a partir das segundas também há cedência de valor – e nas duas últimas prevalecem as transferências de valor para todas as anteriores, sob diferentes mecanismos, segundo os diversos momentos históricos. É com base nessas relações que os problemas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento encontram sentido, e não mediante a consideração de economias isoladas como fazem diversas escolas econômicas e organismos internacionais reiteradamente e sob discursos que apenas mudam de forma.” (Osorio, 2012, 39-40)

É no bojo do processo assinalado acima, que se estabelece o desenvolvimento territorial brasileiro, com fundamentos que se constroem no período de 1950 a 1970, auge do desenvolvimento regional como base de planejamento estatal. Isto caracteriza um procedimento importante: não foi por falta de planejamento que o processo de desenvolvimento regional no Brasil se deu da forma como foi, senão o inverso (Cano, 1985 e 2008). Os procedimentos de política governamental ali implementados definiram o Estado como o principal agente criador do efeito de causalção circular (Myrdal, 1972) da concentração de renda para a acumulação de capital em um centro dinâmico regionalmente definido.

Desta forma, a reprodução de uma relação centro-periferia internacional acaba por definir uma lógica de exploração do trabalho que segue uma intencionalidade [objetiva] das relações entre os próprios entes federativos. Define-se assim, o papel de cada estado da federação na lógica de acumulação do país: criam-se espaços de reprodução capitalista com atribuições intencionais para a participação na lógica interna e externa de acumulação, respaldando o processo de homogeneização da acumulação do capital e da exploração do trabalho.

É nesse contexto que a discussão em tela, o desenvolvimento socioeconômico goiano, traduzido na divisão territorial do trabalho goiano e no processo de constituição de um território de acumulação do capital com base na superexploração do trabalho, se apresenta. Ressalta-se que,

“a homogeneização não deve ser associada a nenhuma ideia de afinidades ou de solidariedade de uma ‘comunidade’ particular, mas ao movimento universalizante do capital, arrebatando mesmo os espaços mais remotos a um único domínio. Apenas nesse sentido o capital é homogeneizador e abarcador” (Brandão, 2007, p. 72).

Portanto, o movimento homogeneizador replicante, isto é, que arrebatou Goiás neste sentido, aponta para a necessidade de um olhar acurado para além das visíveis “abstrações” (Furtado, 1974). Aponta para um esforço sob a ótica do trabalho, com base no conceito de território *como processo e em processo* (Santos, 1986), e com necessidade de reafirmação do processo em curso.

Ao longo e ao cabo dessa contextualização, o debate teórico - que envolve os conceitos de região, espaço, território, redes, entre outros -, que se estabelece no campo das ciências econômicas e geográficas se faz presente. E é na concepção de território, em lugar de região, que se estabelece uma das principais alterações da política de desenvolvimento nacional que envolve a intervenção estatal. A noção de região, sobretudo fincada na questão dos limites físicos entre territórios nacionais, foi cedendo espaço à noção de território.

Em consonância com a identificação de Santos (1998 e 1999), “*a gestão do território, a regulação do território são cada vez menos possíveis pelas instâncias ditas políticas e passam a ser exercidas pelas instâncias econômicas*”, e de forma contundente, aponta a tensão que esse processo hierarquizado apresenta: “*o que é grave é que as necessidades das empresas globais, e isso o território mostra, arrastam os governos – nacional, estaduais, no caso do Brasil, e locais*” (Santos, 1999, p.21).

Essa constatação nos remete à concepção de território como estratégia, imerso nas políticas territoriais do governo brasileiro, conforme citado pelo Ministério da Integração Nacional:

“o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento pretendeu não apenas analisar a profunda imbricação entre desenvolvimento e território, mas também propor, a partir daquela análise, um conjunto articulado de investimentos capazes de provocar uma modificação na configuração atual do território nacional, caracterizada por uma grande concentração espacial em termos populacionais e econômicos na região litorânea - quando analisamos o território nacional no sentido Leste-Oeste - e no Centro-Sul do País - quando estudamos o território brasileiro no sentido Norte-Sul. Sob esse ponto de vista, pode-se afirmar que o Estudo possui como pressuposto que os investimentos do Governo, particularmente do Governo Federal, são determinantes de uma nova geografia econômica do Brasil.” (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008)

A concepção de desenvolvimento, aqui em discussão, reflete a seguinte preocupação de Santos (1998, p. 16):

“O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares. Na realidade, esse acontecer solidário se apresenta sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico.”

Para efeito de nossa discussão, ressaltamos que:

“(...) o acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo (...) o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem à produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço.” (Idem, p. 17)

A partir do exposto, entende-se que movimento similar ao ocorrido na divisão internacional do trabalho, aconteceu no interior da economia brasileira, sobretudo a partir dos anos de 1990, induzido pela política macroeconômica, a partir de 1994: a lógica da divisão internacional do trabalho, acirrando a condição de subdesenvolvimento brasileiro, numa versão intra-regional.

A dinâmica evidenciada na economia brasileira, nos últimos anos, apresenta uma mobilidade do capital rumo à sua periferia, traduzindo-se na acumulação do trabalho em seu “núcleo”, tal qual na divisão internacional do trabalho (Arrighi, 1997): como resultado da “fragmentação” das estruturas produtivas em direção aos sistemas econômicos subdesenvolvidos, ao tempo que concentra as atividades

produtivas mais dinâmicas nos países desenvolvidos, pertencentes ao “núcleo” do capitalismo mundial.

Assim, são articulados os processos de industrialização e de desenvolvimento, sem a clareza de que não são a mesma coisa. E, por assim dizer, as transformações são reproduzidas (pela divisão internacional do trabalho) e impostas pela introdução de novas estratégias de produtividade e de competitividade, ocorridas nas economias desenvolvidas, antecipando a maturação desses movimentos no interior das economias subdesenvolvidas. Estes “fenômenos”, entre outros, vão colaborar para reorientar as discussões em torno de uma “agenda do desenvolvimento territorializado” (Brandão, 2004).

Tal movimento homogeneizador replicante, resultou, no caso brasileiro, em uma reconcentração das atividades mais dinâmicas no centro, leia-se Sudeste.

E a exploração do trabalho (processo contraditório e específico, historicamente, de conversão produtiva de dinheiro em meios de produção – trabalho materializado – e força de trabalho – trabalho em ação e potencialmente materializável), que daí se sucede, desencadeou uma imensa geração de ocupações profissionais vulneráveis, intensificando o número de trabalhadores/trabalhadoras inseridos/inseridas no setor informal e/ou em atividades caracterizadas pelos serviços pessoais.

Esse movimento homogeneizador replicante, portanto, criava um mercado de trabalho desestruturado, densamente segmentado e aberto aos movimentos de exploração da força de trabalho. (Oliveira e Mattoso, 1996; Pochmann, 2001, Alves, 2000; Organista, 2006; Antunes e Silva, 2004)

O movimento rumo à periferia se dá como resultado de uma mudança de atuação do capital inserido nas atividades agrícolas, imprimindo uma nova forma de integração ao capital industrial central. Assim, a resposta agroindustrial que se segue recobre os limites impostos à divisão inter-regional do trabalho estabelecido no país, ou seja, a indústria do Sudeste/Sul em contraposição ao setor agrícola do Centro-Oeste/Norte, de forma a espriar tal condição e incluir estas regiões na dinâmica industrial nacional.

A agroindústria passa a representar, por um lado, uma integração das “fronteiras agrícolas” na dinâmica industrial da economia brasileira (Castro, 1995), incluindo as cidades onde se estabelecem ao “estilo de vida moderno”; e, por outro lado, representa uma intensificação da estrutura agrícola na condução da dinâmica



regional, fragmentando os laços de interdependência entre estas regiões e integrando-os de forma mais intensa à divisão internacional do trabalho, onde a indústria se apresenta como seu desdobramento (Castro, 1980).

A dinâmica do desenvolvimento territorial recente, vista desta forma, se apresenta como uma possibilidade de um subdesenvolvimento revestido (ou em um desenvolvimento periférico revestido – essa a discussão). Sob uma “nova” roupagem, identificada, sobretudo, pelo processo de “desindustrialização precoce”, discutida por Ricupero (2007) - anunciada pela “construção interrompida”, em Furtado (1992) -, os limites estruturais para a superação do subdesenvolvimento brasileiro são ampliados. Tal discussão suscita demonstrar que o papel atribuído ao Centro-Oeste brasileiro nesta questão tende a colaborar para a ampliação desses limites.

Esses elementos, ainda que preliminarmente, sugerem uma rediscussão do que apontara Oliveira (1977, p. 55): “(...) o processo em causa é o da substituição de uma economia nacional **formada por várias economias regionais** para uma economia nacional **localizada em diversas partes do território nacional**” (grifos do autor).

Se para o autor a questão centrava no crescimento da região Sudeste e no seu papel para a distribuição espacial das atividades econômicas no território nacional; aqui, ainda que este princípio permaneça, a transposição reflexiva do papel da agroindústria tende a indicar uma reorientação desta abordagem, de forma a identificar este processo como o reaparecimento de uma “constelação de sistemas” (Furtado, 1961), sob outras bases.

Por isso, o entendimento aqui é o de complementação. Não que os autores estejam dizendo a mesma coisa. Não estão. E isso ocorre em função do hiato temporal da análise, que se estabelece, ela mesma, em função das bases materiais em que se encontra a produção capitalista do espaço de reprodução ampliada do capital. Esse movimento que, em geral, não altera o sentido do processo em si, é o da expansão das relações capitalistas de produção que se mantêm em torno da fragmentação dos locais para a manutenção da concentração da dinâmica de sua condução.

Desta forma, a “constelação de sistemas” é referência para a “economia nacional formada por várias economias regionais”, onde estas dão o tom da não integração existente. Via de regra, esta constelação permanece para a “economia

localizada em diversas partes do território nacional”, onde essa dá o tom da integração não existente, aos “olhos” do centro dinâmico da acumulação capitalista global e de sua dinâmica de ocupação e criação de espaços para a acumulação.

A referência a uma integração não existente, à luz da dinâmica da acumulação, significa que o próprio processo (o de acumulação), ainda que em um ambiente territorialmente definido físico e socialmente, não reflete, à luz do desenvolvimento capitalista homogeneizador, elementos capazes de sustentar um todo macrodeseñado, espacialmente organizado pela (e para a) dinâmica da reprodução capitalista em órbita nacional. Na atualidade de Castro (1980, p. 121) “*a economia passa assim a redefinir a geografia do país*”. Entendendo aqui a geografia como o espaço de reprodução de capital expresso em um território de acumulação.

Esse todo permanece definido em partes, que são funcionais aos aspectos mais relevantes da acumulação interna e, que só e somente só, é interna em torno de um conceito [abstrato] integrador: o país. Do ponto de vista da ocupação pelo capital, para a acumulação, é uma parte única.

Esses elementos estão presentes na estratégia de desenvolvimento territorial do governo brasileiro:

“Importante dizer que o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento trabalha com a regionalização do País em duas escalas, uma sub-nacional (macrorregiões) e outra sub-regional (sub-regiões). A definição desses recortes territoriais foi realizada com base nos processos históricos da formação nacional, nas identidades socioculturais e nas conexões e relações advindas dos sistemas de cidades e respectiva rede urbana. No caso da regionalização em escala sub-regional foram também consideradas as diversas regionalizações existentes em escala estadual. A proposta do Estudo é que esta nova regionalização possa servir de referência para uma ampla articulação: público-público (intra e intergovernamental), público-privado e público-sociedade civil organizada.” (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008)

Isto posto, as ações idealizadas em nível federal apresentam-se articuladas e com certo nível de organicidade. E são organizadas em estratégias de intervenção em territórios, anteriormente classificados a partir de critérios que envolvem as dimensões apontadas pela política de expansão da rede federal de ensino: social, geográfica e do desenvolvimento.

Esse procedimento identifica uma política desencadeadora de ações desenvolvimentistas que envolve a participação da população do lugar e dos

elementos externos que ali, e em volta, se articulam. A materialização dessas ações articuladas e coordenadas, em meio aos tensionamentos que daí derivam, é que darão a condição de intencionalidade, à de desenvolvimento propriamente dito.

O Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento (2008), após consideradas as orientações do PPA 2004-2007, as diretrizes apresentadas pela Agenda Nacional de Desenvolvimento, construídas no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/CDES, aponta a “diferença entre duas frações” do território nacional: uma ao norte e outra ao sul, divididas por uma linha que passa pelas regiões de Porto Velho/RO, Brasília/DF e Vitória/ES:

“uma porção Sul desenvolvida, que apresenta os melhores índices sociais e econômicos do país, que se expande para a região Centro Oeste, e uma mais ao Norte com indicadores abaixo da média nacional em termos de desenvolvimento econômico e social.” (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG, 2008).

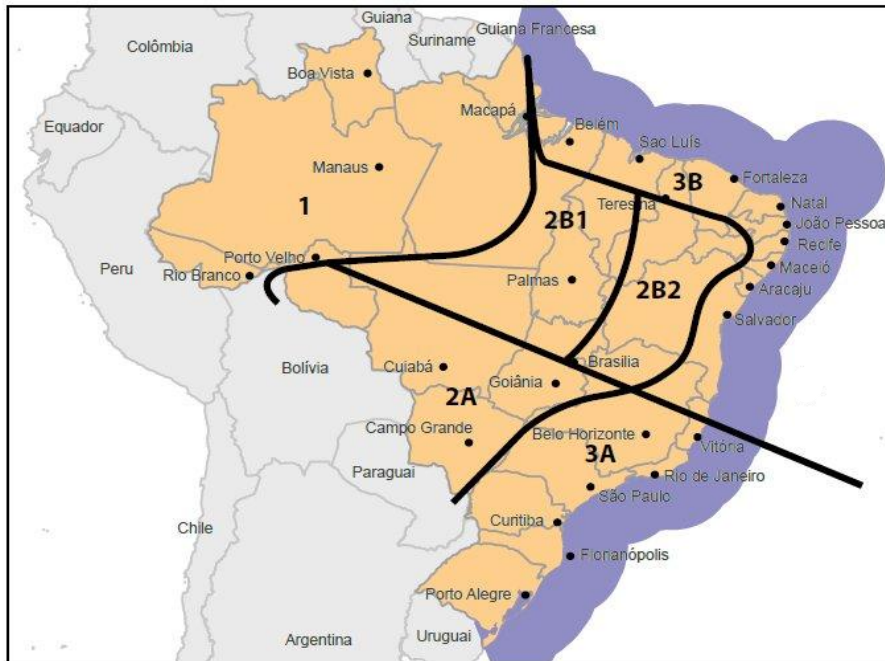
O resultado dessa demarcação, com mais uma que situa “dois anéis” no território brasileiro (as sub-regiões Amazônia Ocidental e Amazônia Central, tal como definidas no Plano Amazônia Sustentável – PAS, e a área que envolve Brasília, com sua conexão com a vizinha Goiânia e seus eixos de acesso ao Centro-Sul, em direção ao Triângulo Mineiro e São Paulo e a Belo Horizonte e Rio de Janeiro), apontou para uma nova configuração do espaço econômico-territorial brasileiro (Quadro 2 e Mapa 1).

## Quadro 2 – Territórios Homogêneos e seus vetores estratégicos de desenvolvimento

Território 1- Bioma Florestal Amazônico	Território 2A – Centro-Oeste	Território 2B1 – Centro-Norte
<p>1. Revolução técnico-científica associada à biodiversidade, para valorizar decisivamente os produtos da floresta e de suas águas.</p> <p>2. Empreendedorismo regional, que abra espaço para novas fronteiras da inovação social e gerar atividades que valorizem a cultura regional.</p> <p>3. Implantação de uma logística integrada e adequada às especificidades da área.</p> <p>4. Transformação das débeis redes de cidades em um sistema urbano, capaz de melhorar a provisão de serviços básicos à população.</p> <p>5. Fortalecimento da presença do Estado e dos instrumentos de ordenamento territorial.</p>	<p>1. Oferta de uma malha logística adequada em transporte e energia.</p> <p>2. Consolidação da ocupação agroindustrial contemporânea, diversificando e ampliando suas bases de sustentação tecnológica e financeira.</p> <p>3. Desenvolvimento de iniciativa que aponte caminhos para superar os problemas fundiários e ambientais.</p> <p>4. Fortalecimento dos elos que se estruturam no arco Brasília-Anápolis-Goiânia, o que ajudará a região a se tornar um pólo de atração de empreendimentos de base científica e tecnológica e serviços de alta complexidade.</p> <p>5. Integração sul-americana baseada em complementaridade de recursos e projetos conjuntos, capazes de embasar uma agenda de desenvolvimento para o coração do continente.</p>	<p>1. Ampliação intensiva da logística disponível com a estruturação de uma economia minero-agro-industrial ativa na área florestal desmatada localizada na confluência dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins.</p> <p>2. Aproveitamento de grandes extensões de terras degradadas e/ou abandonadas pela antiga frente de expansão.</p> <p>3. Modificação da estrutura da ocupação produtiva dos cerrados e ofertas de alternativas tecnologicamente densas de exploração agro-silvo-pastoril.</p> <p>4. Desenvolvimento da conectividade interna da região a partir das cidades que cresceram com a nova dinâmica, como Barreiras e Balsas, ou mesmo Palmas.</p> <p>5. Montagem de uma competência técnico-científica dedicada, voltada às questões das atuais formas produtivas.</p>
Território 2B2 – Sertão Semi-Árido Nordestino	Território 3A - Litoral Sudeste-Sul	Território 3B – Litoral Norte-Nordestino
<p>1. Promoção de amplo acesso à água e seu uso sustentável.</p> <p>2. Apoio e impulso a atividades regionais adequadas ao ambiente e à cultura regionais.</p> <p>3. Renovação e ampliação da logística para ampliar a acessibilidade, a integração e a revitalização dos núcleos urbanos.</p> <p>4. Adensamento da base científico-tecnológica na área, com reforço ao ensino técnico profissionalizante.</p> <p>5. Esforço decisivo em educação, saúde, saneamento, habitação e resgate social por mecanismos de transferência de renda que o território demanda.</p>	<p>1. Fortalecimento das competências em CT&amp;I do território, mobilizando-as para que contribuam diretamente na formação mais intensa de competências em outras partes do País.</p> <p>2. Consolidação das articulações das cidades mundiais do país com as redes estabelecidas e pólos do Cone Sul, ampliando as condições de inserção global autônoma.</p> <p>3. Desenvolvimento das possibilidades de articulação da estrutura socioprodutiva com países vizinhos.</p> <p>4. Mudança das condições de vida nos grandes centros urbanos com maior integração social, acesso a serviços públicos e redução da violência.</p> <p>5. Exploração sustentável dos recursos do mar e dos ambientes costeiros, incluindo pesca, transporte, lazer, exploração mineral e aspectos ligados à defesa.</p>	<p>1. Promoção de setores competitivos com alto poder de geração de emprego e renda.</p> <p>2. Diversificação econômico-produtiva de zonas dedicadas secularmente às monoculturas.</p> <p>3. Distribuição ampla de ativos estratégicos pela população e pelas sub-regiões.</p> <p>4. Fortalecimento e intensificação das relações que o território mantém com o mar e os ambientes costeiros.</p> <p>5. Adensamento tecnológico e comercial das novas e velhas cadeias produtivas regionais.</p>

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG, 2008.

Mapa 1 – Brasil: Territórios Homogêneos

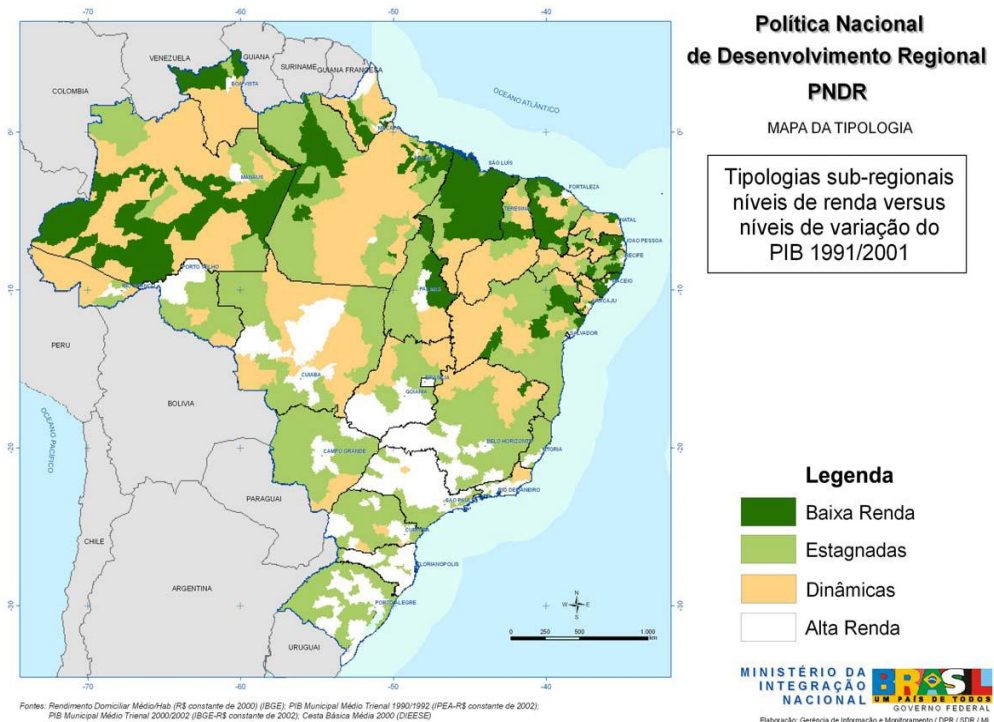


Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG, 2008.

Essa configuração sinaliza para a construção de um arranjo sócio-político-econômico-territorial-institucional nacional, uma vez que o estudo citado apresenta uma extensa e densa tipologia, descrevendo a territorialização brasileira em termos de regiões de referência: pólos de desenvolvimento, macrorregiões e sub-regiões (MPOG, 2008) para as ações estratégicas de desenvolvimento, que podem ser somadas “aos espaços subregionais prioritários” (PNDR, 2008) que estabelecem microrregiões “idealtípicas” para as ações de desenvolvimento (MAPA 3).

“A ação da Política não se limita à alocação equânime de recursos de origem federal nos territórios; ela reconhece as desigualdades regionais em múltiplas escalas de intervenção e orienta políticas e programas que promovam o desenvolvimento territorial. Busca, ainda, articular políticas setoriais para regiões e sub-regiões prioritárias, sobretudo as de baixa renda, estagnadas e com dinamismo recente, segundo a tipologia proposta pela PNDR.” (PNDR, 2008)

Mapa 2 – Brasil: tipologia subregionais



Fonte: Política Nacional de Desenvolvimento Regional/PNDR

Esses elementos acenam para o desenvolvimento de ações de políticas públicas articuladas, em vistas à alteração do atual complexo institucional existente. Ou seja, de criação de condições gerais de produção que garantam a reprodução do capital em território brasileiro, em consonância com a geopolítica e geoeconomia mundiais.

Isso envolve um mecanismo de aproximação com as populações ali residentes, de uma intensa alteração das condições de vida das populações envolvidas no processo. Envolve, entre outras, criações de elementos que sejam capazes de se integrar às questões locais, que representam os “saberes locais”, enraizados no processo de formação/constituição do território em questão, como destacado por Santos (1998, p.17):

“Afirma-se, ainda mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território já que usado o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética se afirma mediante um controle 'local' da parcela 'técnica' da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Este comando se baseia na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma, na sua densidade funcional a que podemos igualmente chamar densidade informacional. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e os seus “relais” nos territórios diversos.”

Portanto, a divisão territorial do trabalho proposta significa um novo revestimento a um procedimento orgânico e sustentador da lógica da acumulação: a [inevitável] expansão das relações sociais da produção capitalista. O fato é a afirmação, contida na estrutura da proposta (no Quadro 2 e no Mapa 2, em especial) da divisão territorial do trabalho brasileira à luz de seus espaços de acumulação.

Vale ressaltar os elementos constitutivos da proposta que reforçam o papel das “cidades mundiais”, como fundamental para a “inserção global autônoma” e o fortalecimento das condições gerais de operatividade do processo de trabalho e do mercado, bem como, de operacionalidade das unidades de produção, intencionalizando assim, a manutenção das atividades produtoras locais, com requinte de avanço técnico e tecnológico, reforçando a funcionalidade de cada território para os aspectos da produção e da circulação, correspondente ao tipo de acumulação requerido.

Sob este ponto de vista, ainda que seja identificado o papel centralizador de decisões, nos aspectos relacionados à concentração de atividades produtivas existentes na região Sudeste, ocorre, contraditoriamente, uma fragmentação das decisões no sentido de revitalização das ligações externas, à divisão internacional do trabalho, direcionando a dinâmica de investimentos e transformações produtivas nos espaços internos de reprodução. Indicando uma combinação dos processos citados por Oliveira (1977) acima.

Assim, a dinâmica identificada por Oliveira (1977) de que:

O processo de redivisão, partindo da indústria do Sudeste, é amplo e atinge todas as regiões. Transfere e repassa tarefas agropecuárias para outras regiões, tais como o Nordeste e o Sul, cria uma outra região, como o Centro-Oeste, destrói numa primeira etapa ou reduz o crescimento da indústria no Sul e no Nordeste (...) (p. 72),

não só se completa como, no próprio processo atual de recriação, se supera e encontra no mecanismo autônomo de suas transformações produtivas, o caminho para a homogeneização aparente do espaço econômico nacional, desigual e combinada.

Este movimento encontra na região Centro-Oeste, através da agroindústria, os elementos necessários para a reprodução interna (regional) deste processo de (re)divisão nacional, de forma a replicar o movimento de homogeneização do espaço econômico e a criar condições para que a interdependência, no que se refere à acumulação de capital, com a região “motora” seja minimizada e, sob determinados aspectos, superada.

Nestes termos, criada para a expansão do sistema, a região Centro-Oeste acaba se tornando um amplo “terreno” para a intensificação da dependência interna ao capital internacional (como já identificara Sodré (1941)), através dos setores agrícolas, sob a roupagem da agroindústria).

Tais elementos ratificam as características subjacentes a uma estrutura subdesenvolvida, já citadas, em especial: a limitação imposta às tomadas de decisões que, como resultado, identifica uma incapacidade de alterar as características de tal condição (Furtado, 1961).

No geral, isso representa uma incapacidade de se gerar uma “relativa autonomia tecnológica”, que apresentaria a possibilidade de diversas combinações de fatores de produção visando o aumento da produtividade do trabalho. Em outras palavras, representa um limite imposto à autonomia crescente de decisões que, como cita Furtado, é uma implicação do conceito de desenvolvimento.

Aqui se apresenta um paradoxo: se a dinâmica regional recente indica uma possível superação dos laços de dependência entre a região “motora” e a “criada”, de forma que esta última possa inserir-se diretamente à divisão internacional do trabalho, em que condição estaria imposta a incapacidade de se gerar um ambiente autônomo de decisões?

A inserção direta através da agroindústria, não possibilitaria, ao invés de limitar, um ambiente de crescente autonomia de decisões? Estariam postas as condições iniciais para o desenvolvimento do subsistema? Tal paradoxo está em consonância (e é mesmo resultado do) com o desenvolvimento capitalista do último quartel do século passado, por força da *“dissolução progressiva das fronteiras nacionais e o incremento da produção, orientada a cobrir mercados cada vez mais*



*amplos*” (Marini, 2000), incorrendo em um processo de igualamento da produtividade do trabalho (e sua intensidade).

No que se refere, especificamente, à inserção do Centro-Oeste brasileiro nesta questão, o quadro pode ser interpretado a partir de três elementos: a) a estrutura agrária ali evidenciada, indicando o regime de propriedade da terra (com efeito perverso sobre o regime de preços (Sodré, 1987) e historicamente caracterizada pelo processo de modificação do território (Sodré, 1941)); b) o controle do segmento agroindustrial por grupos estrangeiros (e/ou intensamente articulados ao capital nacional), indicando a definição de estratégias para inovações tecnológicas, bem como do sistema de decisões; e, c) a identificação da heterogeneidade estrutural que, em parte, explica a concentração de renda e a existência de uma superpopulação relativa, específica, sobretudo, em um exército industrial de reserva nas formas latente e estagnado, intrinsecamente ligados à superexploração da força de trabalho.

Esses elementos apontam o “conflito” histórico-estrutural que se estabelece: as relações entre questões políticas, econômicas, culturais e a natureza, se confrontam para, juntas, organizarem o espaço, configurarem o território e demarcarem a subsunção do desenvolvimento tardio brasileiro na geopolítica e geoeconomia mundiais.

Tal questão, apontada por Santos (2007), deve levar em conta as “metamorfoses do dinheiro e do território”, e por Tavares (2000), o fato de que o movimento histórico-estrutural do capitalismo brasileiro encontrou-se dominado pelas *“forças expansivas dos donos do império, do território e do dinheiro [que], sobrepuseram sempre aos interesses de vida da maioria da população brasileira.”* (Tavares, 2000, p. 457)

Assim, ao discutir a problemática do desenvolvimento no subdesenvolvimento, espelhado aqui na questão territorial brasileira, cabe destacar que a ênfase na análise espacial se dá, tendo como referência, o processo de homogeneização de relações, isto é, *“de equalização, como tendência, requerida pelo capital de relações de produção mais apropriadas a seu movimento unificado de valorização, ou seja, de condições ‘mais igualitárias’ para sua reprodução ampliada”* (Brandão, 2007, p. 72).

E, tal como Marini (2005, p. 161), com base no “movimento real da formação do capitalismo dependente”, que “para constituir um todo complexo, há que recorrer a elementos simples e combináveis entre si, mas não iguais”, se discute mesmo “o fundamento de sua dependência em relação à economia capitalista mundial” e se expõem os elementos que a constitui e a aprofunda.

O documento “Plano Estratégico do Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração indica que:

“O modelo de exploração utilizado tem aberto espaço a uma intensa especulação com o preço das terras, favorecendo a expulsão de pequenos produtores, que migram para as cidades, e o aumento da concentração fundiária. No período 1985-95, a valorização das terras do Centro-Oeste acusou as altas mais expressivas do País, seja nas lavouras, nos campos, pastagens ou matas. O Estado de Goiás, por exemplo, apresentou valorizações anuais médias acima de 10% no período, superior a todos os estados brasileiros (...) O primeiro impacto a considerar, refere-se ao evidente processo de concentração fundiária, ocorrido nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e de Goiás, com perda no número de estabelecimentos e aumento da área explorada. O fenômeno tem estreita ligação com as transformações acontecidas na forma de exploração agropecuária regional”.

Decorre daí que a significativa importância da agropecuária no produto interno bruto e seu evidente peso nas exportações da região determinam o intenso grau de vulnerabilidade imputado sobre o Centro-Oeste brasileiro. A conjugação da necessária modernização tecnológica, aplicada diretamente sobre a atividade agropecuária, e uma estrutura fundiária relativamente concentrada, define a existência da chamada “fronteira urbanizada”.

Isso significa que há uma evidente concentração da população e de atividades secundárias e terciárias em poucos centros urbanos. O que representa uma ampla heterogeneidade espacial, com a formação de uma rede de cidades pouco estruturadas, predominando municípios de pequeno porte com precárias atividades de serviços urbanos.

Com base nisso, tem-se que 66% da população urbana centro-oestina está concentrada em 27 cidades com mais de 50.000 habitantes (Censo 2000). O censo demográfico de 2000 apresenta um grau de urbanização de 86,7%, para a região, enquanto que em 2010, esse índice é de 88,8% (Tabela 1). Em 40 anos, a população rural que representava 49,06% do total da população da região, em 1970,

passou a representar 11,2%, em 2010. Assim, combinam-se elevada concentração populacional no espaço urbano com existência de uma rede urbana não integrada e desestruturada.

Tabela 1 – Brasil: População – Grande Região Centro Oeste

<b>População</b>	<b>2010</b>	<b>2000</b>	<b>1996</b>	<b>1991</b>	<b>1980</b>	<b>1970</b>	<b>1960</b>	<b>1950</b>
Urbana	12.482.963	10.092.976	8.864.936	7.648.757	4.950.203	2.358.218	995.171	397.200
Var. 1950/2010	3.043	2.441	2.132	1.826	1.146	494	151	100
Var. 1970/2010	429	328	276	224	110	100		
Var. 2000/2010	24	100						
Rural	1.575.131	1.543.752	1.635.643	1.763.485	2.053.312	2.271.422	1.683.209	1.135.724
Var. 1950/2010	39	36	44	55	81	100	48	100
Var. 1970/2010	-31	-32	-28	-22	-10	100		
Var. 2000/2010	2	100						
Part. no Total								
Urbana	88,8	86,73	84,42	81,26	70,68	50,94	37,16	25,91
Rural	11,2	13,27	15,58	18,74	29,32	49,06	62,84	74,09

Fonte: IBGE, <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul>

Notas: 1 - Para 1950: População presente; 2 - Para 1960 até 1980: População recenseada; 3 - Para 1991 até 2010: População residente

Elaboração: o autor pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas/NEPE/CeTTeD-CSEH/UEG

Em Goiás não é diferente. O aumento populacional intenso, principalmente a partir dos anos de 1990, o significativo grau de urbanização (90,29% em 2010) e a permanente queda da participação da população rural na população total do estado, se dá à medida que a acumulação de capital se espalha pelo espaço territorial brasileiro e para o interior de seu território.

A criação do Sudeste, conforme Oliveira (1973), se integra e se ajusta aos mecanismos de acumulação da industrialização interna, que lhe atribui importância para o processo de descentralização produtiva evidenciada no Brasil dos anos de 1990. (Cano, 1985, 1997 e 2008; Sabóia, 2001a e 2001b; Diniz e Crocco, 1996)

Tabela 2 – Brasil: População – Unidade da Federação – Goiás

População	2010	2000	1996	1991	1980	1970	1960	1950
Urbana	5.420.714	4.396.645	3.872.822	3.241.119	2.172.965	1.134.242	541.469	219.370
Var. 1950/2010	2.371,04	1.904,21	1.665,43	1.377,47	890,55	417,05	146,83	100
Var. 1970/2010	377,92	287,63	241,45	185,75	91,58	100		
Var. 2000/2010	23,29	100						
Rural	583.074	606.583	642.145	771.443	1.056.254	1.325.765	1.084.907	791.510
Var. 1950/2010	-26,33	-23,36	-18,87	-2,54	33,45	67,5	37,07	100
Var. 1970/2010	-56,02	-54,25	-51,56	-41,81	-20,33	100		
Var. 2000/2010	-3,88	100						
Part. no Total								
Urbana	90,29	87,88	85,78	80,77	67,29	46,11	33,29	21,7
Rural	9,71	12,12	14,22	19,23	32,71	53,89	66,71	78,3

Fonte: IBGE, <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul>

Notas: 1 - Para 1950: População presente; 2 - Para 1960 até 1980: População recenseada; 3 - Para 1991 até 2010: População residente

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Isso se verifica na participação do Centro Oeste, em especial no Estado de Goiás, na geração de emprego e no aumento do número de estabelecimentos diversificados do setor industrial,

“A região Centro-Oeste foi a única no país a experimentar crescimento absoluto do emprego industrial na década de noventa, fato este que se repete em dez dos 13 segmentos industriais analisados. Embora representando apenas 3,9% do emprego industrial do país em 1998, a região Centro-Oeste desponta com condições favoráveis para uma indústria que segue o deslocamento da fronteira agrícola naquela região. Não é por outra razão que seu emprego na indústria de produtos alimentares, bebidas e álcool etílico passou de 4,2% para 8,4% do total do país no período, representando o setor industrial mais importante na região em termos de emprego.” (Sabóia, 2001a, p. 34)

Ressalta-se o fato de que o Centro Oeste

“recebeu parcela do emprego, em segmentos tradicionais e de baixo nível de desenvolvimento que se implantaram após o deslocamento da fronteira agrícola, beneficiados pelo aumento da oferta de matérias primas e pelos baixos salários.” (Sabóia, 2001b, p. 117)

Articulado a estes elementos tem-se a questão das intenções de investimento para o Estado de Goiás, elemento de prospecção para a dinâmica de acumulação do capital no território goiano. Em julho de 2004, a SEPIN<sup>2</sup>, do governo de Goiás, anunciava que:

No que se refere à atividade Mineral e Beneficiamento, há uma busca por minerais como níquel, ouro, cobre, fosfato e outras substâncias em Goiás. As empresas ligadas a grandes grupos internacionais têm urgência em pesquisar as áreas e beneficiar o minério para atender a grande demanda do mercado mundial, sobretudo a Ásia.

Entende-se que a “urgência” e “a grande demanda do mercado mundial”, significa a crescente participação da China na geração da riqueza mundial (Castro, 2011). A citação demonstra também a densidade das condições de dependência do Estado de Goiás pela divisão internacional do trabalho, ao tempo que expõe a intensa participação de grupos estrangeiros sobre as decisões internas de investimento.

No período em questão (julho de 2004, com intenção de investimentos para o período 2004-2007), o setor de atividade econômica Alimentos e Bebidas, contava com 33,8% das intenções de investimento em Goiás; seguido da atividade Mineração e Beneficiamento, com 25,2% das intenções.

Esse resultado pode ser desdobramento do movimento ocorrido ao longo dos anos de 1990 que já demonstrara

“(...) elevação significativa da parcela do emprego na região Centro-Oeste em cinco segmentos industriais – produtos alimentares, bebidas e álcool etílico; têxtil, vestuário e artefatos de tecidos; madeira e mobiliário; produtos de minerais não metálicos; borracha, fumo, couros, peles e diversos. São, usualmente, segmentos tradicionais, produtores de bens de consumo não duráveis ou semi-duráveis, ou de bens intermediários, dependentes de matéria-prima muitas vezes produzida na própria região. Este é o caso, por exemplo, da agroindústria e das indústrias de madeira e mobiliário e de produtos de minerais não metálicos.” (Sabóia, 2001a, p. 32)

<sup>2</sup> Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Órgão vinculado à Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. Atualmente, Instituto Mauro Borges (IMB), vinculado à Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás.

Tabela 3 - Intenção de Investimentos para Goiás – Participação de Investimentos por Atividades - em %

Atividades	2005-2008	2006-2009	2007-2010	2009-2012
Alcool/Açúcar	0	0	33	62,58
Alimentos e Bebidas	34,9	48,2	18,9	6,09
Atividade Mineral e Beneficiamento	22,1	14,5	20,8	13,57
Biodiesel	0	0	2,6	1,64
Transporte e logística	-	-	-	5,74
Calçados/Têxtil/Construções	1,7	1,3	0,8	-
Geração de Energia	-	-	-	1,30
Comércio Atacadista e Varejista	3,3	2,7	2,6	1,87
Higiene, Beleza e Limpeza	0	0,7	0,5	0,91
Hotelaria	0	1,7	2,9	
Insumos Agropecuários	1,6	1,1	0,8	0,10
Metal-Mecânico	9,8	11,4	6,3	2,01
Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	0,9	0,4	0,3	0,03
Plásticos/Embalagens	4,4	4,1	2,4	0,50
Químico/Farmacêutico	6,6	5,2	3,5	0,67
Serviços	3,4	1,6	1,3	0,56
Outras Atividades Industriais	11,2	7,1	3,1	2,43

Fonte: SEPLAN/SEPIN

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

A pesquisa de intenções de investimentos de 2007 aponta que 62,58% das intenções de investimentos para o período 2009-2012, correspondiam ao segmento Alcool/Açúcar; mantendo as duas atividades citadas em sintonia com o movimento das análises anteriores. As três atividades, juntas, totalizam 72,7% das intenções de investimentos. A introdução do segmento Alcool/Açúcar é justificada da seguinte forma:

O grande volume de investimentos previstos na atividade de Alcool/Açúcar deve-se ao aumento do uso de automóvel bi-combustível e pela nova tendência mundial de utilizar o etanol como fonte de energia renovável (...) (SEPIN, 2007).

A reorientação das intenções de investimentos direciona as ocupações do espaço goiano: em 2004, 42,9% (R\$ 3,01 bilhões) estavam direcionados para o Centro Goiano (Eixo BR-153, com 31 municípios, entre eles Anápolis e Goianésia).

Em 2009, ocorre uma dispersão no volume de investimentos intencionados: 12,82% para o Centro Goiano; 21,93% direcionados para o Sudoeste Goiano (com

26 municípios, entre eles Jataí, Montividiu, Rio Verde e São Simão); e, 13,31% para o Sul Goiano (com 26 municípios, entre eles Itumbiara), ambos próximos à área de abrangência da cana-de-açúcar, e seus desdobramentos, pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esse movimento permanece para as intenções de investimentos para o período 2012-2015.

Tabela 4 – Intenções de Investimento em Goiás por Regiões de Planejamento – vários períodos - em %

Regiões de Planejamento	2004-2007	2005-2008	2006-2009	2007-2010	2008-2011	2009-2012	2012-2015*
Norte Goiano	5,09	5,04	3,03	5,14	4,69	1,03	4,1
Nordeste Goiano	0,35	0,68	0,88	0,37	1,66	6,31	1,6
Centro Goiano (Eixo BR-153)	42,92	34,86	32,06	26,51	17,39	13,66	15,5
Entorno do Distrito Federal	11	10,44	8,3	3,08	2,95	4,28	3,6
Noroeste Goiano	0,49	0,19	1,75	1,11	1,63	2,26	1,7
Oeste Goiano	5,93	6,79	5,58	11,32	13,35	12,17	13,5
Sudoeste Goiano	10,13	16,56	6,33	26,79	30,88	23,1	12,3
Metropolitana de Goiânia	10,25	13,45	13,51	9,98	7,28	6,61	11,7
Sul Goiano	5,53	6,65	11,75	11,15	13,45	14,82	14,2
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	3,6	4,85	15,81	1,59	5,66	11,06	6,9

Fonte: SEPLAN/SEPIN

Elaboração: Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas/NEPE/CeTTeD-CSEH/UEG

Observação: As diferenças nos valores se devem a não definição do investimento até a publicação dos dados de cada pesquisa.

\* Para o período 2012-2015: Fonte: Goiás Fomento/SIC/Segplan-GO/FCO/Jornais Diversos.

Elaboração: SEGPLAN-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2012.

Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 29/06/2012.

A questão é que a orientação das intenções de investimentos não muda o sentido do movimento, qual seja, o de contínua orientação pela dinâmica do mercado externo e tampouco altera, significativamente, o movimento concentrador das intenções de acumulação, em um território bem definido.

Para o período 2012-2015, o número de projetos intencionados para as regiões Centro Goiano e Metropolitana de Goiânia, são 130 e 346, respectivamente. Isso representa 60% do total de projetos intencionados para o período analisado.

Estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2006 e 2010) apontam para uma trajetória de crescimento de investimentos em setores que “respondem a ondas de expansão e deslocamento da economia internacional”. A pesquisa realizada pelo BNDES acena para um aumento da produção que deverá voltar-se para a exportação e evidencia uma concentração elevada de investimentos

nos setores relacionados às atividades extrativas e segmentos de insumos básicos. Para o período 2007-2010, o BNDES indica um intenso volume de investimentos nos setores relacionados ao petróleo, gás e mineração (62,3%). Para o período seguinte, há aumento de intenções de investimentos para esses setores, levando-os a representar 69,4% do total pesquisado. Os setores relacionados a Papel e Celulose, Siderurgia e Petroquímica, representam 19,3% dos investimentos, no período 2007-2010, e 19,9% no período seguinte.

Tabela 5 - Investimentos para o Brasil – Participação de Investimentos por Setores na Indústria – em %

<b>Setores</b>	<b>2007-2010</b>	<b>2010-2013</b>
Petróleo e Gás	48,4	59
Extrativa Mineral	13,9	10,4
Siderúrgico	9,8	8,9
Papel e Celulose	5,3	3,8
Petroquímico	4,6	7,2
Automotivo	7,5	6,5
Eletroeletrônico	4,1	4,2
Fármacos	1,2	*
Sucroalcooleiro	5,3	*
Indústria	100	100

Fonte: BNDES (2006 e 2010)

Observação: \* Os dois setores não são citados no último estudo.

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Os dados acima indicam anos de uma economia envolvida pela demanda internacional. Um período de relações comerciais externas embasadas no atendimento ao padrão de reprodução dependente, desigual e combinado que vigora na atual fase de acumulação e que, historicamente, reproduz os mecanismos de heterogeneidade da América Latina, replicados no desenvolvimento sócio-espacial-econômico brasileiro recente.

Os apontamentos acima refletem, ainda, que o significativo crescimento econômico goiano (conforme Tabela 6), quando comparado ao brasileiro (desde 2002, o Estado de Goiás se firma na nona colocação na participação do PIB nacional (IMB, 2014)), apresenta a seguinte configuração do espaço de acumulação de capital em Goiás, em termos de sua estrutura de participação dos municípios no PIB do Estado: primeiramente, das dez Regiões de Planejamento, três



concentravam cerca de 60% ou mais do PIB estadual: as Regiões Metropolitana de Goiânia, Sudoeste Goiano e Centro Goiano (em 2002, concentravam 63,4% e, em 2010, 63,9%) (Tabela 7).

Tabela 6 – Goiás e Brasil: produto interno bruto e taxa de crescimento – 2002 a 2011

Ano	Valores Correntes - R\$ em Milhão		Taxa de Crescimento - %	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
2002	37.416	1.477.822	-	-
2003	42.836	1.699.948	4,2	1,1
2004	48.021	1.941.498	5,2	5,7
2005	50.534	2.147.239	4,2	3,2
2006	57.057	2.369.484	3,1	4
2007	65.210	2.661.345	5,5	6,1
2008	75.271	3.032.203	8,0	5,2
2009	85.615	3.239.404	0,93	-0,33
2010	97.576	3.770.085	8,8	7,5
2011	111.269	4.143.013	6,70	2,7

Fonte: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2013/IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Tabela 7 – Goiás: participação dos municípios no produto interno bruto segundo as regiões de planejamento – 2002 a 2010

Região de Planejamento	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Metropolitana de Goiânia	37,5	35,8	36,2	37,7	39,4	38,6	37,2	36,8	36,9
Sudoeste Goiano	16,9	15,9	15,7	14,1	12,9	13,2	14,3	14,4	13,5
Centro Goiano	9	8,9	8,4	9	10,1	10,7	11,3	12,4	13,5
Entorno do Distrito Federal	8,1	8,6	8,8	9,2	8,6	8,4	7,6	8,5	8,6
Sul Goiano	8,9	9,6	9,3	8,7	8,5	8	8,1	8,1	7,5
Sudeste Goiano	7	7,8	8,1	7,9	7,3	7,5	7,5	7,5	7,2
Norte Goiano	4,9	4,9	4,9	5,1	5,2	5,7	5,3	4,6	5
Oeste Goiano	4,8	5,2	5,2	5,1	4,9	4,7	4,7	4,6	4,6
Noroeste Goiano	1,2	1,6	1,6	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6	1,7
Nordeste Goiano	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	2,4	1,3	1,4
Estado de Goiás	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2013/IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Em segundo lugar, dez dos seus 246 municípios concentravam, em 2010, 60,3% do PIB goiano. Tal situação é mantida desde o início da década (aqui com

início da série em 2002), em termos de sua constituição, ou seja, dos municípios que a compõem, e em termos de participação, visto que durante essa década o índice de participação desses municípios esteve sempre próximo aos 60% de concentração do PIB do Estado, conforme mostram a Tabela 8 e a Figura 2.

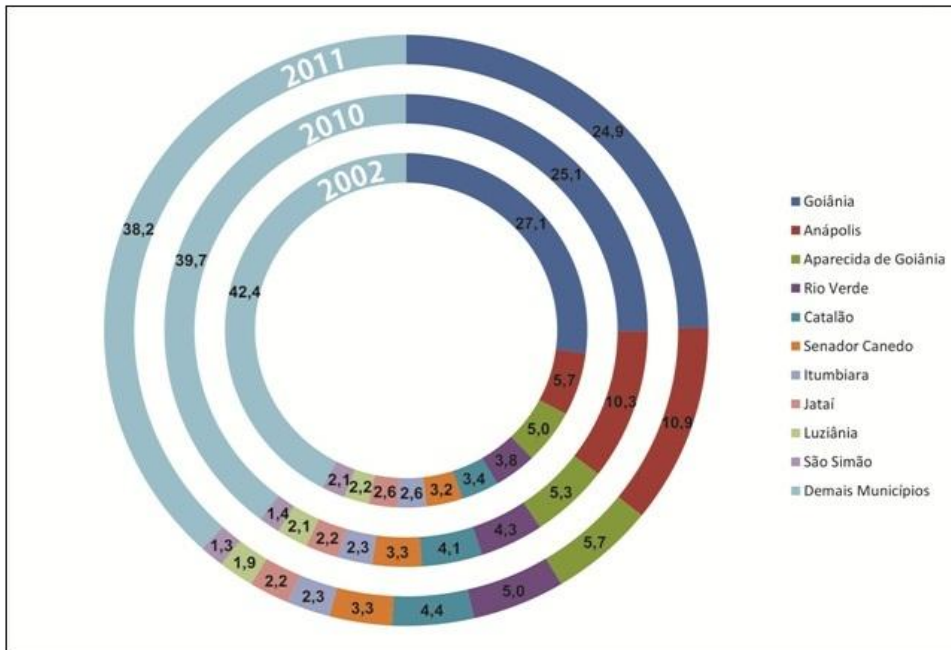
Tabela 8 - Goiás: participação dos dez maiores e demais municípios em relação ao produto interno bruto – 2002, 2010 e 2011 – em %

2002		2010	
Goiânia	10.127.289	Goiânia	24.445.744
Anápolis	2.151.293	Anápolis	10.059.557
Rio Verde	1.861.853	Aparecida de Goiânia	5.148.640
Aparecida de Goiânia	1.425.571	Rio Verde	4.160.501
Catalão	1.270.520	Catalão	3.970.852
Senador Canedo	1.197.065	Senador Canedo	3.188.615
Itumbiara	961.301	Itumbiara	2.259.728
Jataí	954.144	Jataí	2.142.103
Luziânia	826.512	Luziânia	2.077.842
São Simão	791.482	São Simão	1.382.123
Total	21.567.030	Total	58.835.705
Total de Goiás	37.415.997	Total de Goiás	97.575.930
Part. no Total de Goiás	57,60%	Part. no Total de Goiás	60,30%

Fonte: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2013/IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Figura 2 – Goiás: participação dos dez maiores e demais municípios em relação ao produto interno bruto – 2002, 2010 e 2011 – em %



Fonte: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2013/IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Cabe destacar outro elemento importante para a condição aparente do crescimento goiano na primeira década dos anos de 2000: a questão dos setores produtivos que “contribuem” para o aparato estatal com seus mecanismos de arrecadação de impostos. Em termos setoriais, entre as 10 primeiras empresas que mais contribuem com o ICMS, tem-se: 4 do setor de telecomunicações (telefonia), 3 do setor energético, 1 do setor de bebidas, 1 do setor automotivo e 1 da atividade do fumo (comércio atacadista e distribuição de tabacaria e fuma em folha beneficiado).

O Quadro 3 apresenta essa questão, que envolve o tipo de indústria que dinamiza o território goiano e mostra uma configuração que não se altera significativamente desde 2005. Ainda que 73,6% das 500 empresas que contribuem com o ICMS sejam do estado de Goiás, quando verificamos sua participação entre as primeiras desse grupo, aponta-se a centralização de empresas pertencentes a outros estados: entre as 10 primeiras, 7; entre as 20, 13 são de fora do Estado de Goiás; entre as 50, 29; e, entre as 100 maiores pagantes do ICMS, 48.

Quadro 3 – Goiás: As 10 maiores do ICMS - 2011

<b>Classificação/anos</b>	<b>Identificação</b>	<b>Localidade (s)</b>	<b>Estado de origem</b>
1º (desde 2005)	Petróleo Brasileiro S/A	Diversas	BR
2º (desde 2005)	CELG Distribuição S/A – CELG D	Goiânia	GO
3º (desde 2010, 5º em 2005, 4º de 2006 a 2009)	Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV	Diversas	BR
4º (desde 2010, 3º de 2005 a 2009)	Brasil Telecom S/A	Goiânia	GO
5º (5º em 2006, 6º em 2005, 2007, 2008 e 2010, 8º em 2009)	Petrobrás Distribuidora S/A	Diversas	BR
6º (em 2005 não aparecia na relação, 16º em 2006, 7º em 2008, 5º em 2007, 2009 e 2010)	VIVO S/A	Diversas	BR
7º (desde 2009, 11º em 2005, 9º em 2007, 8º em 2008)	Americel S/A	Diversas	BR
8º (7º em 2005, 5º em 2008, 6º em 2009, 8º em 2007 e 2010)	MMC Automotores do Brasil S/A	Catalão	GO
9º (8º em 2005, 7º em 2007, 9º em 2006 e nos demais anos até o momento)	Souza Cruz S/A	Diversas	BR
10º (15º em 2005 e 2006, 12º em 2007 e 2009, 11º em 2008, 10º em 2010)	TIM Celular S/A	Diversas	BR

Fonte: SEFAZ/Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás - “As 500 maiores do ICMS”.

Ora, as condições que delineiam a condição aparente do crescimento goiano no subdesenvolvimento, estão postas e reafirmadas pelo cenário traçado pelas questões acima, via concentração e centralização do capital e no atendimento às demandas internacionais.

Desta maneira, as características do subdesenvolvimento permanecem e se afirmam, incitando o espaço econômico nacional a se configurar em espaços sub-regionais que buscam, incansavelmente, uma fatia na divisão internacional do trabalho, [tal como Arrighi (1997) discute sobre a questão entre países], de forma autônoma, integrada e subordinada, intensificando um processo de precarização socioespacial que aponta para uma reconfiguração do próprio espaço de reprodução capitalista brasileiro tornando-o uma figura anômala, como discute Oliveira (2003).

## Parte II – Contextualização teórica-referencial específica: a essência da condição de aceleração recente do desenvolvimento no estado de Goiás

“A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram. (Osorio, 2012, 40-41, grifos no original)

“As desigualdades regionais e sociais são apenas disfarçadas pelos dados globais, e o desenvolvimento do país quase sempre as agrava...O processo industrial esteve sempre estreitamente ligado à ampliação do mercado interno, à urbanização e motivou um extraordinário impulso ao crescimento da mão-de-obra assalariada, interferindo assim na estrutura social, e pressionando por nova política econômica...Está claro, entretanto, que a industrialização decorre do processo de formação capitalista; este a antecede e gera as condições em que ela pode se desenvolver.” (Sodré, 1987, 362-363)

### Seção I – especialização produtiva e superexploração da força de trabalho

Há evidências de que a reestruturação das economias desenvolvidas, nos anos de 1970 e 1980, e a recente alteração da demanda mundial em face do crescimento Chinês, tenham desencadeado um amplo movimento de reconstituição nos mercados de trabalho, com efeito sobre as economias subdesenvolvidas dependentes. A razão é que, cada vez mais, os mercados de trabalho dos países subdesenvolvidos dependem da força motriz das empresas transnacionais (Furtado, 1978; Arrighi, 1997; Chesnais, 1996).

As evidências vão ao encontro do que Arrighi (1995 e 1997) considera como processos relacionais de exploração e de exclusão. Enquanto os processos de exploração referem-se ao fato de que a pobreza absoluta e relativa dos Estados menos desenvolvidos induz continuamente seus governantes e cidadãos/cidadãs a participarem da divisão internacional do trabalho em troca de recompensas marginais, os processos de exclusão referem-se ao fato de que a riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico do capitalismo global proporciona a seus

governantes e cidadãos/cidadãs os meios necessários para excluir os/as governantes e cidadãos/cidadãs dos outros países.

Assim, esses processos geram a pobreza “necessária” para induzir os/as governantes e cidadãos/cidadãs de Estados comparativamente mais pobres a procurar ininterruptamente uma reinserção na divisão internacional do trabalho, com um custo determinado pelos países desenvolvidos. No caso recente, pelos países dinâmicos do núcleo dos em desenvolvimento, pertencentes à semiperiferia.

Verifica-se que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, impostas pelas transformações no sistema capitalista, tornaram as relações de trabalho mais precárias, sobretudo quando estas se vinculam a uma estrutura de ocupação e rendimentos como a observada na economia brasileira.

Isto vai se verificar no agravamento dos níveis de desemprego e nas condições e relações de trabalho, na tendência generalizada de redução do nível de emprego industrial em vários países, bem como nas discussões acerca dos “novos trabalhadores”, na questão que envolve a qualificação para o trabalho e na redução (ao tempo que um esforço hercúleo) da capacidade dos Estados nacionais de conduzir políticas macroeconômicas voltadas ao pleno emprego e políticas capazes de favorecer a distribuição de renda. (Alves, 2000; Dedecca, 1996; Mattoso, 1995; Pochman, 2001; Oliveira e Mattoso, 1996; Ferraz, 2012).

Na atualidade do pensamento de Celso Furtado,

“Existe evidência de que a estrutura atual não permite compatibilizar uma taxa de crescimento capaz de absorver o desemprego com o necessário equilíbrio. A verdade é que a atual recessão não é simples fruto do acaso. Ela reflete certa opção política (...) vivemos não exatamente uma crise, no conceito que lhe prestam os economistas, mas uma complexa transição estrutural com reacomodações nas relações entre os centros de poder, tanto de natureza econômica como política”. (Furtado, 1992, p. 16)

Mais recentemente, nos anos finais dos 1990 e no primeiro decênio dos 2000, o que se observou foi justamente a “reacomodação nas relações entre os centros de poder”, porém, voltadas para grupos de países que não estavam contidos no núcleo orgânico do capitalismo global.

A perturbação sistêmica causada pelo crescimento Chinês somada à característica autônoma do dinheiro em reproduzir-se em escala planetária, não só aprofundou as reacomodações em termos políticos e econômicos, como apontou

para uma crise sistêmica, estrutural, do capital (Mészáros, 2009; Costa, 2012), aprofundando as desigualdades de rendas entre as regiões mais pobres da economia mundial, seguindo um padrão em que os aspectos-chave são o oposto exato do padrão observado pelas desigualdades de renda entre as regiões mais ricas, no primeiro período de acomodação (anos de 1970, 1980 e parte dos de 1990), apresentando um movimento decrescente nas regiões ricas e crescentes nas regiões pobres (Arrighi, 1995 e 1997), mas se aproximando de um movimento unificador de aumento das desigualdades dentro mesmo das regiões mais ricas, na segunda metade dos anos de 1990 e no primeiro decênio dos anos 2000.

Nesse sentido, a busca brasileira por tentar romper a lógica da desarticulação entre a acumulação das forças produtivas e os objetos de consumo, elemento fundamental na estrutura subdesenvolvida, na busca pela riqueza global, em meio ao jogo da “hierarquia global da riqueza” (Arrighi, 1997), que aprofunda os processos de exploração e de exclusão, aprofunda também, a desigualdade já evidenciada na heterogeneidade de seu mercado de trabalho, tornando o subdesenvolvimento e a dependência elementos constantes e que dão sustentação a si.

“O padrão de desenvolvimento adotado nos anos pós-30, fincado no processo de industrialização e em condições políticas muito particulares, gerou uma sociedade heterogênea, onde a pobreza e a exclusão social são frutos do não enfrentamento do problema agrário e da reprodução de uma força de trabalho mal remunerada.” (Baltar, Dedecca e Henrique, 1996, p. 106)

A configuração social construída nas décadas de 1950-1970, apesar de ter permitido a constituição de uma base de produção material avançada e de extensa rede de relações intra e intersetoriais, teve como marca a heterogeneidade e a desigualdade social. A economia demonstrou expressiva capacidade de geração de novos empregos e estímulos positivos ao desenvolvimento dos demais setores de atividade econômica, possuindo o Estado, nesse contexto, uma função de regulador das relações internas e externas.

Ressalte-se que a heterogeneidade passa pela grande desigualdade econômica e social existente entre as regiões brasileiras, que se associou a diferentes situações de pobreza, inclusive nas metrópoles. As áreas metropolitanas que apresentavam maior dinamismo econômico, demonstravam também, maior concentração de renda, agravando a situação de pobreza, enquanto que as

metrópoles que pouco se beneficiavam com o crescimento econômico, tornavam-se imensos “depósitos” de população pobre. (Baltar, Dedecca e Henrique, 1996, p. 88)

Um dos principais determinantes de reprodução da pobreza foi o padrão de geração de empregos e renda existente no país, associado ao estilo de desenvolvimento. Esta indicação nos remete a dois aspectos a serem levados em consideração para a afirmação acima: primeiro, ao êxodo rural – em volume e velocidade – e suas consequências sobre a estruturação do mercado de trabalho brasileiro urbano, associado que esteve a uma estrutura agrária de intensa concentração de terra, ao processo de modernização agrícola, fomentado pela industrialização sob a coordenação do Estado e pelos limites da capacidade de absorção da força de trabalho na atividade agrícola.

Segundo, ao tipo de geração de emprego e renda urbanos, construtos da exigência do processo de acumulação de ampliação de uma base de consumo para bens duráveis, com aumento do poder de compra de alguns estratos de rendimentos do trabalho para que a expansão acelerada da produção se viabilizasse, associado principalmente ao emprego público e às empresas privadas com maior tamanho e grau de organização. (Baltar, Dedecca e Henrique, 1996)

Entretanto, a absorção dos/das trabalhadores/trabalhadoras nos centros urbanos, com ampliação do assalariamento e formalização nas relações de trabalho, se deu de formas precárias, demonstrando a coexistência de dois processos distintos de condições de trabalho, que reproduziram o mesmo problema: a questão da má distribuição de renda no país.

“[Isto] se refletiu nas limitações da difusão do consumo de bens, apesar da montagem de um aparelho capacitado para expandir-se de modo a atender a uma maior parcela da população; na ampliação e diversificação de serviços privados para a população de baixa renda, apesar de um escasso poder de compra.” (Baltar, Dedecca e Henrique, 1996, p. 89)

A dinâmica da acumulação assim constituída demonstra a formação e reprodução de um mercado de trabalho problemático, agudizado pelas formas de relações que o expressam, ou seja, da coexistência de relações/condições formais e não formais, precárias, de trabalho, criado e mantendo uma lógica de concentração de renda.



O processo de desestruturação crônica do mercado de trabalho brasileiro atravessa os anos de 1990 e vai se configurando em um elemento fundamental para as adequações necessárias subjacentes ao movimento de acumulação de capital que vigora.

“Nos anos 90, o mercado de trabalho brasileiro, que não havia chegado a alcançar o mesmo estágio de estruturação verificado nos países desenvolvidos (taxa de assalariamento em torno de 90% dos ocupados), passou a apresentar sinais, cada vez mais evidentes, de desestruturação, com (i) altas taxas de desemprego, (ii) desassalariamento (perda de participação dos empregos assalariados no total da ocupação) e (iii) ampliação das ocupações não assalariadas, geralmente precárias e de baixa renda produtividade. Durante a década de 1990, observa-se que para cada 10 postos de trabalhos abertos, 8 não são assalariados e 2 assalariados, ambos sem registro.” (Pochman, 1998)

Em outras palavras,

“(...) se ao final dos anos 70 era possível acreditar que os impactos positivos de um mercado de trabalho dinâmico acabariam por superar as condições para a reprodução da pobreza, hoje é o próprio mercado de trabalho que é visto como um fator gerador de pobreza.” (Medeiros e Salm, 1994, p. 51)

O que as citações acima têm em comum, é o fato de que a superexploração da força de trabalho tem sua existência confirmada e tende, ao longo e ao cabo do processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas em nível global dependente, desigual e combinada, *“a se aprofundar por ser a alternativa da acumulação interna de capital, diante da transferência de valores produzidos na periferia e que são acumulados no centro da economia mundial”* (Carcanholo e Amaral, 2012, p. 99), recrudescendo permanentemente da condição de vida da classe trabalhadora, uma vez que, *“de maneira geral, o trabalho se remunera abaixo de seu valor, e isso, por si só, deixa patente a existência de superexploração.”* (Carcanholo e Amaral, 2012, p. 100)

Tendo em vista o espaço de acumulação, objeto dessa análise, no que se refere à questão do mercado de trabalho, em especial ao relacionado ao emprego formal, o estado de Goiás apresentou aumento de, aproximadamente, 103% no número de postos de trabalho, no período 2000-2010 (Tabela 9).

Esse aumento foi dinamizado pelos setores Construção Civil e Administração Pública, seguidos do setor Comércio. Em que pese a queda de participação no total dos empregos gerados no período, o setor Serviços, se manteve, junto ao setor Administração Pública e Comércio, entre os três principais setores para atração de força de trabalho no Estado.

Tabela 9 - Goiás: participação dos setores de atividade econômica no total dos postos de trabalho gerados no estado (em %)

IBGE Setor	2000	Part. no total	2010	Part. no total	Var. 2000/2010
Extrativa mineral	4.153	0,64	7.708	0,59	85,60
Indústria de transformação	99.239	15,35	204.593	15,57	106,16
Serviços industriais de utilidade pública	4.244	0,66	8.988	0,68	111,78
Construção Civil	33.423	5,17	76.504	5,82	128,90
Comércio	117.191	18,13	251.159	19,12	114,32
Serviços	189.919	29,38	344.557	26,23	81,42
Administração Pública	155.005	23,98	338.436	25,76	118,34
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	43.244	6,69	81.696	6,22	88,92
Total	646.418	100,00	1.313.641	100,00	103,22

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Cabe ressaltar que apesar da densa participação das *commodities* agrícola e mineral na dinâmica do crescimento da riqueza do Estado de Goiás, via exportações, e o aumento também significativo dos empregos formais nos setores Extrativa Mineral e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na primeira década do século XXI, a participação desses setores no total dos empregos é tímida e se apresenta em queda.

Isso significa o adensamento das atividades geradoras de empregos em espaços de acumulação fora das áreas agrícolas e/ou nas áreas urbanizadas das cidades com maior dinamismo nesses setores, imputando, também, a uma tendência à mecanização e aumento da produtividade desses setores.

Isto posto, cabe ainda destacar que: 70,4%% dos/das trabalhadores/trabalhadoras formais de Goiás recebiam, em 2010, entre 1,01 e 3,00 salários mínimos (em 2000, 63% dos/das trabalhadores/trabalhadoras

goianos/goianas estavam nesta faixa de rendimentos). Houve aumento no número de trabalhadores/trabalhadoras na faixa de rendimentos de 1,01 a 3,00 salários mínimos, no período 2000-2010, em cerca de 149% (para a faixa de rendimentos de 1,01 a 1,50 salários mínimos, o aumento foi de 177%). O Gráfico 1 e a Tabela 10, mostram a dispersão dos rendimentos que, ao longo da década aponta para um dinâmica estruturada em baixos rendimentos.

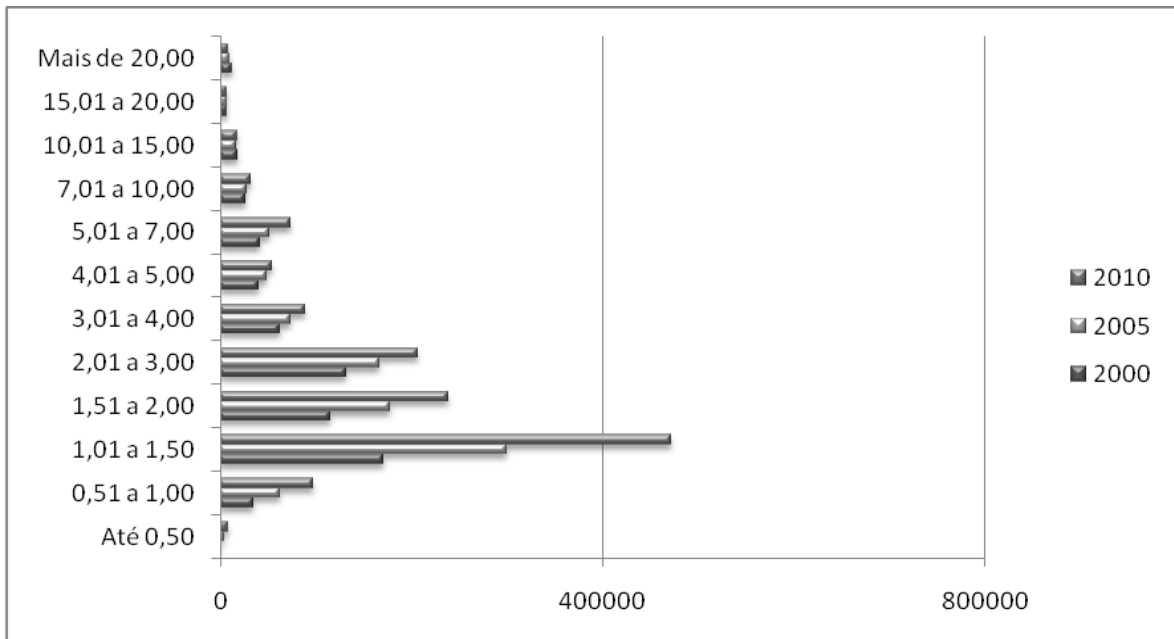
Tabela 10 - Goiás – emprego formal segundo faixa de remuneração média em SM (salários mínimos) – (2000, 2005 e 2010)

<b>Faixa Remun Média (SM)</b>	<b>2000</b>	<b>Part. no total</b>	<b>2005</b>	<b>Part. no total</b>	<b>2010</b>	<b>Part. no total</b>
Até 0,50	1689	0,26	4292	0,46	8369	0,64
0,51 a 1,00	35175	5,32	62275	6,62	96911	7,44
1,01 a 1,50	169739	25,66	298853	31,75	471395	36,19
1,51 a 2,00	114873	17,36	176813	18,78	238730	18,33
2,01 a 3,00	132233	19,99	166214	17,66	206424	15,85
3,01 a 4,00	62692	9,48	72678	7,72	88916	6,83
4,01 a 5,00	40051	6,05	48927	5,20	54321	4,17
5,01 a 7,00	42040	6,35	50678	5,38	73386	5,63
7,01 a 10,00	25874	3,91	27566	2,93	31489	2,42
10,01 a 15,00	18024	2,72	17105	1,82	17190	1,32
15,01 a 20,00	7360	1,11	6999	0,74	7073	0,54
Mais de 20,00	11858	1,79	8980	0,95	8354	0,64
<b>Total</b>	<b>661608</b>	<b>100</b>	<b>941380</b>	<b>100</b>	<b>1302558</b>	<b>100</b>

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Gráfico 1: Goiás – número de trabalhadores segundo faixa de remuneração média em SM (salários mínimos) – (2000, 2005 e 2010)



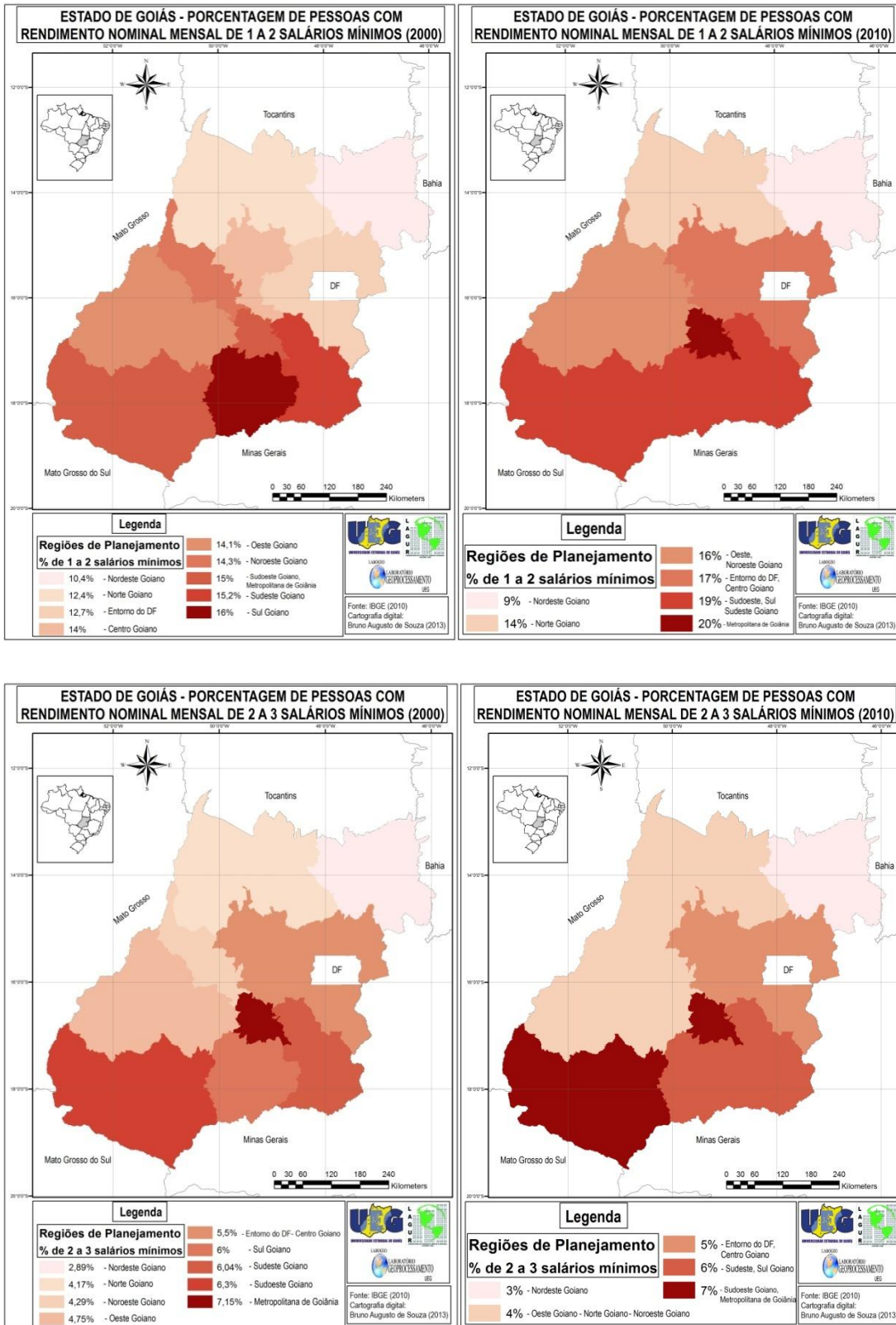
Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Com efeito, o processo de acumulação de capital (como transformador do trabalho, em aparência, em capital e em suas diversas formas), se dá de forma territorializada, intensificando o trabalho materializado em ação e potencialmente materializado (ele mesmo em processo) de forma concentrada, com salários baixos distribuídas espacialmente (Figura 3). Nisso se firma o território de acumulação do capital em Goiás.

Os mapas abaixo (Figura 3) descrevem a espacialização dos baixos rendimentos em Goiás. Há um espriamento dos baixos rendimentos, como mecanismo de resposta à concentração e à ampliação das atividades produtivas, em certas regiões do Estado.

Figura 3 – Goiás – Pessoas com rendimento nominal mensal de 1 a 2 e de 2 a 3 salários mínimos – 2000 e 2010



Fonte: IBGE – Censos 2000 e 2010

Cerca de 46% da população goiana (IBGE, 2010) encontra-se em 9, dos 246 municípios do Estado (cerca de 3,7% do total dos municípios). Esses 9 municípios, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais/RAIS-MTE, concentravam cerca de 67,5% dos postos de trabalho gerados no Estado, em 2010. Em que pese a queda na participação no total dos postos de trabalho gerados no Estado, esses municípios seguem concentrando os empregos ali gerados.

Tabela 11 - Goiás: os nove municípios que concentram postos de trabalho

		Part. no total de emprego em GO		Part. no total do emprego em GO		Part. no total da população de GO
	2000		2010		2010	
Goiânia	309.539	47,89	558.901	42,55	1.302.001	21,69
Aparecida de Goiânia	40.304	6,23	100.012	7,61	455.657	7,59
Anápolis	39.940	6,18	82.172	6,26	334.613	5,57
Rio Verde	17.592	2,72	47.426	3,61	176.424	2,94
Itumbiara	12.456	1,93	22.536	1,72	92.883	1,55
Luziânia	11.116	1,72	21.268	1,62	174.531	2,91
Jataí	10.446	1,62	21.004	1,60	88.006	1,47
Catalão	8.401	1,30	18.198	1,39	86.647	1,44
Caldas Novas	6.722	1,04	15.617	1,19	70.473	1,17
Total	456.516	70,62	887.134	67,53	2.781.235	46,32
Total do emprego em Goiás	646.418	100	1.313.641	100		
Total da População em Goiás					6.003.788	100

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Esse processo resulta, por sua vez, de uma espacialização desigual (porém intencional, daí a importância de ser desigual) das atividades produtivas no território goiano. É a esta espacialização desigual, mas homogeneizadora de relações de produção, do ponto de vista geral da acumulação de capital, que se deve a formação de um território de acumulação com base na superexploração do trabalho. Leva-se em conta, com esse termo, o argumento de Santos (1986):

“O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado (...) Essa idéia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo.”

Concentração de geração de postos de trabalho com remunerações baixas e vínculos atípicos representaram a dinâmica do mercado de trabalho goiano na primeira década do século XXI.

“No trabalho atípico elementos que caracterizam o trabalho padrão (horário de tempo integral, tempos e lugares determinados para os trabalhadores empregados e independentes e diversidade de posição e papel entre o trabalhador empregado e o autônomo), não são encontrados. O trabalho atípico considera uma prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela formativa e contratual e por tempo determinado.” (Vasapollo, 2005).

Tal contrato exige regulamentação especial na legislação, em desacordo com o contrato padrão por prazo indeterminado, com uma jornada de até 44 horas semanais. Aqui aparecem, por exemplo, as seguintes modalidades: trabalhos temporários, contratos por tempo determinado, contratos por prazo determinado, trabalho voluntário, primeiro emprego etc.

Na primeira década dos anos de 2000, os contratos atípicos aumentaram em cerca de 409%. Em 2000, os contratos de trabalho atípicos representavam 3,22% do total dos contratos; em 2010, concentravam 8% dos contratos. Em que pese a maioria dos postos de trabalho serem criados com contratos tipo padrão, o movimento de precarização das relações de trabalho tem se demonstrado elemento fundamental para o ritmo das contratações em Goiás.

Tabela 12 – Goiás: Empregos formais por tipo de vínculo empregatício – 2000 e 2010

Tipos de Vínculo Empregatício	2000	2010
CLT U/Pessoa Jurídica Prazo Indeterminado	428.384	864.968
CLT U/Pessoa Física Prazo Indeterminado	9.281	15.538
CLT R/Pessoa Jurídica Prazo Indeterminado	5.215	10.775
CLT R/Pessoa Física Prazo Indeterminado	29.390	53.571
Estatutário	150.132	237.879
Estatutário Regime Geral de Previdência Social	0	15.977
Estatutário não Efetivo	11.319	64.270
Avulso	3.096	2.227
Temporário	801	7.272
Aprendiz	3.116	8.437
CLT Urbano/Pessoa Jurídica Prazo Determinado	2.993	8.956
CLT Urbano/Pessoa Física Prazo Determinado	344	517
CLT Rural/Pessoa Jurídica Prazo Determinado	1.073	1.307
CLT Rural/Pessoa Física Prazo Determinado	702	875
Diretor	69	385
Contrato Prazo Determinado	503	1.056
Contrato por Tempo Determinado	0	321
Contrato Lei Estadual	0	16.422
Contrato Lei Municipal	0	2.888
Total	646.418	1.313.641
Total dos Vínculos Típicos	625587	1207530
Var. 2000/2010 dos Típicos	100	93,02
Total dos Vínculos Atípicos	20831	106111
Var. 2000/2010 dos Atípicos	100	409,39

Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Aqui reside a essencialidade dos contratos atípicos no mercado de trabalho brasileiro, em especial, no território de acumulação do trabalho em Goiás:



fundamentar a exploração do trabalho em um mercado de trabalho em construção, tal qual existe em mercados de trabalho situados em espaços consolidados pelo processo de valorização do capital.

Tornando a precariedade no (e do) trabalho a forma central e hegemônica de dinamizar o seu mercado de trabalho, este tende a se apresentar como um ambiente que passa a garantir um nível de vida para o trabalhador adequado à acumulação do capital, via o aumento da exploração do trabalho (o processo da superexploração da força de trabalho).

Em face aos mecanismos de precarização e exploração do trabalho, o tempo de permanência no emprego formal em Goiás apresenta movimento singular em direção às faixas de menor tempo de emprego. A Tabela 13 aponta para uma diminuição de participação na composição total do emprego, por faixa de tempo de serviço. Destaca-se o aumento de participação no total de empregos criados em 2010, das faixas que fazem referência a menores tempos de permanência no emprego, vis à vis, a redução na composição total do emprego, das faixas de 60 a 119,9 meses e de 120 meses ou mais de tempo de permanência no emprego.

Tabela 13 – Goiás: Emprego formal por tempo de permanência no emprego

Tempo de Permanência	2000	Part. no total	2010	Part. no total
Até 2,9 meses	64.125	9,66	155.417	11,84
3,0 a 5,9 meses	59.834	9,01	138.470	10,55
6,0 a 11,9 meses	98.387	14,82	207.631	15,81
12,0 a 23,9 meses	102.319	15,42	215.521	16,41
24,0 a 35,9 meses	62.693	9,45	125.372	9,55
36,0 a 59,9 meses	65.120	9,81	139.229	10,60
60,0 a 119,9 meses	86.325	13,01	142.117	10,82
120,0 meses ou mais	124.946	18,82	189.323	14,42
Total	663.749	100	1.313.080	100

Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Uma referência interessante para a questão do aumento da exploração da força de trabalho é a quantidade de horas contratuais. A Tabela 11 mostra que, via

de regra, os/as trabalhadores/trabalhadoras goianos/as são contratados/as para trabalharem em uma jornada completa de até 44 horas. A diminuição nos contratos de até 30 horas semanais de trabalho, bem como nos de até 40 horas, dão sinais de que a existência da superexploração do trabalho deu o tom da acumulação de capital em Goiás no primeiro decênio deste século.

Tabela 14 – Goiás: Emprego formal por faixa de horas contratuais

Faixa de Horas Contratuais	2000	Part. no total	2010	Part. no total
Até 12 horas	6.601	0,99	15674	1,19
13 a 15 horas	453	0,07	1.356	0,10
16 a 20 horas	8.212	1,24	13.959	1,06
21 a 30 horas	67.364	10,15	86.919	6,62
31 a 40 horas	147.412	22,21	274.998	20,94
41 a 44 horas	433.707	65,34	920.174	70,08
Total	663.749	100	1.313.080	100

Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Outro elemento capaz de evidenciar os sinais da capacidade dinâmica do mercado de trabalho em absorver a força de trabalho, é a variável Tipo de Admissão no Emprego. A Tabela 15 aponta para um mercado de trabalho com baixa capacidade de oxigenação, tornando redundante a força de trabalho já empregada em seus postos de trabalho.

Tabela 15 – Goiás: Emprego formal por tipo de admissão

Tipos de Admissão	2000	Part. no total	2010	Part. no total
Não Admitido Ano	441.403	66,50	811.562	61,81
Primeiro Emprego	66.062	9,95	97.971	7,46
Reemprego	145.679	21,95	367.848	28,01
Transferência com Ônus	1.928	0,29	3.121	0,24
Transferência sem Ônus	8.677	1,31	30.672	2,34
Reintegração	0	0	1.893	0,14
Requisição	0	0	13	0,00
Total	663.749	100	1.313.080	100

Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

A indicação de que o tipo Primeiro Emprego teve queda na participação do emprego total gerado no Estado, e a permanência, em patamares significativos, do tipo Não Admitido no Ano e Reemprego, dão sinais de que, ainda com dinâmica de geração de empregos significativas, o mercado de trabalho goiano tende a não captar novas forças de trabalho para as ocupações que são geradas. Na verdade, os postos de trabalho tenderam nos primeiros dez anos do século XXI a ser ocupados por trabalhadores/trabalhadoras já inseridos/as no mercado de trabalho, no caso do Reemprego, ou a permanecerem com seus/suas trabalhadores/trabalhadoras.

Esse é um fenômeno importante para se conjugar a existência da superexploração do trabalho com o exército industrial de reserva (EIR). As situações descritas anteriormente, a partir dos dados da RAIS, dão a medida de como se dá o processo de superexploração no sistema econômico goiano.

“Relacionar o EIR com a superexploração significa mostrar sua ação no sentido de exacerbar as formas ou os mecanismos de extração de mais-valia (...) Sua atuação mais geral é a de fortalecer a ocorrência da superexploração do trabalho e, sendo assim, provoca impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e de queda salarial (...) Isso ocorre porque, como já foi dito, a existência de uma massa de trabalhadores que se encontra excluída, à margem do mercado de trabalho (massa de desempregados), exerce uma pressão sobre aqueles trabalhadores que se encontram efetivamente empregados, forçando a que se submetam a todas as formas de superexploração existentes, sob pena de se verem substituídos e desempregados por ‘trabalhadores da reserva’ num momento futuro.” (Carcanholo e Amaral, 2012, p. 101)

Frente o exposto, o atual momento de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, articulado à opção de política de desenvolvimento regional pelo Estado goiano, tem construído uma realidade dramática para grande parte das classes trabalhadoras goianas. O aumento do grau não só de exploração – representada pelo aumento da mais-valia absoluta e relativa -, mas também de espoliação – negação do direito ao/à trabalhador/trabalhadora ao pleno exercício das faculdades humanas – aumenta as dificuldades dos/das trabalhadores/trabalhadoras em controlar sua existência social.

### **Subseção I.I – a importância do setor industrial para o subdesenvolvimento revestido goiano**

O fato de a Indústria ter participado, significativamente, na geração de empregos no período, corrobora em parte com o que foi apresentado sobre as intenções de investimentos para o Estado, ainda que o aumento da participação do setor no total dos empregos o tenha deixado na 5ª posição entre os setores que mais criaram postos de trabalho.

Tabela 16 – Goiás: Participação dos subsetores de atividade econômica no setor industrial – 2000/2010

IBGE Subsetor	2000	Part. no total do setor	2010	Part. no total do setor	Var. 2000/2010	Part. no total Goiás_2000	Part. no total Goiás_2010
Prod. Mineral Não Metálico	7.345	7,37	12.752	6,23	73,61	1,14	0,97
Indústria Metalúrgica	6.794	6,82	11.495	5,62	69,19	1,05	0,88
Indústria Mecânica	1.402	1,41	5.236	2,56	273,47	0,22	0,40
Elétrico e Comunicação	735	0,74	1.152	0,56	56,73	0,11	0,09
Material de Transporte	1.654	1,66	5.842	2,86	253,20	0,26	0,44
Madeira e Mobiliário	4.143	4,16	8.320	4,07	100,82	0,64	0,63
Papel e Gráfico	4.321	4,34	8.040	3,93	86,07	0,67	0,61
Borracha, Fumo, Couros	3.350	3,36	6.664	3,26	98,93	0,52	0,51
Indústria Química	11.180	11,22	39.186	19,15	250,50	1,73	2,98
Indústria Têxtil	18.220	18,29	27.568	13,47	51,31	2,82	2,10
Indústria Calçados	1.005	1,01	1.592	0,78	58,41	0,16	0,12
Alimentos e Bebidas	39.455	39,61	76.746	37,51	94,52	6,10	5,84
Total do setor Industrial	99.604	100,00	204.593	100,00	105,41	15,41	15,57
Total dos empregos em Goiás	646.418		1.313.641			100,00	100,00

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

As atividades voltadas para a produção de álcool/açúcar e alimentos e bebidas, seriam umas das principais multiplicadoras de emprego para Goiás, de acordo com as intenções de investimentos. As atividades industriais de alimentos e bebidas responderam por 37,51% do total de postos de trabalho gerados no setor industrial, no ano de 2010, como mostra a tabela acima - participação setorial abaixo da observada no ano de 2000, 39,61%. Em que pese a queda desse subsetor de atividade econômica na participação do total dos empregos gerados no setor Industrial e no de empregos em Goiás, ele permanece como o subsetor industrial que mais ocupa trabalhadores/trabalhadoras no total dos empregos do Estado.

Cabe ressaltar o aumento da participação dos subsetores Indústria Química e Têxtil no total dos postos de trabalho criados no setor Indústria. Isso indica certa alteração na composição estrutural do emprego no Estado, mais voltado para atividades industriais intensivas em trabalho.

A “aposta” da dinâmica industrial goiana está na geração de estabelecimentos que se verifiquem possibilitadores de maior integração aos mercados externos e internos. Nesse sentido, a forma da geração de valor em seu território está atrelada, numa espécie de “dependência da trajetória”, ao incremento do processo de utilização da terra (ali historicamente funcional), articulado ao processo de industrialização (intensificando, portanto, a agroindústria) com intensificação do trabalho em atividades que a incorpore à divisão internacional do trabalho.

Esta interação setorial se verifica no período de 2002 a 2011, quando a agropecuária e a indústria apresentaram taxas acumuladas de crescimento de 72,2% e de 58,6%, respectivamente.

Esse cenário é causa e efeito de um processo recorrente da intensificação do uso da força de trabalho goiana. A tabela 17 mostra como se dá a evolução da produtividade média da indústria goiana, no período 2007-2010. A melhora na produtividade média do setor pode se referir ao aumento da intensidade do trabalho. Isso porque, entre outras possíveis considerações, a evolução do número de trabalhadores/trabalhadoras ocupados/ocupadas no setor variou de forma mais lenta e pouco significativa, frente à variação do valor da transformação industrial. Enquanto o emprego na Indústria aumentou 28,31% no período, o VTI aumentou em 66,44%.

A Tabela 18 compara a distribuição do emprego, do VTI e da massa salarial. A maior participação dos salários do que o VTI tenderia a indicar que o aumento de produtividade do setor é repassado aos salários, visto que o sentido da variação é semelhante. Entretanto, o aumento do VTI frente à constância de participação do emprego e à queda de participação dos salários, no período 2007-2010, aponta para uma intensificação do trabalho com participação de baixos salários.

Tabela 17 – Goiás: Variação da produtividade média na indústria – 2007-2010

	Brasil		Goiás	
	2007	2010	2007	2010
Pessoal Ocupado em 31/12	7.310.120	8.211.953	163.042	209.207
Valor da Transformação Industrial	577.084.214	767.900.728	10.209.388	16992.013
VTI/PO	78,94	93,51	62,62	81,22

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual Empresa  
Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Tabela 18 – Goiás: Pessoal Ocupado, Salários e Valor da Transformação Industrial – 1995-2007-2010

	1995*	2007	2010
Pessoal Ocupado em 31/12	92,75	97,70	97,82
Valor da Transformação Industrial	88,23	88,87	93,08
Salários Totais	89,12	96,43	96,30

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual Empresa/Para 1995, Pesquisa Industrial Anual  
Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Ou seja, o processo agroindustrializante concentrador em Goiás, tende a intensificar o uso do trabalho, visto que não retroalimenta o mercado de trabalho para este setor na mesma proporção (na mesma intensidade) que ali se gera valor, com apontamentos para a existência de salários baixos.

A Tabela 19 indica que a Indústria de Transformação, sediada no espaço de acumulação goiano, concentra seus postos de trabalho em rendimentos que variam de 1 a 3 salários mínimos. Em 2000, 75,3% dos/das ocupados/as nos postos de trabalho desse setor estavam nessa faixa de rendimentos. Em 2010, a participação dos/das trabalhadores/trabalhadoras nessa faixa passou para 78,7%. Destaca-se o significativo aumento do número trabalhadores/trabalhadoras, na faixa de 0,51 a 1 salário mínimo, cerca de 183%, seguido da faixa 1,01 a 1,5 salários mínimos, 151%, no período 2000-2010.

Tabela 19 – Goiás: Total de empregados/as no setor Indústria de Transformação por faixa de remuneração média – em salários mínimos

Faixa Remun Média (SM)	Part. no Total		Part. no Total		Part. no Total	
	2000	2000	2005	2005	2010	2010
Até 0,50	24	0,02	124	0,09	259	0,13
0,51 a 1,00	4.231	4,26	7.187	5,15	11.994	5,92
1,01 a 1,50	32.413	32,66	54.220	38,82	81.360	40,18
1,51 a 2,00	23.876	24,06	29.435	21,08	42.678	21,08
2,01 a 3,00	18.430	18,57	26.651	19,08	35.319	17,44
3,01 a 4,00	7.898	7,96	9.008	6,45	13.352	6,59
4,01 a 5,00	3.635	3,66	4.445	3,18	6.588	3,25
5,01 a 7,00	3.668	3,70	3.935	2,82	5.466	2,70
7,01 a 10,00	2.349	2,37	2.380	1,70	2.811	1,39
10,01 a 15,00	1.382	1,39	1.286	0,92	1.498	0,74
15,01 a 20,00	587	0,59	465	0,33	578	0,29
Mais de 20,00	746	0,75	529	0,38	582	0,29
<b>Total</b>	<b>99.239</b>	<b>100</b>	<b>139.665</b>	<b>100</b>	<b>202.485</b>	<b>100</b>

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Quando se verifica a evolução da escolaridade dos/das trabalhadores/trabalhadoras ocupados/ocupadas na Indústria de Transformação, pode-se, à primeira vista, a ela atribuir a resposta pelos baixos rendimentos que se verifica neste setor. Mas só à primeira vista e com desvio de conduta em relação à argumentação teórica que nos reveste.

Tabela 20 – Goiás: Total de empregados/as no setor Indústria de Transformação por escolaridade

Escolaridade	Part. no Total		Part. no Total		Part. no Total		Var. 2000/2010
	2000	2000	2006	2006	2010	2010	
Analfabeto/a	1.175	1,18	1.264	0,79	1.175	0,57	0,00
Até 5ª Incompleto	6.498	6,52	7.632	4,79	10.206	4,99	57,06
5ª Completo							
Fundamental	11.560	11,61	12.053	7,56	11.209	5,48	-3,04
6ª a 9ª Fundamental	23.680	23,77	24.557	15,40	25.327	12,38	6,96
Fundamental							
Completo	22.061	22,15	27.399	17,18	27.860	13,62	26,29
Médio Incompleto	13.383	13,44	28.501	17,87	32.541	15,91	143,15
Médio Completo	16.973	17,04	47.542	29,81	78.297	38,27	361,30
Superior Incompleto	1.682	1,69	4.439	2,78	6.916	3,38	311,18
Superior Completo	2.592	2,60	6.053	3,80	10.966	5,36	323,07
Mestrado	Nd	0,00	28	0,02	80	0,04	0,00
Doutorado	Nd	0,00	13	0,01	16	0,01	0,00
<b>Total</b>	<b>99.604</b>	<b>100</b>	<b>159.481</b>	<b>100</b>	<b>204.593</b>	<b>100</b>	<b>105,41</b>

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG



A Tabela 20, acima, mostra a composição da ocupação dos postos de trabalho pela escolaridade dos/das trabalhadores/trabalhadoras. Entre os anos 2000 e 2010, tal composição aponta para uma imensa parcela de trabalhadores/trabalhadoras situados/as entre o ensino fundamental e médio completos. Em que pese a diminuição dos/das trabalhadores/trabalhadoras com ensino fundamental completo e médio incompleto no total dos postos de trabalho gerados em cada ano, há nítida manutenção de mais de 80% de trabalhadores/trabalhadoras do setor industrial com os graus de escolaridade citados.

Soma-se a isso, o fato de que, em termos de evolução do emprego formal nesse setor, em relação à escolaridade dos/das trabalhadores/trabalhadoras ali inseridos/as, houve aumento significativo no número de trabalhadores/trabalhadoras com ensino médio completo e superior incompleto e completo no período 2000-2010.

Infere-se daí que, em primeiro lugar, a dinâmica de geração de empregos formais na Indústria de Transformação goiana se situa na exploração do/da trabalhador/trabalhadora menos escolarizado/a, em sua maioria.

Segundo, o aumento substancial do número de trabalhadores/trabalhadoras com ensino superior completo e incompleto não alterou a dinâmica dos baixos rendimentos na composição dos postos de trabalho ali gerados.

E, por último, tal característica da dinâmica de empregos formais nesse setor afirma a tendência não-correlacional entre o aumento de escolaridade e dos rendimentos em espaços de reprodução dependentes, indicando uma estrutura ocupacional e de mercado de trabalho precários e movidos pela exploração da força de trabalho em níveis de acumulação que não prescinde de melhorias no conteúdo desta na composição do capital, mas sim nas condições gerais de produção que contribuem para a criação e reprodução da força de trabalho, que a amplia, em quantidade e conteúdo, e a torna redundante. Portanto, ainda que mais escolarizada.

Assim, reforçando a notação inicial, à primeira vista, ao aumento da escolaridade dos/das trabalhadores/trabalhadoras remonta a responsabilidade pela

manutenção dos baixos rendimentos dos/das trabalhadores/trabalhadoras inseridos/as na Indústria de Transformação goiana, visto que, inserida de mais conteúdo para exercer a troca em um mercado de trabalho dinamizado por um padrão de reprodução que possui a superexploração da força de trabalho como categoria específica, expõe, ela mesma, a articulação entre as condições gerais do processo de exploração da força de trabalho com as especificidades da acumulação e da reprodução capitalista próprias dessas economias. Cabe um estudo mais aprofundado para a identificação desta correlação, mas, *a priori*, a exigência de melhores níveis de escolaridade não se transforma em melhores níveis de rendimentos no setor industrial goiano.

A redundância, citada acima, que em termos gerais representa a dialética do desenvolvimento da dinâmica capitalista de acumulação e atribui à força de trabalho a característica de ser supérflua, se apresenta em nível mais específico na condição em que a força de trabalho se encontra quando de sua relação de entrada e saída no mercado de trabalho. Assim, a forma como as/os trabalhadoras/res são admitidas/dos nos setores de atividade econômica dos espaços de acumulação, aponta a capacidade de oxigenação de seus mercados de trabalho, aproximando a análise aos limites impostos pela dinâmica da reprodução daquele espaço à entrada de novas/os trabalhadoras/res àquele mercado de trabalho e a intencionalidade desse processo. A Tabela 21 mostra a tendência desse movimento de entrada dos/as trabalhadores/as goianos/as na Indústria de Transformação.

Tabela 21 – Goiás: Total de empregados/a no setor Indústria de Transformação por tipo de admissão no emprego

<b>Tipo de Admissão no Emprego na Indústria de Transformação</b>	<b>2000</b>	<b>Part. no Total 2000</b>	<b>2005</b>	<b>Part. no Total 2005</b>	<b>2010</b>	<b>Part. no Total 2010</b>	<b>Var. 2000/2010</b>
Não admitido/a ano	54.644	54,87	81.499	58,08	114.781	56,14	110,05
Primeiro Emprego	14.371	14,43	13.782	9,82	18.196	8,90	26,62
Reemprego	27.976	28,09	41.895	29,86	63.540	31,08	127,12
Transferência com Ônus	588	0,59	1.158	0,83	298	0,15	-49,32
Transferência sem Ônus	2.015	2,02	1.930	1,38	7.511	3,67	272,75
Reintegração	Nd	0,00	55	0,04	130	0,06	0,00
<b>Total</b>	<b>99.594</b>	<b>100</b>	<b>140.319</b>	<b>100</b>	<b>204.456</b>	<b>100</b>	<b>105,29</b>

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Os dados acima mostram um setor industrial com baixo dinamismo em geração de postos de trabalhos para novos/as trabalhadores/as. Sua dinâmica é assentada na reincorporação de trabalhadores/as e na manutenção dos/as empregados/as.

Posto dessa forma, significa atenuar a superexploração pela via do uso extenso e intenso da força de trabalho já inserida na dinâmica da reprodução daquele espaço e que redonda (se repete), de tempos em tempos, como um mesmo elemento em um mesmo mercado de trabalho, mantendo os salários em níveis próximos aos do consumo de bens salários, reproduzindo o que fora apontado por Marini (2000) e explicitado em Osório (2013, p. 65):

“O que importa destacar aqui é que foi se formando uma modalidade de capitalismo – dependente –, em que o consumo da população trabalhadora se torna um elemento secundário em relação aos setores, ramos ou unidades produtivas mais dinâmicas dentro da acumulação dependente. Definitivamente se trata de um capitalismo no qual os trabalhadores contam mais como produtores de valor que como consumidores, de modo que seu papel no mercado local tende a ser pouco significativo. Isso se relaciona com a tendência do capitalismo dependente a criar padrões de reprodução voltados aos mercados externos. É um capitalismo em que o poder de consumo dos trabalhadores das regiões para as quais exporta é mais importante que a própria economia local. Ao analisar a história econômica da região se constata precisamente que o chamado período de industrialização é apenas um breve parêntese numa longa história do predomínio de padrões exportadores na América Latina: o primeiro agro-mineiro exportador e, na atualidade, o de especialização produtiva.”

A exploração da força de trabalho assume aqui um papel de retroalimentar a dinâmica da dependência sob outras bases, mas com o mesmo procedimento: o da superexploração como base de uma forma particular de reprodução do capital e, como categoria, com significado essencial para explicar, nesse nível de abstração, o mecanismo de funcionamento do “*conjunto do processo de reprodução do capital e das relações estabelecidas nesta unidade*”. (Osório, 2013). Como uma unidade diferenciada, o sistema mundial capitalista se apresenta com capitalismo centrais e imperialistas e capitalismo dependentes, que constituem algumas de suas formas, inseparáveis, diferentes na unidade, e somente explicáveis na relação que os constitui. (Osório, 2013)

Somada aos dados apresentados, tem-se a questão do tempo de permanência do/da trabalhador/trabalhadora goiano/a em seu setor industrial. Em que pese o aumento em mais de 100% do número de postos de trabalhos gerados no período analisado, nas faixas de 60 a 119,9 meses e 120 meses ou mais, a composição do emprego industrial, em termos de participação dos/das trabalhadores/trabalhadoras no total dos empregos ali gerados, aponta para a concentração de cerca de 40% dos postos de trabalhos oferecidos nas faixas de 6 a 11,9 e de 12 a 23,9 meses. Enquanto que as duas primeiras faixas citadas representam, ao longo do período 2000-2010, cerca de 14% dos postos de trabalhos do setor.

Tabela 22 – Goiás: Total de trabalhadores/as no setor Indústria de Transformação por faixa de tempo de permanência no emprego

Tempo de Permanência no Emprego	Part. no Total		Part. no Total		Part. no Total		Var. 2000-2010
	2000	2000	2005	2005	2010	2010	
Até 2,9 meses	12.731	12,78	17.748	12,65	25.061	12,26	96,85
3,0 a 5,9 meses	12.420	12,47	16.051	11,44	25.357	12,40	104,16
6,0 a 11,9 meses	19.799	19,88	25.021	17,83	39.257	19,20	98,28
12,0 a 23,9 meses	19.250	19,33	28.695	20,45	38.359	18,76	99,27
24,0 a 35,9 meses	11.126	11,17	15.136	10,79	24.212	11,84	117,62
36,0 a 59,9 meses	11.937	11,99	18.136	12,92	23.198	11,35	94,34
60,0 a 119,9 meses	8.891	8,93	14.545	10,37	19.791	9,68	122,60
120,0 meses ou mais	3.440	3,45	4.987	3,55	9.221	4,51	168,05
<b>Total</b>	<b>99.594</b>	<b>100</b>	<b>140.319</b>	<b>100</b>	<b>204.456</b>	<b>100</b>	<b>105,29</b>

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

A primeira década dos anos 2000 apresenta um setor industrial que gera empregos, mas empregos de curta duração. Cerca de  $\frac{1}{4}$  dos empregos gerados no setor estão concentrados nas faixas de até 2,9 e de 3 a 5,9 meses.

Quando somadas as quatro primeiras faixas, estas, mais as duas mais próximas acima, tem-se, ali, concentração de mais de 60% dos/as trabalhadores/as do setor. Daí, mais um tom da redundância do trabalho: curta duração no emprego, que integrada ao tipo de vínculo que lhe é “devido”, dando o contorno de sua entrada no setor, não possibilita ao/a trabalhador/a o distanciamento do salário de entrada, imputando-lhe a condenação de Sísifo.

Em termos de horas contratuais – jornada de trabalho semanal – a Indústria goiana concentrou, na primeira década dos anos 2000, a criação de seus postos de

trabalho na faixa de 41 a 44 horas semanais para o/a trabalhador/trabalhadora (Tabela 23).

Tabela 23 – Goiás: Total de trabalhadores/a no setor Indústria de Transformação por faixa de quantidade de horas contratuais de trabalho por semana do/a trabalhador/a

<b>Faixa de Horas Contratuais</b>	<b>2000</b>	<b>Part. Total 2000</b>	<b>2005</b>	<b>Part. Total 2005</b>	<b>2010</b>	<b>Part. Total 2010</b>
Até 12 horas	165	0,17	143	0,10	233	0,12
13 a 15 horas	8	0,01	21	0,02	42	0,02
16 a 20 horas	47	0,05	179	0,13	424	0,21
21 a 30 horas	538	0,54	681	0,49	1.006	0,50
31 a 40 horas	2.290	2,31	3.040	2,18	4.440	2,19
41 a 44 horas	96.191	96,93	135.601	97,09	196.340	96,97
<b>Total</b>	<b>99.239</b>	<b>100</b>	<b>139.665</b>	<b>100</b>	<b>202.485</b>	<b>100</b>

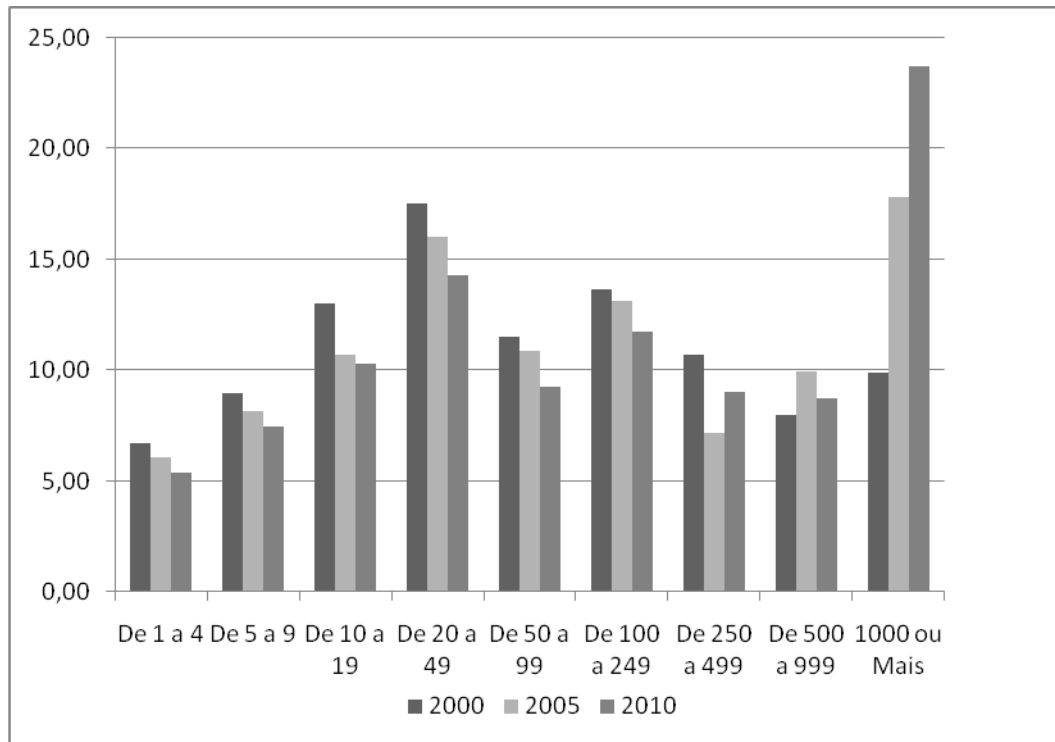
Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Por ter uma concentração tão significativa, a variação do número de trabalhadores e trabalhadoras ocupando postos de trabalho na Indústria de Transformação goiana na faixa de 41 a 44 horas contratuais de trabalho por semana acompanhou a variação do total do setor em cerca de 104%.

Em referência ao tamanho do estabelecimento industrial, por quantidade de trabalhadores/trabalhadoras ali empregados/as, verifica-se um nítido movimento de abertura de novos postos de trabalho em estabelecimentos com 1000 ou mais trabalhadores/trabalhadoras empregados/as, (Gráfico 2), na primeira década dos anos 2000.

Gráfico 2 – Goiás: participação relativa da faixa de tamanho do estabelecimento no total do emprego formal na Indústria de Transformação (2000, 2005 e 2010)



Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

A participação relativa dos estabelecimentos que empregam entre 20 a 49 trabalhadores/trabalhadoras diminuiu no período analisado. Esse porte de estabelecimentos, que concentrava 17,5% dos empregos em 2000, passou a representar 16% e 14,3% em 2005 e 2010, respectivamente (Tabela 24).

Tabela 24 – Goiás: Emprego formal na Indústria de Transformação por tamanho do estabelecimento – em % – (2000, 2005 e 2010)

Tamanho Estabelecimento	Part. no total		Part. no total		Part. no total	
	2000	2000	2005	2005	2010	2010
De 1 a 4	6.648	6,70	8.515	6,10	10.868	5,37
De 5 a 9	8.915	8,98	11.428	8,18	15.117	7,47
De 10 a 19	12.950	13,05	14.948	10,70	20.882	10,31
De 20 a 49	17.382	17,52	22.406	16,04	28.924	14,28
De 50 a 99	11.437	11,52	15.187	10,87	18.775	9,27
De 100 a 249	13.555	13,66	18.346	13,14	23.812	11,76
De 250 a 499	10.641	10,72	10.049	7,20	18.275	9,03
De 500 a 999	7.901	7,96	13.867	9,93	17.734	8,76
1000 ou Mais	9.810	9,89	24.919	17,84	48.098	23,75
Total	99.239	100	139.665	100	202.485	100

Fonte: RAIS-MTE - Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Os estabelecimentos que empregam 1000 ou mais trabalhadores/trabalhadoras, concentravam 9,9% dos postos de trabalho da Indústria, em 2000, e 17,8% e 23,7% do total desses postos em 2005 e 2010, respectivamente. Isso representa um aumento de número de postos de trabalho, nesse porte de estabelecimentos, de 154%, quando comparados 2005 a 2000, e de 390,3%, entre 2000 e 2010.

Isso representa uma dinâmica industrial própria de um período de concentração e centralização de capitais que, como condicionantes e consequências da acumulação que se reproduz, criando novos espaços de interdependência da produção capitalista, gera postos de trabalho com baixa remuneração, intensificação do uso da força de trabalho pela jornada de trabalho verificada no “teto” e pela baixa (e em queda) participação dos salários e das ocupações, frente ao aumento da produtividade da Indústria da Transformação em Goiás. Esses elementos contribuem para afirmação de uma dinâmica industrial forjada na superexploração da força de trabalho.

Esse aumento de participação dos estabelecimentos de maior porte (em referência ao número de trabalhadores/trabalhadoras ocupando seus postos de trabalho) na geração de empregos, não alterou substancialmente o tipo de ocupações geradas na primeira década dos anos 2000 (Tabela 25).

Tabela 25 – Goiás: Total de trabalhadores/as no setor Indústria de Transformação por tipo de ocupações selecionadas – 2000, 2005 e 2010

CBO 94 Grupo Base	Part. Total			
	2000	2000		
Costureiros/as (confeção em série) *	10336	10,42		
Trabalhadores/as de industrialização e conservação de alimentos	4868	4,91		
Trabalhadores/as braçais não-classificados/as sob outras epígrafes **	4528	4,56		
Magarefes e trabalhadores/as assemelhados/as	4037	4,07		
Auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados/as ***	3935	3,97		
Trabalhadores/as de serviços de conservação, manutenção, limpeza de edifícios, empresas comerciais, ind	3781	3,81		
Ceramistas e trabalhadores/as assemelhados/as	2724	2,74		
Trabalhadores/as de tratamento do leite, fabricação de laticínios e de produtos similares ****	2618	2,64		
Condutores/as de automóveis, ônibus, caminhões e veículos similares	2367	2,39		
Padeiros/as, confeitadores/as e trabalhadores/as assemelhados/as	2144	2,16		
Trabalhadores/as de comércio e trabalhadores/as assemelhados/as não-classificados/as sob outras epígrafes	1849	1,86		
Trabalhadores/as da produção e manipulação de medicamentos	1725	1,74		
Operadores/as de máquinas fixas e de equipamentos similares não-classificados/as sob outras epígrafes *****	1685	1,70		
Trabalhadores/as de serviços de abastecimento e armazenagem	1672	1,68		
Trabalhadores/as de serviços administrativos e trabalhadores/as assemelhados não-classificados/as sob outras epígrafes	1671	1,68		
Trabalhadores/as da movimentação de cargas e descargas, estivagens e embalagens de mercadorias	1531	1,54		
Total da Indústria de Transformação	99239	100		
CBO 2002 Subgrupo de Ocupação	Part. Total		Part. Total	
	2005	2005	2010	2010
Trabalhadores/as da confecção de roupas*	14754	10,56	18107	8,94
Trabalhadores/as artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo****	13586	9,73	13308	6,57
Embaladores/as e alimentadores/as de produção**	12782	9,15	20508	10,13
Escriturários/as em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos/as***	6937	4,97	10358	5,12
Operadores/as de equipamentos na preparação de alimentos e bebidas	5306	3,8	6842	3,38
Vendedores/as e demonstradores/as	4230	3,03	6345	3,13
Escriturários/as de controle de materiais e de apoio à produção	4042	2,89	7736	3,82
Condutores/as de veículos e operadores/as de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas, merc.	4007	2,87	7971	3,94
Trabalhadores/as de montagem de tubulações, estruturas metálicas e de compósitos	3353	2,4	6216	3,07
Operadores/as de máquinas a vapor e utilidades*****	2936	2,1	5895	2,91
Total da Indústria de Transformação	139665	100	202485	100

Fonte: RAIS-MTE

Nota: os sinais \*, e suas respectivas quantidades, indicam onde estão contidas as ocupações referentes à CBO 1994 na CBO 2002.

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

As ocupações listadas na Tabela 25 representam pouco mais de 50% do total das ocupações referentes aos grupos ocupacionais citados (CBO 1994 e CBO 2002). Para o grupo ocupacional referente à CBO 1994, a lista é formada por 295



tipos ocupacionais, enquanto que o grupo ocupacional referente à CBO 2002, a lista contém 180 ocupações.

A diminuição em si, se dá em função da junção de diversos tipos ocupacionais em um só, quando da mudança da CBO em 2002. A questão não é essa. O fato de 11 subgrupos de ocupação (2005 e 2010) representar cerca de 50% do total das ocupações e o tipo de ocupações que ali estão, é que é a questão.

Não se alterou a dinâmica ocupacional no estado de Goiás, no período de 2000 a 2010. É uma estrutura firmada em postos de trabalho braçais, intensivos em trabalho, e como observado, como se mais uma justificativa, remunerados abaixo de seu valor.

Ainda que os estabelecimentos de grande porte tenham ampliado sua participação no total dos empregos gerados nos anos 2000-2010, a dispersão desses empregos mostra que as faixas intermediárias continuam ampliando seus postos de trabalho, com menos dinamismo, visto as perdas na participação do total dos postos de trabalho gerados, mas com tendência à ampliação. Esse movimento ratifica os tipos de ocupações que são gerados, uma vez que, é tão menos dinâmico quanto, a geração de um processo industrializante com intensificação em tecnologia de processos e de produtos. e em especial, ao movimento de concentração de capitais, já citado.

A Tabela 26 mostra, por exemplo, que 57,8% dos postos de trabalho relacionados ao tipo ocupacional “trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo” (artesanais!), foram criadas nos estabelecimentos que empregam 1000 ou mais trabalhadores/trabalhadoras. Esse processo é resultado da concentração de capitais, que leva ao aumento do grau de monopólio dos setores de atividade, que envolvem a geração dos postos de trabalho para o tipo ocupacional citado.

Tabela 26 – Goiás: Total de trabalhadores/as no setor Indústria de Transformação por tipo de ocupações selecionadas segundo o tamanho dos estabelecimentos – 2010

	De 1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou Mais	Total
TRABALHADORES/AS DA CONFECCAO DE ROUPAS	1.720	3.330	5.028	4.566	1.625	1.439	506	0	0	18.214
	9,44	18,28	27,61	25,07	8,92	7,90	2,78	0	0	100
TRABALHADORES/AS ARTESANAIS NA AGROINDUSTRIA, NA INDUSTRIA DE ALIMENTOS E DO FUMO	486	512	508	875	653	563	643	1436	7775	13.451
	3,61	3,81	3,78	6,51	4,85	4,19	4,78	10,68	57,80	100
EMBALADORES/AS E ALIMENTADORES/AS DE PRODUCAO	375	536	882	2.297	2.047	3.224	2310	2701	6642	21.014
	1,78	2,55	4,20	10,93	9,74	15,34	10,99	12,85	31,61	100
ESCRITURARIOS/AS EM GERAL, AGENTES, ASSISTENTES E AUXILIARES ADMINISTRATIVOS/AS	786	1.100	1.220	1.664	1.073	1.203	997	705	1636	10.384
	7,57	10,59	11,75	16,02	10,33	11,59	9,60	6,79	15,76	100
OPERADORES/AS DE EQUIPAMENTOS NA PREPARACAO DE ALIMENTOS E BEBIDAS	167	275	346	500	358	1.388	835	1176	1866	6.911
	2,42	3,98	5,01	7,23	5,18	20,08	12,08	17,02	27,00	100
VENDEDORES/AS E DEMONSTRADORES/AS	1.117	936	808	833	615	537	223	89	1224	6.382
	17,50	14,67	12,66	13,05	9,64	8,41	3,49	1,39	19,18	100
ESCRITURARIOS/AS DE CONTROLE DE MATERIAIS E DE APOIO À PRODUCAO	83	169	298	696	595	1.112	703	1057	3106	7.819
	1,06	2,16	3,81	8,90	7,61	14,22	8,99	13,52	39,72	100
CONDUTORES/AS DE VEICULOS E OPERADORES/AS DE EQUIPAMENTOS DE ELEVACAO E DE MOVIMENTACAO DE CARGAS	242	439	708	1.272	812	977	604	973	2016	8.043
	3,01	5,46	8,80	15,81	10,10	12,15	7,51	12,10	25,07	100
TRABALHADORES/AS DE MONTAGEM DE TUBULACOES, ESTRUTURAS METALICAS E DE COMPOSITOS	629	660	824	1.403	616	726	529	296	577	6.260
	10,05	10,54	13,16	22,41	9,84	11,60	8,45	4,73	9,22	100
OPERADORES/AS DE UTILIDADES	46	90	113	425	379	764	910	567	2707	6.001
	0,77	1,50	1,88	7,08	6,32	12,73	15,16	9,45	45,11	100
Total	5.651	8.047	10.735	14.531	8.773	11.933	8260	9000	27549	104.479
	5,41	7,70	10,27	13,91	8,40	11,42	7,91	8,61	26,37	100

Fonte: RAIS-MTE - Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Tão intencional é tal dinâmica da superexploração como fundamento para o funcionamento do capitalismo dependente, que as questões apontadas acima caracterizam uma dinâmica industrial mais funcional para a manutenção da lógica da dependência pela “*especialização produtiva*” do que para a transformação das bases da acumulação pela industrialização, como elemento possibilitador de um desenvolvimento capitalista dependente de tipo mais avançado. A indústria goiana, a par disso, se apresenta como elemento catalisador e retroalimentador dos mecanismos de superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente e a recrudesce.

### **Subseção I.II – Os motivos para a importância do setor industrial para o subdesenvolvimento revestido goiano**

Por “*especialização produtiva*” entende-se a característica elementar do novo padrão de reprodução do capital, em que subsumem as economias capitalistas dependentes, e faz-se baseado em um “*padrão exportador de reprodução do capital*”, que

“(…) apresenta diferenças substanciais em relação ao padrão agromineiro exportador que prevaleceu na região a partir de meados do século XIX até o início do século XX, particularmente devido ao maior grau de elaboração de muitos bens exportados. Esse novo padrão exportador, por outro lado, apresenta semelhanças com o anterior, como o peso dos bens agromineiros no total das exportações, aos quais se somam agora alguns bens intermediários, seja de produção local, seja de *maquiladoras*.” (Osório, 2012, p.103)

Esse novo padrão, mantém a região da América Latina imersa na lógica da divisão internacional do trabalho, como parte integrante fundamental subdesenvolvida e dependente.

“Em diversas análises e na maioria dos discursos oficiais, a elevação da capacidade exportadora é apresentada como um símbolo de fortaleza econômica, quando não de desenvolvimento (...) Mais do que economias dinâmicas que se orientam para o desenvolvimento (e que aproveitam as ‘janelas de oportunidades’ abertas para novas tecnologias, como certo discurso gosta de destacar), o que temos na América Latina são novas formas de organização produtiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população.” (Osório, 2012, p.104)

A agroindústria é o elemento chave para garantir o sentido do desenvolvimento goiano, no sentido do padrão de reprodução atual.

“Para a América Latina e Central significa quase uma dinâmica de retorno à ‘acumulação primitiva’ (...) que privilegia os investimentos produtivos na extração mineral, na monocultura agrícola e na produção de *commodities*. Essa região aprofunda sua especialização em *commodities* minerais e agroindustriais, apresentando características do antigo modelo agroexportador (...) A competitividade baseada em baixos salários e na desregulamentação do mercado de trabalho, a concentração do conhecimento pelas multinacionais e pelos países mais ricos, a nova forma de participação dos governos na economia, geram uma incapacidade de desenvolvimento, no sentido cepalino do conceito. O que se verifica é um crescimento restrito aos espaços intrafirmas internacionais e a concentração cada vez maior das vantagens do crescimento.” (Castilhos, 2014, p. 233)

E esse elemento chave impulsiona o processo de dependência externa, tendendo a limitar a capacidade de investimentos em setores mais dinâmicos, com certo nível de intensidade tecnológica, ainda que dentro da lógica do agronegócio.

*“O período recente é marcado pela expansão acelerada do agronegócio (monocultura da soja, criação de gado na Amazônia, e a intensificação da monocultura de frutos nativos) e da extração mineral.”* (Castilhos, 2014, p. 236)

Em referência às exportações, em que pese uma maior diversificação de produtos na pauta brasileira, quando relacionada à composição por níveis de classificação por intensidade tecnológica, verifica-se uma maior participação do grupo de Produtos Primários (30% em 2007; 42% em 2010), seguido do grupo dos Produtos Intensivos em Recursos Naturais (20% em 2007; 21% em 2010) e dos Manufaturados Intensivos em Economias de Escala (25% em 2007; 19% em 2010). (APEX-BRASIL, 2014)

Portanto, reflete: 1. uma estrutura de exportações voltadas para a oxigenação dos espaços recentes de acumulação capitalista global; e 2. uma ação intencional que se verifica na diminuição da participação dos grupos de maiores níveis de intensidade tecnológica na composição das exportações (Manufaturados Intensivos em Trabalho – 7% em 2007, 4% em 2010; Manufaturados Produzidos por Fornecedores Especializados – 9% em 2007, 7% em 2010; Manufaturados Intensivos em P&D – 6% em 2007, 5% em 2010).

Em Goiás, em junho de 2007, o agronegócio respondeu por 77,13% do total das exportações, tendo a soja representado 41,65% desse total, o complexo da carne, 24,10%, e o sulfato de minério de cobre com 11,88%.

Tabela 27 – Goiás: Principais produtos de exportação – 2006-2010 – em %

Produto	2006	2007	2008	2009	2010
Complexo de Carne	35,49	32,23	26,51	22,98	25,11
Complexo de Minério	8,97	21,96	19,68	21,95	23,28
Complexo de Soja	40,53	27,66	39,94	42,05	33,99
Milho	0,57	5,27	3,14	1,32	3,22
Couros e derivados	5,11	3,31	2,09	1,52	1,51
Açúcares	2,97	1,14	0,79	2,92	4,83
Algodão	1,08	1,09	1,04	1,66	1,55
Leite e derivados	0,33	0,98	0,69	0,1	0,11
Adubos e fertilizantes	0,49	0,73	0,98	0,24	Nd
Café e especiarias	0,32	0,26	0,11	0,19	0,42
Demais produtos	4,32	4,61	5,03	5,08	5,99

Fonte: <http://www.imb.go.gov.br>

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Dentre os vários destinos das exportações goianas, no período de 2006 a 2010, pouco mais de 50% deles foram: China, Países Baixos (Holanda), Índia, Espanha e Rússia (Tabela 28). Em 2010, pelo terceiro ano consecutivo, as exportações goianas tiveram a China como o principal destino (17,5% do total) e mantém o tom da década, tendo as *commodities* agrícola e mineral como principais itens da pauta.

Tabela 28 – Goiás: Principais países de destino da exportação – 2006-2010 – em %

Países	2010	2009	2008	2007	2006
China	17,48	20,68	18,71	9,88	nd
Países Baixos (Holanda)	11,77	12,31	13,29	16,81	14,43
Índia	7,7	5,33	6,57	7,76	nd
Espanha	7,09	6,98	6,4	6,55	nd
Rússia	6,46	5,51	9,09	7,7	9

Fonte: <http://www.imb.go.gov.br>

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Em termos de composição das exportações, para o ano de 2010, no que se refere ao nível de intensidade tecnológica de seus produtos, para os dois principais países de destino das exportações goianas, destaca-se que a composição da pauta direcionada à China é formada de Produtos Primários (89%), seguida de Produtos Manufaturados Intensivos em Economia de Escala (4%) e Manufaturados Intensivos em Trabalho (4%). Para a Holanda, o comportamento da pauta de exportações com base na classificação de intensidade tecnológica, destaca-se com os produtos Intensivos em Recursos Naturais (80%), seguido do grupo dos Produtos Primários (14%) e os Manufaturados Intensivos em Economias de Escala (7%). (APEX-BRASIL, 2014)

Via de regra, a pauta de exportações goianas é formada, em relação à classificação de intensidade tecnológica dos produtos, pelos pertencentes aos dos grupos dos Produtos Primários, Produtos Intensivos em Recursos Naturais e Manufaturados Intensivos em Economias de Escala, seguindo a estrutura da pauta de exportações da Região Centro Oeste.

Para o ano de 2010, 66% das exportações goianas eram compostas por produtos pertencentes ao grupo dos Produtos Primários e 22% de Produtos Intensivos em Recursos Naturais. (APEX-BRASIL, 2014)

Essa estrutura de composição das exportações do Estado de Goiás colabora para a identificação da capacidade dinâmica com a qual o Brasil se constitui como um autêntico fornecedor de bens voltados para colaborar com a dinamização de sistemas econômicos que se apresentam, na última década, como países movimentadores de parte considerável do crescimento econômico em escala global.

Tal como acontece com a composição das exportações para a China, a da Rússia apresenta significativa participação do grupo dos Produtos Primários (94%,

em 2010), ficando o restante para o grupo dos Produtos Intensivos em Recursos Naturais (4%) e dos Manufaturados Intensivos em Economias de Escala (2%). (APEX-BRASIL, 2014)

Quanto às importações, os países que mais comercializaram com o Estado de Goiás, em 2010, foram: Coréia do Sul, Estados Unidos, Japão, Tailândia, Suíça e China. Esses países estão entre os principais vendedores para o Estado de Goiás desde o ano de 2006.

Tabela 29 - Goiás: Principais países de origem da importação – 2006-2010 – em %

Países	2010	2009	2008	2007	2006	Ranking	
						2006	2010
Coréia do Sul	37,56	29,6	21,01	16,03	6,71	4º	1º
Japão	13,82	13,67	14,96	17,18	19,32	1º	2º
Estados Unidos	13,74	15,22	14,02	18,75	16,64	2º	3º
Tailândia	6,42	7,66	6,25	5,18	nd	–	4º
Suíça	6,34	7,02	5,39	8,08	11,68	3º	5º
China	3,21	3,67	4,92	6,02	6,07	5º	6º

Fonte: <http://www.imb.go.gov.br>

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

As cidades que mais se destacam no processo de importação do Estado de Goiás são aquelas que possuem maior complexidade em termos de organização produtiva. Assim, as cidades de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Goiânia e Rio Verde têm apresentado maior dinamismo em participação no destino das mercadorias importadas, quais sejam: fármacos/produtos e insumos farmacêuticos/matérias primas para a indústria farmacêutica (anticorpo humano com afin. espec. antígeno transmembranar – para tratamento de linfoma -, outros cloretos de potássio, outros medicamentos com composição heterocíclico. heteroatomo. nitrogênio. em doses, medicamentos com outras vitaminas/provitaminas etc em doses e outros medicamentos com compostos heterocíclicos. etc em doses), automóveis (veículos automotores/tratores e suas partes e acessórios) e insumos para fertilizantes e para a produção agrícola.

As informações acima remontam a uma economia envolvida pela demanda internacional, induzindo a sua estrutura produtiva a se desenvolver em função do atendimento ao ciclo de acumulação que se apresenta em economias com estruturas sistêmicas de produção similares à brasileira.

“O início do século XXI está marcado pela ocorrência de mudanças que criam novas referências e novos parâmetros para a elaboração de cenários, bem como para a formulação de estratégias. Dentre estas mudanças destaca-se, como fenômeno de primeira grandeza, a emergência da economia chinesa como força transformadora da economia mundial o crescimento chinês explicou cerca de 30% do crescimento mundial no referido quinquênio (...) A emergência chinesa é um “fato portador de futuro” do qual se deriva um conjunto de “tendências pesadas” que estão produzindo transformações profundas na economia mundial. Muda assim o meio ambiente no qual cada economia singular deve mover-se (...)” (Castro e Castro, 2011, p. 106)

Nessa singularidade, e confrontando com as alterações na capacidade acumulativa no centro do sistema, as exportações goianas, ainda que com volume crescente, cerca de 11,9%, se deparou com uma variação de 46,4% das importações, no acumulado de 2010 em relação ao ano anterior (IMB, 2010). Quando comparado o acumulado do ano de 2005 com o de 2010, as exportações apontam um crescimento de 122,69%, enquanto as importações aumentam em 476,69%.

Tabela 30 – Goiás: Exportação e Importação – 2005 e 2010 – em US\$ 1.000 FOB

<b>Ano</b>	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>
2005	1.816.294	724.000
2010	4.044.660	4.175.246

Fonte: IMB – Instituto Mauro Borges [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br)  
Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Um esforço considerável de reprodução para fora, pelas exportações, para um maior ainda para a reprodução interna que servirá para a transferência de valor para fora, visto pela origem, os importados e por quem os importa.



“Os principais produtos importados foram: veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios US\$ 2,039 bilhões (48,8%), produtos farmacêuticos US\$ 660,009 milhões (15,8%), máquinas aparelhos e instrumentos mecânicos US\$ 452,627 milhões (10,8%), adubos ou fertilizantes US\$ 242,403 milhões (5,8%), produtos químicos orgânicos US\$ 178,929 milhões (4,3%), máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc. US\$ 124,857 milhões (3,0%), instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, precisão, médicos etc. US\$ 67,728 milhões (1,6%), aeronaves e suas partes US\$ 47,949 milhões (1,2%), plásticos e suas obras US\$ 46,932 milhões (1,1%) e borracha e suas obras US\$ 46,058 milhões (1,0%). Goiás importou em 2010 principalmente da Coreia do Sul US\$ 1,568 bilhão (37,6%), Japão US\$ 576,816 milhões (13,8%), Estados Unidos US\$ 573,673 milhões (13,7%), Tailândia US\$ 268,020 milhões (6,4%), Suíça US\$ 264,666 milhões (6,3%), China US\$ 134,213 milhões (3,2%), Alemanha US\$ 132,173 milhões (3,2%), Canadá US\$ 86,529 milhões (2,1%), França US\$ 74,392 milhões (1,8%), Argentina US\$ 58,977 milhões (1,4%), Índia US\$ 57,860 milhões (1,4%) e Itália US\$ 54,119 milhões (1,3%).

As principais empresas importadoras no período de janeiro a dezembro foram: Caoa Montadora de Veículos S.A US\$ 1,652,521 bilhão (39,58%), MMC Automotores do Brasil S.A US\$ 656,583 milhões (15,7%), Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos SA US\$ 652,084 milhões (15,6%), John Deere Brasil Ltda. US\$ 198,621 milhões (4,8%), Intersmart Comércio Importação, Exportação US\$ 60,038 milhões (1,4%), SVB Automotores do Brasil S.A. US\$ 57,056 milhões (1,4%), Fertilizantes Heringer S.A. US\$ 48,378 milhões (1,2%), Weldmatic Automotive Ltda. US\$ 40,682 milhões (1,0%), ADM do Brasil Ltda. US\$ 38,249 milhões (0,9%), Mosaic Fertilizantes do Brasil SA US\$ 37,336 milhões (0,9%), Unilever Brasil Alimentos Ltda US\$ 31,929 milhões (0,8%) e Adubos Sudoeste Ltda. US\$ 30,049 milhões (0,7%).” (IMB, 2010)

Um período de relações comerciais externas embasadas no atendimento ao padrão de reprodução dependente, desigual e combinado que vigora na atual fase de acumulação e que reproduz os mecanismos, históricos, de heterogeneidade da América Latina, replicados no desenvolvimento territorial brasileiro recente, em especial, no espaço de acumulação goiano.

E esse padrão de desenvolvimento, forjado em respostas à dinâmica da acumulação internacional recente, tende a ser uma ação de cunho intencional em escala decisória macrossistêmica no espaço de acumulação nacional, que tem como base a mundialização do capital e como operacionalização o padrão de reprodução exportador de especialização produtiva.

Como esse processo se apresenta em termos de dinâmica de emprego formal nos setores envolvidos? Qual o sentido do “esforço” integrador à lógica da demanda internacional para o espaço de reprodução capitalista em questão?

As características do emprego formal nos setores de Extrativa Mineral e Agricultura, setores que correspondem aos três Complexos que se destacam na pauta de exportações do Estado de Goiás (Carne, Mineral e Soja), refletem a decisão tomada pelas forças que impulsionam a acumulação dependente, pela “especialização produtiva”.

A dinâmica de geração de empregos nesses setores não aponta mudança significativa na composição da participação dos setores, em específico, ao longo da primeira década dos anos 2000, conforme aponta a Tabela 31. O setor Indústria Extrativa Mineral mantém uma participação baixa no total dos empregos gerados no Complexo Extrativo-Agropecuário, com menos 10% do total, enquanto que cerca dos 90% estão por conta do setor Agricultura.

Tabela 31: Goiás – Empregos formais por setor de atividade econômica IBGE – setores selecionados – 2000-2005-2010

IBGE Setor	2000	Part. no Total		Part. no Total		Var. 2000/2010	
		2000	2005	2005	2010		
Extrativa mineral	4.159	8,76	5.348	7,91	7.708	8,62	85,33
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	43.332	91,24	62.236	92,09	81.684	91,38	88,51
<b>Total</b>	<b>47.491</b>	<b>100</b>	<b>67.584</b>	<b>100</b>	<b>89.392</b>	<b>100</b>	<b>88,23</b>

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Em termos de rendimentos médios, o setor Extrativa Mineral apresenta uma dispersão mais homogênea dos/das trabalhadores/trabalhadoras pelas faixas de rendimentos, em salários mínimos, conforme Tabela 32. Assim, a distribuição se dá desde a faixa de 1,01 a 1,5 salários mínimos até a de 5,01 a 7,0 salários mínimos, de forma que, enquanto em 2000, 35,7% dos postos de trabalhos ofertados estavam na faixa de 1,01 a 3,0 salários mínimos, em 2010, a concentração dos postos de trabalho nessa faixa foi de 44,6%. A faixa de rendimentos compreendida entre 3,01 a 7,0 salários mínimos representou 40,4% do total dos postos de trabalhos gerados no setor em 2000, e em 2010, representava 42%.

O setor Extrativa Mineral apresentou aumento no número de trabalhadores/trabalhadoras na faixa de 1,5 a 4 salários mínimos, como participação no total do emprego no setor, quando comparado 2000 a 2010.

Tabela 32 – Goiás: Total de empregados/as por faixa de remuneração média – em salários mínimos – setores selecionados

2000							
Faixa Remun Média (SM)	Extrativa mineral	Part. no Total do Setor	Agricultura	Part. no Total do Setor	Total	Part. no Total dos Setores	
Até 0,50		1	0,02	46	0,11	47	0,10
0,51 a 1,00		177	4,26	5.531	12,80	5.708	12,05
1,01 a 1,50		523	12,59	10.576	24,47	11.099	23,43
1,51 a 2,00		319	7,68	11.220	25,96	11.539	24,36
2,01 a 3,00		642	15,46	10.576	24,47	11.218	23,68
3,01 a 4,00		567	13,65	2.797	6,47	3.364	7,10
4,01 a 5,00		468	11,27	995	2,30	1.463	3,09
5,01 a 7,00		641	15,43	698	1,61	1.339	2,83
7,01 a 10,00		382	9,20	378	0,87	760	1,60
10,01 a 15,00		248	5,97	235	0,54	483	1,02
15,01 a 20,00		92	2,22	70	0,16	162	0,34
Mais de 20,00		93	2,24	98	0,23	191	0,40
<b>Total</b>		<b>4.153</b>	<b>100</b>	<b>43.220</b>	<b>100</b>	<b>47.373</b>	<b>100</b>
2010							
Faixa Remun Média (SM)	Extrativa mineral	Part. no Total do Setor	Agricultura	Part. no Total do Setor	Total	Part. no Total dos Setores	
Até 0,50		15	0,20	117	0,14	132	0,15
0,51 a 1,00		191	2,50	9.720	12,01	9.911	11,19
1,01 a 1,50		753	9,87	23.708	29,29	24.461	27,61
1,51 a 2,00		896	11,74	21.006	25,95	21.902	24,72
2,01 a 3,00		1.751	22,95	17.998	22,23	19.749	22,29
3,01 a 4,00		1.431	18,76	4.888	6,04	6.319	7,13
4,01 a 5,00		949	12,44	1.585	1,96	2.534	2,86
5,01 a 7,00		824	10,80	1.023	1,26	1.847	2,09
7,01 a 10,00		408	5,35	483	0,60	891	1,01
10,01 a 15,00		239	3,13	252	0,31	491	0,55
15,01 a 20,00		83	1,09	77	0,10	160	0,18
Mais de 20,00		89	1,17	98	0,12	187	0,21
<b>Total</b>		<b>7.629</b>	<b>100</b>	<b>80.955</b>	<b>100</b>	<b>88.584</b>	<b>100</b>

Fonte: RAIS-MTE - Elaboração: o autor pelo CeTeD/UnUCSEH

O subsetor Agricultura (Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca) apresenta a composição dos empregos por faixa de rendimentos mais próxima da composição geral do mercado de trabalho goiano. Desta forma, se em 2000, 74,9% dos/das trabalhadores/trabalhadoras desse subsetor recebiam entre 1,01 e 3,0 salários mínimos, em 2010, 77,5% permaneceram nesta faixa de rendimentos.

Em virtude do peso desse setor na composição total do emprego no Complexo Extrativo-Agropecuário goiano, 74,6% dos empregos ali gerados em 2010, estavam na faixa de 1,01 a 3,0 salários mínimos. Em 2000, esta faixa de rendimentos representava 71,5%. Isso representa um aumento de 32.256 trabalhadores/trabalhadoras nessa faixa de rendimento, ou 2.932 trabalhadores/trabalhadoras por ano, durante o período analisado.

Ainda que com baixa densidade, cabe destacar a queda de participação das faixas de rendimentos de 4,01 a 5,0 e de 5,01 a 7,0, nos dois setores de atividade em discussão, no total dos empregos formais gerados em cada setor, o que significa a diminuição relativa do número de trabalhadores/trabalhadoras nessas faixas de rendimentos.

Para corroborar com a análise dos rendimentos, cabe verificar a evolução das variáveis: valor da transformação industrial, pessoal ocupado e salários, no setor Extrativa Mineral. De acordo com os dados, a participação dos salários e do pessoal ocupado diminui recorrentemente ao longo do período analisado. Nota-se que, em que pese essa diminuição, o valor da transformação industrial permanece superior ao dos salários e do pessoal ocupado no período analisado.

O aumento da participação do VTI frente à queda de participação do emprego e dos salários, no período 2005-2010, aponta para um aumento da produtividade média do setor. A Tabela 34 mostra o considerável aumento da produtividade média do setor quando comparado os anos do período em análise.

Tabela 33 – Goiás: Pessoal Ocupado, Salários e Valor da Transformação Industrial – 2000-2005-2010

	2000	2005	2010
Pessoal Ocupado em 31/12	2,97	2,65	2,10
Valor da Transformação Industrial	7,60	4,40	6,92
Salários Totais	5,09	4,63	3,70

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual Empresa/Para 1995, Pesquisa Industrial Anual  
Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Tabela 34 – Goiás: Variação da produtividade média no setor Extrativa Mineral – 2000-2005-2010

	2000	2005	2010
Pessoal Ocupado em 31/12	2.981	3.769	4.671
Valor da Transformação Industrial	211.494	352.319	1.263.004
VTI/PO	70,95	93,48	270,39

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual Empresa  
Elaboração: o autor pelo CeTTeD-CSEH/UEG

Esse aumento substantivo da produtividade média no setor Extrativa Mineral expõe a dinâmica da reprodução no espaço capitalista goiano como um intenso processo de superexploração da força de trabalho de forma extensiva e intensiva do trabalho.

“A reprodução do capital (dinâmico, hegemônico, eixo da acumulação) cria estruturas produtivas que desconsideram as necessidades dos produtores, e a realização se dá mediante a abertura aos mercados externos e através da criação de reduzidos mercados com alto poder de consumo. Os trabalhadores importam, então, como geradores de mais-valia, mas não como realizadores desta mais-valia”. (Osório, 2013, p. 69)

Se por um lado, isto explica a distribuição dos/das trabalhadores/trabalhadoras entre as faixas de rendimentos apresentadas, por outro, explica da mesma forma, a manutenção da estrutura de rendimentos, portanto, sem alteração consubstancial nelas, tal como se verificou em uma década de incrementos de produtividade. Um aumento substancial no valor da transformação industrial, frente ao um ritmo pouco significativo na geração de empregos no setor e

na variação dos salários, incorrendo em queda na participação destes na composição do valor do setor, possibilita inferir que a maior participação deste setor no conjunto da pauta das exportações goianas, se deu em função do aumento da taxa de mais valor e direcionado-o, transferido-o, ao mercado exterior.

“Nessa lógica, a perda do poder aquisitivo dos assalariados na dinâmica do mercado interno e a precarização em geral das condições de trabalho e de vida da maioria da população encontram-se ligadas à própria natureza do novo padrão exportador de especialização produtiva, em um duplo sentido. Primeiro, porque para essa nova modalidade de reprodução o mercado dos assalariados locais não constitui um elemento de maior relevância à medida que parte substancial da produção vai destinada aos mercados externos. Isso porque o salário médio geralmente se encontra bastante longe de permitir o acesso aos bens manufaturados e agropecuários exportáveis e porque a oferta de exportação contempla uma gama ampla de bens de uso industrial, matérias-primas ou energéticos/matérias auxiliares. Em qualquer um dos casos, essa situação favorece uma estrutura produtiva dinâmica que se afasta e se desliga das necessidades da maioria da população (...) Em segundo lugar, a capacidade de concorrência desse padrão nos mercados externos reside na deterioração dos salários locais e na depreciação de tudo o que implique elevar o custo do trabalho.” (Osório, 2012, p.123-124)

Corroborando com argumentos expostos na subseção anterior, o segundo sentido exposto na citação acima, se configura como característica elementar na reprodução acumulativa atual.

“Essa é uma das principais vantagens comparativas com que conta o capital que opera na América Latina, principalmente quando o mundo do trabalho da região encontra-se com níveis de escolaridade e qualificação mais altos, o que permite a produção de bens mais complexos e a baixo custo relativo.” (Osório, 2012, p. 124)

Portanto, a realidade goiana encontra-se intrinsecamente ligada à dinâmica do novo padrão de reprodução do capital, pois que

“Quando se caracteriza o novo padrão como *exportador*, destaca-se que os principais mercados da nova reprodução do capital, de seus setores mais dinâmicos, encontram-se no exterior. É a venda de mercadorias nos mercados mundiais um fator fundamental para a viabilidade do atual projeto. Por isso, o crescimento das exportações foi elevado nas últimas décadas na região.” (Osório, 2012, p. 106)

Como parte integrante fundamental deste novo padrão de reprodução do capital, a funcionalidade da economia do Estado de Goiás, no primeiro decênio do século XXI, evidenciou a participação dinâmica e integrada do Brasil nessa nova lógica de acumulação.

“Em todas as economias, o novo padrão pressupõe o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, permanecendo em alguns casos uma parcela industrial relevante, particularmente nas economias de maior complexidade como o Brasil e o México, porém integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais.” (Osório, 2012, p. 106)

O autor citado colabora para a resposta às duas perguntas deixadas no início desta subseção: o efeito sobre o mercado de trabalho formal tende a ser dilacerador, precarizando-o e tornando os efeitos da superexploração da força de trabalho algo como deletérios e, ao tempo, retroalimentadores da própria dinâmica de geração de empregos e renda, tornando-a própria do sistema local a que está integrada, porém subsumida e dependente da dinâmica mais geral de acumulação do capital, pelo padrão de reprodução vigente.

É neste ponto que se apresenta o sentido do “esforço” para a participação à lógica da demanda internacional: a inserção na lógica recente possibilita, em aparência, certa autonomia e capacidade decisória, capaz de atribuir importância àqueles que “comandam” o processo no local dos acontecimentos, desvencilhando-se da atividade unificadora. “*E tal atividade unificadora não é outra senão a lógica do capital.*” (Osório, 2012, p. 37)

O excedente de trabalho que se cria, por um lado, pelas migrações internas e, por outro, pela concentração de atividades produtivas em número limitado de municípios, intensifica o aparecimento de condições/relações de trabalho precárias, evidenciadas pelo nível de rendimentos e pelas ocupações em que seus trabalhadores estão inseridos.

O que daí se desdobra, é o possível crescimento econômico com o aprofundamento da segregação socioespacial e o recrudescimento das (precárias) condições de vida da classe trabalhadora em Goiás.

Não se sabe ao certo, em que momento histórico os resultados dessa lógica condicionarão uma transformação sociopolítica neste cenário. O que se pode

vislumbrar, é que os limites estruturais que aí se (re)configuram, tornar-se-ão cada vez mais intensos, dinâmicos e complexos; de tal forma que a superação da formação histórica em que o Brasil se estabelece, o subdesenvolvimento, terá ampliado seu horizonte de permanência, firmando a inevitabilidade da expansão capitalista através da exploração e espoliação das classes trabalhadoras no mundo do trabalho brasileiro, ampliando portanto, as contradições internas frente às transformações evidenciadas no sistema capitalista mundial.

Como o processo histórico e político-econômico, brasileiro e latinoamericano, mostrou que o "atraso" não era o problema para a efetivação do "moderno" (se não, o contrário), a superação não viria (e não veio, ainda que vindo, sob outras bases) pela intensificação da acumulação do capital requerida para a burguesia nacional (daí o caráter dependente, sua dialética e sua possibilidade "subimperialista", com "a fantasia desfeita" e "a construção interrompida"). Nestes termos,

“Em lugar de concentrar seus esforços para alcançar novos estágios de produção – o que requereria um forte processo de acumulação e de austeridade –, a grande burguesia local, já conformada, acabou se aliando com o capital estrangeiro, particularmente o estadunidense, o qual, como resultado da aplicação na indústria dos avanços tecnológicos bélicos, acelerou a renovação do capital fixo em sua economia, o que, por sua vez, permitiu colocar no mercado uma elevada massa de máquinas, equipamentos e tecnologias com baixo custo e grandes facilidades. Assim, o grande capital local encontrou uma saída para passar a novas etapas na industrialização, sem o custo econômico e o sacrifício de produzir localmente máquinas e equipamentos, de modo que terminou se aliando ao capital estrangeiro, abrindo a indústria para tais investimentos.” (Osório, 2013, p. 66)

Por conta disso é que aqui se estabelece a importância da análise da especificidade com que o capital se reproduz em espaços de acumulação determinados.

Sobretudo, no momento, em que a(s) possibilidade(s) de construção das condições de comando estão sendo "perdidas", à medida que se condiciona o desenvolvimento econômico nacional ao desenvolvimento externo, situado no deslocamento para o "subimperialismo" chinês.



“A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta *das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), *integrando o processo de valorização* (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua *encarnação em valores de uso específicos* (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram.” (Osório, 2012, p. 40-41. Grifos no original)

É nesse contexto teórico-crítico e histórico-concreto que se situa a dinâmica de desenvolvimento do Estado de Goiás. Com sua economia baseada na relação de dependência externa, reafirmando a lógica de dependência do subdesenvolvimento brasileiro, por meio do atributo da especialização produtiva e da essencialidade da superexploração da força de trabalho, ambas como condições de aceleração de seu desenvolvimento recente, o espaço de acumulação goiano aprofunda as contradições internas, suas próprias e a do espaço de acumulação brasileiro, ao tempo que possibilita como *locus* de observação e encantamento teórico, possíveis mediações entre noções mais abstratas e a análise de situações concretas, específicas e partes de uma unidade: o próprio sistema capitalista mundial.

## CONCLUSÕES

A estrutura da dependência, seja por suas formas, em especial a forma “dependência tecnológico-industrial” (Santos, 2011), seja pela noção de padrão de reprodução, principalmente o “padrão exportador de reprodução do capital por especialização produtiva” (Osório, 2012); e o recorrente processo de desindustrialização, se apresentam como fenômenos idiossincráticos do subdesenvolvimento brasileiro.

Esta estrutura da dependência configura uma normalidade no processo de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo brasileiro e materializa-se como uma contradição de fenômenos que limitam este processo, impondo-lhe uma espécie de *trade off* que encerra uma relação de conflitos de determinações heurísticas capazes de sincronizar o tempo passado (o de composição do conceito de subdesenvolvimento no desenvolvimento capitalista sistêmico) com o tempo presente (o de composição do conceito de dependência no padrão de reprodução via especialização produtiva).

Ambos os tempos caracterizam o tempo-essência dos conceitos firmados na lógica reprodutiva desigual e dependente da acumulação do capital, e ressignificam o conceito de subdesenvolvimento no tempo presente, na medida em que impõem o tom e o mecanismo de funcionamento da economia brasileira, por meio de uma industrialização que não se assenta, e que se desindustrializa, e de uma *commoditização* que se expande, se perpetua e se cristaliza.

Trata-se de uma coagulação da reprodução sistêmica do capital no interior da economia dependente subdesenvolvida brasileira, desvelando-se na participação assertiva das economias regionais no processo mais geral de reprodução sistêmica mundial.

O *trade off*, portanto, se apresenta na dinâmica de determinação da forma da participação da economia nacional na divisão internacional do trabalho por intermédio da especialização produtiva voltada para fora. Desta forma, se verifica uma efetiva intensificação das forças produtivas internas na participação do

desenvolvimento comercial mundial, que alia avanços na industrialização ao tempo que nos setores voltados para a produção de *commodities* agrícolas e minerais.

O espetáculo da reprodução especializada para fora e dinamizada pela intensificação da demanda que emana do centro irradiador do tempo-presente, se verifica, no Brasil recente, em especial em Goiás. Num esforço coletivo voltado para atendê-la, ressalta o caráter integrador de uma espécie de relação *stop and go* entre indústria e agropecuária que submete os avanços da primeira aos desdobramentos (intensidade, necessidade e forma) da participação da segunda no atendimento à demanda internacional central. Simultaneamente, aponta para a possibilidade de avanços da segunda em relação ao caráter limitador (histórico e estrutural) da participação da primeira no cenário das relações de produção e de troca mundiais.

Este *trade off* da economia brasileira não é, portanto, um elemento funcional estratégico e sim um elemento limitador estrutural, enraizado pela histórica situação de dependência e de sua formação como economia subdesenvolvida, que garante e afirma a primeira, além de consolidar a segunda.

Ainda, como expressão do desenvolvimento das forças produtivas do sistema mundial, garante o equilíbrio sistêmico capaz de estabelecer padrões de reprodução condizentes com a manutenção das condições do tempo-passado, que constitui o conceito em seu tempo-presente.

Ou seja, o tempo-essência do subdesenvolvimento permanece em conjunto com o desenvolvimento das especificidades da economia nacional frente à economia mundial, garantindo substância ao equilíbrio (manutenção da condição sistêmica de acumulação dependente) numa ordem desestabilizadora (intensificação das condições específicas de inserção na divisão internacional do trabalho, de maneira desigual, combinada, subdesenvolvida, estabelecendo padrões de reprodução).

Reveste-se assim o conceito de subdesenvolvimento de um elemento fundamental: uma relação aparentemente contraditória de avanço industrializante descontínuo (uma espécie de *catching up* recorrente) com avanço das atividades agrícolas contínuo (metamorfoseando o capital ali gerado, centralizando-o e tornando complexa a própria noção de atividades agrícolas), ambos funcionais para

o desenvolvimento das forças produtivas internas e para a sua relação de dependência com a economia mundial.

A recente reprimarização e desindustrialização (Cano, 2014) da economia brasileira e a participação efetiva da economia goiana no processo de reprodução por especialização produtiva, são elementos constitutivos e constituintes desta lógica reprodutora que reveste o subdesenvolvimento brasileiro com avanços nos dois setores de atividades acima, mas com o linho que não impede que esse revestimento desvele o que por ele está envolvido: a essência de um subdesenvolvimento dependente, enraizado na construção histórica do desenvolvimento capitalista sistêmico.

Esta substância geral do presente trabalho precisava, no sentido do desvelamento que o revestimento requer, apontar elementos que o caracterizasse e os pudesse relacionar aos fragmentos (a especificidade da análise) na totalidade (da unidade totalizante) que a abarca: o próprio sistema capitalista mundial.

Para tanto, os argumentos apresentados no decorrer do texto destinaram-se:

1. a analisar o processo recente de desenvolvimento econômico goiano, e ao fazê-lo buscar a sua sintonia com a lógica recente da divisão internacional do trabalho, tornando-o peça integrante-fundamental do processo de desenvolvimento econômico brasileiro recente;
2. a buscar (e discorrer sobre) os elementos que caracterizaram a dinâmica econômica goiana, apontada no período analisado, fazê-lo à luz das abordagens críticas, em especial, as que dão base metodológica e teórico-conceitual às possíveis interações entre os conceitos e as categorias que envolvem os temas do desenvolvimento, do subdesenvolvimento, da dependência, do território e do padrão (de reprodução), ressaltando assim, a necessidade de um esforço metodológico capaz de criar interconexões e síntese;
3. a identificar, a partir do esforço metodológico da interconexão das abordagens críticas, os elementos constitutivos da acumulação de capital no espaço de reprodução capitalista goiano, mediados pela categoria superexploração da força de trabalho e analisados em termos das particularidades de seu mercado de trabalho formal, em suas diversas “frentes”;

4. a explorar, em função das ações anteriores, as condições que sustentaram o desenvolvimento goiano no período analisado, em termos de condições de aparência (as que apontam a efetiva participação da economia goiana na lógica recente da divisão internacional do trabalho, replicando essa lógica internamente em seu espaço próprio de acumulação) e de condições de essência. Estas, que definem e que são definidas pela superexploração da força de trabalho, mediada em termos de características de seu mercado formal de trabalho e de sua subsunção às condições que ali se estabelecem nos setores de atividades elencados, assumem papel fundamental na situação recíproca de acumulação dependente, reafirmando o conceito de subdesenvolvimento em seu tempo-essência;
5. a identificar, a partir do citado no ponto acima, a densidade relacional entre os conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência e as categorias padrão (de reprodução) e superexploração do trabalho, de forma a estabelecer diálogos, em termos de sua capacidade analítico-explicativa - frente às questões que emergem no tempo presente -, a condição atual de dependência estrutural que reveste a dinâmica da atual divisão internacional do trabalho, reafirma o subdesenvolvimento brasileiro e aponta limites histórico-estruturais para que o contexto goiano de acumulação descreva uma trajetória de reprodução densa e possibilitadora de superação da condição de periferia do espaço de acumulação brasileiro. Ainda, situa-se como um espaço de reprodução próprio para manter a lógica de *trade off* limitador estrutural. Portanto, agora, uma lógica aparentemente intencional.

Esse caminho suscitou mais questionamentos, evidenciando a necessidade de ampliação dos estudos e consequente continuidade da exploração deste tema, extrapolando, portanto, os limites deste ensaio, que tornou-se a manifestação de uma possibilidade.

Ainda assim, o desenvolvimento deste trabalho permitiu entender que, a continuar o ritmo de concertação interno (na economia brasileira), a percepção de que o desenvolvimento econômico goiano recente se caracterize como uma “miragem” ou uma “ilusão” (Arrighi, 1997), faz-se presente em função da lógica da dinâmica da divisão internacional do trabalho do tempo presente - sobretudo em

relação aos estímulos gerados pelo crescimento do centro irradiador chinês; o que se soma ao deslocamento dos investimentos produtivos industriais (boa parte em função das atividades agrícolas e da indústria extrativa voltadas para seu atendimento); e ao reordenamento do padrão de acumulação financeiro internacional.

Este padrão financeiro internacional envolve a reacomodação de capitais produtivos e especulativos, em termos de concentração e centralização destes capitais, em espaços de acumulação para a reprodução produtiva e financeira tradicionais, em centros decisórios consolidados, como reflexo das ações de controle da crise sistêmica em voga.

A existência do território de acumulação de capital goiano, fundado historicamente pelos desdobramentos da intensificação da acumulação dependente, reproduz internamente a lógica e os efeitos do processo de desenvolvimento capitalista mundial.

Neste sentido, são limitadas as opções de comando internas (característica de uma estrutura subdesenvolvida) para manter o ritmo de crescimento verificado na primeira década dos anos de 2000, que foi baseado na expansão das atividades agrícolas e extrativas.

Por outro lado, o caráter desigual e concentrador de atividades produtivas, portanto, de riqueza e de rendimentos é reforçado, criando uma estrutura espacialmente heterogênea e segregada socialmente (mais uma característica de uma estrutura subdesenvolvida).

Evidencia-se a superexploração da força de trabalho, atribuindo-lhe caráter fundamental para a condução do processo de acumulação intra estrutural (Goiás, Brasil) e entre estruturas (Goiás, Brasil, Mundo), articulando, assim, as condições gerais da acumulação capitalista mundial com as especificidades da acumulação e da reprodução capitalista próprias de economias subdesenvolvidas e dependentes.

Estas considerações apontam para a efetiva limitação de a economia goiana manter o ritmo de crescimento verificado na primeira década dos anos de 2000 e, como desdobramento, alterar substancialmente seu *status* central na configuração do desenvolvimento territorial do trabalho brasileiro, que é o de ser, historicamente,

um subsistema periférico intencionalmente estruturado à dinâmica da divisão nacional e internacional do trabalho, reforçando o processo histórico-estrutural contraditório de “não integração espacial” nacional.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**. São Paulo: Práxis, 1999.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Roda viva brasileira: dependência estrutural e servidão. In: COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO, 1, 2007, Florianópolis. **Anais do Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo**. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: [http://www.gpepsm.ufsc.br/index\\_arquivos/16.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/index_arquivos/16.pdf). Acesso em: 27 nov. 2012.

AMARAL, Marisa Silva e CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (Org). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

APEX-BRASIL. **Perfil exportador do Estado de Goiás**. Brasília: APEX-BRASIL, 2014.

ARRIGHI, Giovanni. A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In: SADER, Emir. (Org.) **O mundo depois da queda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

AGARWALA, A.N; SINGH, S.P (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.



BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Cláudio Salvadori; HENRIQUE, Wilnês. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Org.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

BARAN, P.A. Economia política do subdesenvolvimento. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P (Org.). **A economia do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.) **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL.** CEPAL-RECORD, vol. 1, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (Org). **Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros.** Brasília: IPEA/CEPAL, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. **Seminário Brasil-Chile: Una Mirada Hacia mérica latina y sus Perspectivas.** Santiago de Chile, Julho de 2005.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. **Revista da Cepal,** Santiago-Chile, 183-191, número especial em português, 2010.

BNDES. Por que os investimentos na indústria vão crescer. **Visão do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: BNDES, nº 19, novembro de 2006.

BNDES. Perspectivas de investimentos na indústria em 2010-2013. **Visão do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: BNDES, nº 79, março de 2010.

BOSCHI, Renato R. (Org.) **Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul/dez, 2004.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, Luiz Carlos Delorme (Org.). **Desenvolvimento econômico e crise**: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930 – 1970**. Campinas: Global editora, 1985.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, n. 8, jun. 1997.

CANO, Wilson. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: Unesp, 2008.

CARCANHOLLO, Marcelo Dias. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: AIMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

CASTILHOS, Clarisse Chiappini. Notas sobre a destruição ambiental acelerada no Brasil e a financeirização mundializada do capital. In: CASSIOLATO, José Eduardo; MATOS, Marcelo Pessoa de; LASTRES, Helena M. M. (Org.). **Desenvolvimento e mundialização**: o Brasil e o pensamento de François Chesnais. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

CASTRO, Antônio Barros de Castro. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. v. 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

CASTRO, Antônio Barros de Castro. **No espelho da China**. Mimeo.

CASTRO, Ana Célia; FONSECA, M. da Graça D. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CASTRO, Ana Célia; CASTRO, Lavínia Barros de (Org.). **Antônio Barros de Castro: o inconformista – homenagem do IPEA ao mestre**. Parte II: Teoria e tecnologia: pensando o desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2011.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2003.

CHANG, H-J; EVANS, P. – The Role of Institutions in Economic Change In: Dymski, G. and De Paula, S. (Org.). **Reimagining Growth**, Zed Books, 2005.

CHANG, Ha-Joon. **Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso de capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**. (5), Campinas: IE/Unicamp, dez, 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

COSTA, Edmilson. A terceira onda da crise: o capitalismo no olho do furacão – desarticulação monetário-financeira, depressão prolongada e lutas sociais. In: PINHEIRO, MILTON (Org.). **A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP, v. 16, n. 1(29), p. 45-64, abr. 2007.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Org.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

DINIZ, C.C.; CROCCO, M.A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **NOVA ECONOMIA**. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v. 6, n. 1, 1996.

EVANS, P. **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital – uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editoria 34, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Muniz. Crise de hegemonia, globalização e imperialismo. In: PINHEIRO, Milton (Org.). **A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FIORI, José Luis. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: Fiori, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/SEPIN. **Exportações goianas crescem 35% no primeiro semestre de 2007**. Disponível em: [www.seplan.go.gov.br/sepin/print.asp?cd\\_release=137](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/print.asp?cd_release=137). Acesso em: 17 jul. 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/SEPIN. **Balança comercial goiana fecha 2006 com superávit de US\$ 1,09 bilhão**. Disponível em: [www.seplan.go.gov.br/sepin/print.asp?cd\\_release=131](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/print.asp?cd_release=131). Acesso em: 17 jul. 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/SEPIN. **Pesquisa de intenção de investimentos**. Julho de 2004. Disponível em: [www.seplan.go.gov.br/sepin/print.asp?cd\\_release=80](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/print.asp?cd_release=80). Acesso em: 17 jul. 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/SEPIN. **Pesquisa de intenção de investimentos – Investimentos nos setor industrial e de serviços alcançarão R\$ 8,72 bilhões até 2008**. Maio de 2005. Disponível em: [www.seplan.go.gov.br/sepin/print.asp?cd\\_release=82](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/print.asp?cd_release=82). Acesso em: 17 jul. 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/SEPIN. **Pesquisa de intenção de investimentos – Investimentos nos setor industrial e de serviços**. Maio de 2006. Disponível em: [www.seplan.go.gov.br/sepin/print.asp?cd\\_release=79](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/print.asp?cd_release=79). Acesso em: 17 jul. 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/SEPIN. **Pesquisa de intenção de investimentos – Investimentos nos setores industrial e de serviços alcançarão R\$ 20,7 bilhões até 2010.** Março de 2007. Disponível em: [www.seplan.go.gov.br/sepin.print.asp?cd\\_release=89](http://www.seplan.go.gov.br/sepin.print.asp?cd_release=89). Acesso em: 17 jul. 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/INSTITUTO MAURO BORGES. **Pesquisas conjunturais - Pesquisa de intenção de investimentos: investimentos nos setores industrial e de serviços alcançarão R\$ 27,8 bilhões até 2015.** Junho de 2012. Disponível em: [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br). Acesso em: 20 ago. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/INSTITUTO MAURO BORGES. **Pesquisas conjunturais – COMEX – Balança Comercial – Goiás:** Balança comercial goiana apresenta superávit. Agosto de 2012. Disponível em: [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br). Acesso em: 20 ago. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/GTPI. **Diretrizes da política industrial e tecnológica – versão preliminar.** Mimeo, 2007. Disponível em: [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br). Acesso em: 20 ago. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/SEPIN. **Os pólos econômicos do Estado de Goiás.** 2011. Disponível em: [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br). Acesso em: 13 mai. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/SEPIN. **Perfil competitivo das regiões de planejamento do Estado de Goiás.** 2011. Disponível em: [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br). Acesso em: 13 mai. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/SEPIN. **Cenários socioeconômicos de Goiás.** Abril, 2012. Disponível em: [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br). Acesso em: 13 mai. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/INSTITUTO MAURO BORGES. **Panorama socioeconômico de Goiás.** Estudos do IMB, 2012. Disponível em: [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br). Acesso em: 13 set. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/INSTITUTO MAURO BORGES. **O programa FOMENTAR/PRODUZIR:** informações e análises para o Estado de Goiás e suas microrregiões. Estudos do IMB, 2012. Disponível em: [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br). Acesso em: 13 ago. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/INSTITUTO MAURO BORGES. **Tabela de Recursos e Usos** – TRU Goiás – 2008. Estudos do IMB, 2012. Disponível em: [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br). Acesso em: 13 set. 2012.

GURRIERI, Adolfo . **O manifesto latino americano e outros ensaios** – Raúl Prebisch. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Contraponto, 2011.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. **Dependência e subdesenvolvimento** – a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado. São Paulo: Alameda, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton. et. al. (Org.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: 2003.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

HODGSON, G. Institutions and Economic Development: Constraining, Enabling and Reconstituting, In: Dymski, G.; De Paula, S. (Org.). **Reimagining Growth**, Zed Books, 2005.

LEMOS, Mauro Borges; DINIZ, Clelio Campolina; GUERRA, Leonardo Pontes; MORO, Sueli. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33. N. 4, p. 665-700, out-dez. 2003.

LEWIS, W. Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A N.; SINGH, S.P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

MACIEL, Dulce Portilho. **Goiânia (1933-1963):** Estado e capital na produção da cidade. Tese de doutoramento. Niterói: UFF/Centro de Estudos Gerais/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Doutorado em História, 1996. 2 v.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **O que fazer depois da crise?** A contribuição do desenvolvimentismo keynesiano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir. **Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini – vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política – o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política – o processo de circulação do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARX, Karl. **O Capital.** Coleção Os Economistas. v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Grundrisse** – manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995.

MEDEIROS, Carlos; SALM, Cláudio. O mercado de trabalho em debate. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 39, jul. 1994.



MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital** – rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste** – versão final. Brasília: Governo Federal, sem data. Disponível em: [www.integracao.gov.br/desenvolvimentodocentrooeste/index.asp?area=SCO](http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentodocentrooeste/index.asp?area=SCO). Acesso em: 13 jul. 2007.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**. Vários volumes. Brasília, 2008.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NETO, Walter Antonio Desiderá. A transição de poder na década que se inicia. **IPEA**. Boletim de economia e política internacional/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais. – n.1, (jan./mar. 2010) – Brasília: IPEA/DINTE, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista** – O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: AIMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

PINTO, Aníbal. Naturaleza e implicaciones de la “heterogeneidad estructural” de la América Latina. **El trimestre económico**, n. 145, jan-mar. 1970.

PINTO, Aníbal. **Inflación** - raíces estructurales. Fondo de Cultura Económica, 1975.

POCHMANN, Márcio. **Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil**. Versão preliminar. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1998.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização** – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação** – as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **RBE** 3 (3): 47-111, set, 1949.

PREBISCH, Raúl. **Transformação e desenvolvimento** – a grande tarefa da América Latina. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.

REICH, R. B. **O Trabalho das nações**: preparando-nos para o capitalismo do século 21. São Paulo: Educator, 1994.

REVISTA DE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA. No espelho da China: o desenvolvimento chinês e suas implicações para a economia mundial. Edição Especial. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, v. 16, n. 2, 2012.

RICUPERO, Rubens. Vivemos uma industrialização precoce. **IHU On line** – Revista do Instituto Humanitas Unisinos, edição 218, maio de 2007. Disponível em: [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu). Acesso em: 21 jun. 2007.

RICUPERO, Rubens. **Desindustrialização precoce**: futuro ou presente do Brasil? Mimeo. 2007.

SABÓIA, João. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. **NOVA ECONOMIA**. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, 85-121, 2001a.

SABÓIA, João. **A dinâmica da descentralização industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2001b. Texto para Discussão, n. 452.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). **Território – globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-26.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et. al. (Org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Theotônio dos. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. 40 anos da teoria da dependência. São Paulo, n. 30, 2011. p. 5-18.

SIMONSEN, Roberto C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. Brasileira, v. 349. São Paulo: Editora Nacional/EdUSP, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo – ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. In: Fiori, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva. Chesnais e a mundialização do capital: ensaio sobre a forma como o Brasil nela se insere. In: CASSIOLATO, José Eduardo; MATOS, Marcelo Pessoa de; LASTRES, Helena M. M. (Org.). **Desenvolvimento e mundialização: o Brasil e o pensamento de François Chesnais**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.